

CÂMARA DOS DEPUTADOS

AROLDE DE OLIVEIRA

DEPUTADO FEDERAL

ATIVIDADES PARLAMENTARES

Pronunciamentos, Projetos de Lei e
outras atividades desenvolvidas pelo
Deputado Federal Arolde de Oliveira
em 2013.

Centro de Documentação e Informação

Coordenação de Publicações

BRASÍLIA – 2013

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
PROJETOS DE LEI	11
– Apresentados	13
– Relatados	13
– Projetos de Decretos Legislativos (PDC)	14
DISCURSOS E PRONUNCIAMENTOS 2013	15
– Visita da blogueira cubana Yoani Sánchez	17
– Acúmulo de vetos e descumprimento do Regimento Interno e da Constituição Federal	18
– Estudo do economista Reinaldo Gonçalves, da UFRJ, sobre a variação do PIB brasileiro	19
– Acerto da Presidenta na concessão de isenção fiscal e Criação da Comissão de Ciência e Tecnologia	20
– Concessão pela Ministra Cármen Lúcia, do STF, de liminar contra a proposta de redistribuição dos royalties	22
– Legitimidade política na eleição do presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias	23
– Apelo para retirada de ‘baderneiros’ da Comissão de Direitos Humanos, e perseguição religiosa	23
– Defesa de reformas política, eleitoral e partidária para reestruturar o sistema do País	25
– Manifesto em homenagem às Forças Armadas pelo dia 31 de março de 1964	33
– Críticas a tópicos da proposta de reforma política	35
– Defesa da execução obrigatória do Orçamento Geral da União	37
– Participação de Líderes partidários em tumulto ocorrido no plenário	38
– Em defesa dos evangélicos e contra o caráter político ideológico de grupos ativistas	38

– Prejudicialidade de dispositivos da Medida Provisória nº 592, de 2012	40
– Precariedade dos serviços prestados aos usuários pelas concessionárias da telefonia móvel	41
– Reconhecimento da atuação de igrejas cristãs e de comunidades espíritas no tratamento de dependentes químicos	42
– Visita do Rei da Noruega ao Estado de Roraima e à reserva indígena ianomâmi no Amazonas	44
– Retomada dos trabalhos pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias	49
– Transcurso do 80º aniversário da conquista do direito de voto pela mulher brasileira	50
– Saudações aos parlamentares argentinos em visita ao Brasil	52
– Natureza ideológica da contratação de médicos cubanos pelo Governo para atendimento no interior do País	52
– Requerimento de informação, ao Ministro da Justiça, sobre a visita do Rei da Noruega	57
– Motivação financeira para a criação de sindicatos	58
– Transcurso do Dia Internacional da Família	59
– Apresentação de PDL para a sustação dos efeitos da Resolução nº 175/2013	60
– Dois pesos e duas medidas na prisão de pastor evangélico	60
– Realização do 57º Painel da Associação Brasileira de Telecomunicações - TELEBRASIL	60
– Atividades do bloco comercial Aliança do Pacífico	62
– Parlamentares de países de língua portuguesa visitam a Casa	63
– Baixos indicadores da economia no primeiro trimestre de 2013	64
– Contra peça publicitária ‘Eu sou feliz sendo prostituta’	65
– Açodamento da proposta de revisão do Código Eleitoral	66
– Restrição de novos partidos políticos ao Fundo Partidário	67
– Fatores determinantes para as manifestações realizadas no País	68
– Insatisfação de parte da população com o Governo Dilma	70
– Contra a contratação de médicos cubanos pelo Governo	71
– PEC que dá às polícias exclusividade em investigações	72

– A favor do Requerimento que tira de tramitação o PDL nº 234	73
– Equívoco da proposta de plebiscito da reforma política	73
– A favor do Requerimento para votação do PL 200/2012	75
– Causas do desempenho pífio da economia brasileira	75
– Desvio da atenção de temas prioritários no País	77
– Indignação com alteração do currículo do curso de Medicina	79
– Reação exacerbada a denúncias de espionagem do Governo norte-americano contra brasileiros	79
– Baixos recursos federais destinados aos municípios	81
– Queda nas operações comerciais do Mercosul	82
– Contra a aprovação da PEC nº 10/2013	82
– Estranha relação do governo brasileiro com o boliviano	83
– Pr. Abner Ferreira: artigo de repúdio à marcha das vadias	84
– Aumento da população evangélica no País	85
– Convocação dos Deputados do PSD ao plenário para aprovação da PEC 190/2007	87
– Apresentação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.121/2013	88
– Votação da PEC nº 565/2006, sobre o orçamento impositivo	88
– Relatório preliminar à proposta de reforma do Código Penal ...	89
– Posicionamento contra o projeto de lei acerca da criação do marco civil da internet	91
– Constrangimento à Casa pelo processo de cassação do mandato do Deputado Natan Donadon	92
– Esclarecimento sobre a reclamação do orador a respeito da inobservância da lista de inscrição para o uso da palavra	94
– Imediata votação da PEC nº 190/2007 sobre a criação do Estatuto dos Servidores do Poder Judiciário	95
– Projeto de Lei nº 2.035/2011 que exige prestação de contas de recursos oriundos da União	97
– Lei acerca da extinção da multa de 10% sobre o saldo do FGTS no caso de demissão sem justa causa	97
– Indignação com a decisão do Supremo Tribunal Federal favorável aos embargos infringentes	98

– Solidariedade ao Deputado Jair Bolsonaro pela intolerância com sua participação na Comissão da Verdade	99
– Posicionamento favorável do PSD ao Requerimento de regime de urgência para Projeto de Lei nº 6.397/2013.....	100
– Captação de água pelo Exército Brasileiro no interior do Estado do Rio Grande do Norte	101
– Lançamento da pedra fundamental do Polo de Ciência e Tecnologia do Exército no Município de Guaratiba	102
– Presença de estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso	106
– Atos de vandalismo de radicais de esquerda no Rio de Janeiro	106
– Transcurso do 25º aniversário da promulgação da Constituição	107
– Artigo: “Um país que não presta contas”	108
– Comissão Geral para a discussão do Marco Civil da Internet	112
– STF exige diploma de jornalista extinto pelo próprio órgão	113
– Elogio ao artigo da VEJA sobre ditadura cubana	114
– Elogios ao filme Blood Money - Aborto Legalizado	115
– Comissão Geral para debate do Marco Civil da Internet	118
– Solidariedade ao pronunciamento do deputado Eduardo Cunha	123
– Cumprimento da lista de inscrição para uso da palavra	124
– Condução dos trabalhos da Comissão Geral	124
– Panorama das propostas sobre a regulamentação da prostituição como profissão	125
– Transcurso do Dia da Bandeira	127
– Transcurso do Dia Nacional da Consciência Negra	128
– Elogio à privatização do Aeroporto Galeão, no Rio de Janeiro	129
– Elogio à atuação do Deputado Marco Feliciano na Comissão de Direitos Humanos	130
– Artigo: Os segredos bilionários do Governo, de José Casado	131
– Apoio às privatizações da infraestrutura do Brasil	132
– Impossível entender alguns absurdos na Casa	133

REQUERIMENTOS E OUTRAS ATIVIDADES	135
– Requerimentos	137
– Comissões	140
– Outras atividades	142
PERFIL	143

“O que me preocupa não é nem o grito dos corruptos, dos violentos, dos desonestos, dos sem caráter, dos sem ética... O que me preocupa é o silêncio dos bons.”

Martin Luther King

APRESENTAÇÃO

Neste terceiro ano da 54^a Legislatura, os desafios foram grandes. O Brasil foi sacudido por uma demanda legítima das ruas, daqueles que não suportam mais ver as teses de desconstrução obter êxito e exigem o fim da corrupção e lutam por melhores serviços públicos entre outras. Legislar, hoje, é uma tarefa hercúlea, dado os imensos obstáculos que o nosso povo enfrenta.

O tempo do oportunismo e do politicamente correto agora deságua em um novo tempo no qual as demandas por transparência se avolumam. Esta publicação traz todos os meus discursos, projetos de lei, e requerimentos encaminhados durante o ano de 2013 e, através dela, você terá plena certeza dos meus posicionamentos.

Conservo, hoje, o mesmo entusiasmo e força como no dia em que assumi o meu primeiro mandato, dando continuidade na empreitada para defender os valores morais, da ética na política, da vida, da família tradicional, da moral pública e da democracia.

Foi com este propósito que ingressei na vida pública e nela permaneço.

Arolde de Oliveira
Deputado Federal

PROJETOS DE LEI

“Não há nada mais trágico neste mundo do que saber o que é certo e não fazê-lo. Que tal mudarmos o mundo começando por nós mesmos ?”

Martin Luther King

Apresentados

Autor do Projeto de Lei 5069/2013

Tem como objetivo tipificar como crime contra a vida o anúncio de remédios ou outros meios abortivos e ainda prevê penas específicas para quem induz a gestante à prática de aborto.

Autor do Projeto de Lei 5237/2013

Visa impedir a entrada e permanência no Brasil de estrangeiros que como agentes públicos ou ex-agentes cometeram em seus países de origem crimes de corrupção, que tenham aceitado propina ou vantagem indevida em virtude de seus cargos ou funções

Relatados

PDC 541/11

Dispõe sobre a realização de plebiscito para decidir sobre a adoção do horário de verão no território brasileiro.

PL 3895/12

Dispõe sobre a atividade de revenda varejista de eletricidade para abastecimento de veículo automotor elétrico ou elétrico híbrido.

PL 4810/12

Institui o dia 24 de maio como o Dia Nacional do Metodismo Wesleyano.

PL 772/10

Altera a Lei nº 662, de 6 de abril de 1949, para determinar que, durante as edições da Copa do Mundo de Futebol organizada pela Fédération Internationale Football Association – FIFA, serão feriados nacionais os dias em que houver jogo da Seleção Brasileira Masculina de Futebol.

PL 3435/12

Inscreve o nome de Aracy de Carvalho Guimarães Rosa no Livro dos Heróis da Pátria.

PL 4618/12

Denomina “Rodovia Coronel José Meirelles” o trecho da rodovia BR-163 entre as cidades de Cuiabá e Santarém, no Estado de Mato Grosso.

Projetos de Decretos Legislativos (PDC)

Autor do PDC 871/2013

Tem o objetivo de sustar os efeitos da Resolução nº 175, de 2013, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo em virtude de ser competência do Congresso Nacional decidir sobre a matéria e não do Conselho de Justiça.

Autor do PDC 1121/2013

Visa sustar a aplicação do Acordo de Cooperação Técnica TSE nº 07/2013, celebrado entre o Tribunal Superior Eleitoral e a SERASA S/A na data de 16 de julho de 2013 que dava, de forma inaceitável, direitos ao Tribunal Superior Eleitoral de repassar para a empresa privada o cadastro nacional de todos os eleitores.

DISCURSOS E PRONUNCIAMENTOS 2013

*“Nossas vidas começam a morrer
no dia em que calamos coisas que
são verdadeiramente importantes.”*

Martin Luther King

Visita da blogueira cubana Yoani Sánchez

Colegas Parlamentares, “O Brasil é hoje um país sem qualquer identidade. Vivemos numa democracia rasurada e camuflada, admiradora das antidemocracias.” Quem escreveu isso foi o articulista Leonardo Sarmiento, em denso artigo, no Brasil 247, do dia 20 deste mês.

Essa afirmação resume o dilema da nossa realidade política, de um partido no governo comprometido com ideologias totalitárias e ultrapassadas e, ao mesmo tempo, um governo consciente de que o único sistema sociopolítico, socioeconômico e sociocultural capaz de garantir condições para a plena realização das pessoas, para a felicidade individual e harmonia coletiva é a democracia.

A passagem pelo Brasil da blogueira cubana, jornalista e escritora Yoani Sánchez, símbolo da luta pela liberdade de opinião e de expressão, teve um significado que vai muito além da irracionalidade intolerante, manifestada pela claque, aparentemente remunerada e mercenária, nos protestos organizados pelos simpatizantes da escravidão imposta ao povo cubano.

Primeiro, foi a tentativa sórdida de montagem de um dossiê para desconstruir a imagem da jovem jornalista cubana, tão logo ela obteve autorização para sair de Cuba, coordenada por funcionários públicos do Brasil articulados com o Governo de Cuba. Mesmo sendo especialistas em montagens de dossiês falsos, a empreitada fracassou, mas deixou caracterizada a conexão comunista Havana-Brasília. Caiu a máscara.

Em segundo lugar, ficou demonstrado o fracasso do inominável incitamento à baderna, feito pelos celerados radicais da esquerda, alguns já condenados e sentenciados pelo STF. As turbas, a serviço da companheirada, revelaram uma militância sem autenticidade, parecendo mesmo mercenárias, suspeito que pagas com o dinheiro do contribuinte, através de alguma ONG fajuta. De qualquer modo, a companheirada saiu do armário e revelou suas intenções totalitárias, colocando em alerta as verdadeiras forças democráticas da Nação.

Por último, registro as palavras do cineasta Cacá Diegues, em O Globo, de 23 deste mês, à página 20:

“Brasileiros sectários, supostamente em defesa de Cuba, provocaram uma reação que só faz prejudicar o projeto de abertura daquele país.”

Encerro, Sr. Presidente, sem alinhar mais nenhum outro motivo. A jornalista Yoani Sánchez prestou inestimável serviço à democracia brasileira e se tornou merecedora dos mais efusivos aplausos pela sua coragem, determinação e oportunidade da visita ao nosso País. (27/02/2013)

Acúmulo de vetos e descumprimento do Regimento Interno e da Constituição Federal

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, na última sessão conjunta do Congresso Nacional do ano passado, quando estava pautada a votação em bloco dos vetos da Presidenta da República, mais de 3 mil vetos em bloco, contrariando o Regimento, a Constituição, enfim, eu apresentei uma questão de ordem alegando a existência de duas sessões conjuntas simultâneas.

Nessa questão de ordem, a Presidência da Mesa encontrou argumentos para encerrar aquela sessão. Ela foi encerrada, não foi votado o Orçamento, que foi remetido para este ano, e agora nós estamos aguardando uma decisão do Supremo Tribunal Federal.

É preciso que se entenda a questão constitucional dos vetos. O art. 66 diz que o veto será apreciado em 30 dias. E, pelo § 6º, se não for apreciado em 30 dias, será remetido à sessão imediata, sobrestando a pauta.

Vejam em que situação nós estamos. Se o Supremo decidir realmente que se cumpra a Constituição no § 6º, a pauta está trancada e não se podem votar os vetos. Se decidir que não, que a pauta não está trancada, que o Orçamento pode ser votado, então valerá a decisão do Ministro Luiz Fux à consulta feita pelo Deputado Molon, decisão essa pela votação sequencial, cronológica, de todos os vetos. São mais de 3.200 vetos para serem votados.

O que eu queria ressaltar neste minuto final, Sr. Presidente, é que esta

Casa não cumpre a Constituição, não cumpre o Regimento, e esse descumprimento acarreta essa situação complexa. Não vai ser uma solução fácil para o Colegiado do Supremo Tribunal Federal, com toda certeza.

Haverá uma solução. Eles são os que preservam, mantêm e interpretam a Constituição, e farão isso, e nós aqui ficamos cada vez mais desgastados e cada vez mais sem condições de reagirmos e recuperarmos a nossa imagem diante da Nação brasileira, que fica observando essa situação.

Nós fazemos as leis e não as cumprimos; fazemos o Regimento e não o cumprimos. É este o alerta que faço. Precisamos atentar para isso, Sr. Presidente. Muito obrigado. (27/02/2013)

Estudo do economista Reinaldo Gonçalves, da UFRJ, sobre a variação do PIB brasileiro

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero fazer um registro interessante a respeito de um estudo sobre a economia na República feito pelo economista Reinaldo Gonçalves, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Nesse estudo, ele faz uma análise da variação do Produto Interno Bruto - PIB na República, dos PIBs mais altos aos mais baixos. Em relação aos mais altos, está, primeiro, o da época do General Emílio Garrastazu Médici, Presidente da República; segundo, da época de Deodoro da Fonseca - dois militares. Ainda entre os dez, está o do período Costa e Silva, com 7,8%; depois de Ernesto Geisel, outro governo militar, com 6,7%. Entre os 30, nós vamos ver que o Governo do PT está com 3,6% de crescimento. (27/02/2013)

Acerto da Presidenta na concessão de isenção fiscal e Criação da Comissão de Ciência e Tecnologia

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, queria fazer um registro que acho muito importante. Tenho poucas oportunidades de elogiar as atitudes do Governo do Brasil, e estou tendo uma oportunidade hoje que não quero perder.

A Presidente Dilma Rousseff tomou providências para que fosse feita uma renúncia fiscal para o setor de telecomunicações, o que vai implicar renúncias do PIS, COFINS e IPI que vão somar, até 2016, cerca de 6 bilhões de reais. Isso é muito importante.

O setor de telecomunicações é muito penalizado pelo excesso de tributos, assim como todos os setores. Mas esse em particular, que tem uma capilaridade grande, que vai à base da sociedade - e nós precisamos aumentar a capilaridade da banda larga -, é muito penalizado. Esse setor é tão importante quanto qualquer outra área da infraestrutura brasileira. É tão importante quanto o sistema viário, quanto os portos, os aeroportos, enfim, todo o sistema logístico do Brasil. E há um estrangulamento que eleva os custos e, portanto, a competitividade do Brasil no mercado internacional, o que estrangula o escoamento das nossas safras. As telecomunicações são muito importantes.

Então, eu quero parabenizar o Governo, o Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo - parece que hoje mesmo ele emitiu uma portaria regulamentando essa isenção.

Mas é importante que esses recursos sejam realmente canalizados para o setor de telecomunicações e que as empresas do sistema, que já vão investir cerca de 18 bilhões de reais até 2016, busquem, com inteligência, mecanismos para superar, para contornar o estrangulamento que nós vivemos por um descuido do passado.

Com certeza, houve um descuido de fiscalização, um descuido de avaliação de projetos, e hoje nós estamos na situação de termos um serviço de telefonia da terceira geração - 3G estrangulado por falta de cobertura nacional. Por esta falta de cobertura há um estrangulamen-

to que requer, para ser superado, investimentos vultosos.

Não podemos pensar em 4G sem vencermos a tecnologia 3G. Mas com essa renúncia, com certeza, haverá um estímulo e um salto. Por isso, eu cumprimento o Governo.

Hoje mesmo, na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, criamos uma Subcomissão Especial para fazermos o acompanhamento das aplicações e do desenvolvimento de banda larga em nosso País.

Hoje, a banda larga se transformou no maior instrumento de comunicação. Não são apenas os ricos que se comunicam, os pobres também precisam se comunicar. Hoje, o telefone está em todas as instâncias sociais, até na base da pirâmide. Por isso, nós criamos essa Subcomissão. São pessoas que conhecem o assunto, são especializadas e, com certeza, vão trazer uma grande contribuição para que, até 2016, nós tenhamos efetivamente virado essa chave da qualidade dos serviços, que estão muito ruins. A população merece algo melhor. A aplicação dos recursos cai sempre na vala comum de um orçamento frouxo, de um orçamento autorizativo.

Eu pretendo me pronunciar futuramente sobre a questão do orçamento impositivo, uma necessidade deste País, para que possamos ter realmente um controle, além de termos uma função nobre para os Parlamentares desta Casa, que não seja apenas a de votar, e de votar matérias que não debatemos, matérias que não discutimos, matérias que, às vezes, não têm o menor interesse para o País.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que dê publicidade nos órgãos de comunicação da Casa ao que acabo de falar. Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado, nobres colegas. (13/03/2013)

Concessão pela Ministra Cármen Lúcia, do STF, de liminar contra a proposta de redistribuição dos royalties

Sr. Presidente Deputado Simão Sessim, colegas Parlamentares, venho com muita alegria e muito alívio à tribuna nesta tarde para registrar a decisão tomada ontem em liminar pela Ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, acolhendo a ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo Governador Sérgio Cabral, do Estado do Rio de Janeiro, porém de interesse de todos os Estados produtores de petróleo, particularmente Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo.

É interessante que, na justificativa de seu voto, a Ministra invoca questões absolutamente técnicas para acatar e proferir a liminar. Invoca o art. 20, § 1º, da Constituição Federal. E textualmente no seu voto, que vou ler, diz:

“O direito das entidades federadas, Estados e Municípios, constitucionalmente assegurado, decorre de sua condição territorial e dos ônus que têm de suportar ou empreender pela sua geografia e, firmando nesta situação, assumir em sua geoeconomia, decorrentes daquela exploração, esses ônus. Daí a garantia constitucional de que participam no resultado ou compensam-se pela exploração do petróleo o gás natural.”

Foi um alívio para a execução orçamentária desses Estados, em particular do Estado do Rio de Janeiro, onde vivíamos uma situação de grande ansiedade pelo significativo impacto que a interrupção da distribuição desses royalties, já incorporados aos orçamentos do Estado, traria para a execução orçamentária e o cumprimento dos compromissos previamente assumidos.

Foi muito importante essa decisão, e já sinaliza para o Plenário do Supremo uma avaliação técnica do assunto. Ficamos muito felizes e, naturalmente, vamos aguardar o desenrolar das próximas etapas. Muito obrigado, Sr. Presidente. **(19/03/2013)**

Legitimidade política na eleição do presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Só quero realçar a minha opinião sobre o que ocorre na Comissão de Direitos Humanos, a realidade do meu ponto de vista.

A eleição e a posse do Presidente da Comissão foram um ato político perfeito, cumprindo todos os trâmites. A garantia, inclusive, da sua eleição - porque a baderna, na véspera, não permitiu - foi também um ato político perfeito do Presidente da Casa.

O que se põe hoje é que uma minoria não permite que haja o debate. Simplesmente, com baderna, com algazarra, com a intenção de não permitir o debate, uma minoria quer calar os Parlamentares majoritariamente da Comissão.

No meu entendimento, está havendo, naquela Comissão, perseguição religiosa como de resto em todo o Brasil. (26/03/2013)

Apelo para retirada de ‘baderneiros’ da Comissão de Direitos Humanos, e perseguição religiosa

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, venho a esta tribuna neste momento para manifestar mais uma vez a situação em que nos encontramos nesta Casa em relação à Comissão de Direitos Humanos.

Todos nós sabemos que o processo de indicação, de eleição e de posse do Presidente da Comissão foi politicamente correto até a última instância. Entendo - estou vendo hoje na mídia - que há tentativa de se esvaziar a Comissão por parte das Lideranças. Mas a que absurdo nós chegamos! Foi preciso eu ficar 30 anos nesta Casa para viver um absurdo desses.

Imaginem um processo político, um ato político perfeito, que encerrou a atividade e a participação do Colégio de Líderes. Agora, cabe ao Presidente da Casa - é sua atribuição primeira - garantir o funcionamento da Casa. E aquela Comissão é uma Comissão Permanente. Portanto, integra a Casa.

O não funcionamento da Casa traz para todos nós no Congresso Nacional mais um desgaste, que se soma a tantos quantos já existem.

Eu queria pedir ao Presidente Henrique Eduardo Alves que assumisse essa responsabilidade, que é sua, de tirar os baderneiros daquela Comissão, aliás, como ele fez na eleição do Presidente. Os baderneiros não deixaram haver a votação na véspera, ele convocou para o dia seguinte uma reunião fechada, e houve a eleição, porque é assim que procede a autoridade constituída. A baderna impede o livre debate democrático, a baderna impede o curso das ideias, e lá o que o se quer é o curso das ideias em torno daqueles temas.

Não vamos alegar que o Presidente tem processos, tem dívidas com a Justiça numa Casa onde nós temos cinco condenados, apenados usando a tribuna e posando aqui como Liderança, sem vergonha na cara - deveriam estar enterrados nos gabinetes, envergonhados, ou pedir para não estar mais aqui, renunciar a esses mandatos -, onde pessoas processadas exercem cargos e funções importantes. Não é, Sr. Presidente, esse o argumento.

O que existe naquela Comissão e que está claro hoje é que há perseguição, perseguição ideológica contra evangélicos, porque acham que aquela Comissão é de evangélicos. Não é, não! Naquela Comissão existem muitos assuntos que os evangélicos defendem ou que são contra. Nós somos contra casamento gay! Nós somos contra o aborto! Nós somos contra o estupro de vulneráveis a partir de 12 anos! Somos contra isso tudo por cultura, por tradição e por convicção religiosa, por que não?!

Então, é isso que está acontecendo. Ali e no Brasil está acontecendo perseguição religiosa. Querem desconstruir para poder implantar a ideologia bolivariana, comunista, socialista ou o nome que se der. Muito obrigado.
(27/03/2013)

Defesa de reformas política, eleitoral e partidária para reestruturar o sistema do País

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, quando eu venho falar por 1 minuto, trago um calhamaço de papéis. Hoje o meu discurso é de 25 minutos, e só tenho esta folhinha aqui, que servirá de roteiro.

Gostaria de fazer hoje meu pronunciamento começando por temas da mais alta importância para o nosso País. Alguns deles são objeto de debates na Casa, outros estão engavetados, mas nós precisamos, enquanto Parlamento, bem representar o povo brasileiro, que aguarda de nós soluções.

Nós temos reformas que são urgentes para serem feitas no nosso País. Dentre elas, no meu entendimento, as mais importantes, porque são ajustes que vão repercutir imediatamente na estrutura político-administrativa do País, estão a implantação de um orçamento impositivo, a revisão do Pacto Federativo, um ajuste do processo legislativo na Casa - e naturalmente a interface com o Governo Federal - e uma reforma partidária e eleitoral. Aliás, é preciso que seja uma reforma partidária e eleitoral, não apenas uma reforma eleitoral, como são todas as propostas.

O orçamento impositivo, Sr. Presidente, colegas Parlamentares, embora trate apenas de 10% ou 12% do orçamento, ele se impõe como um instrumento moderno, adotado pelas democracias maduras, onde o próprio orçamento é o planejamento para a aplicação dos recursos. Vejam, o orçamento impositivo, em contrapartida ao orçamento que hoje é utilizado no Brasil, que é um orçamento autorizativo, onde existe liberdade para mudança de destinação de recursos, traz um conceito fundamental, que é o da elaboração do orçamento a partir de projetos na base da sociedade, e esses projetos vão se somando a outros projetos regionais e a outros projetos nacionais. Esse orçamento constitui por si só o planejamento.

O Sr. Mauro Benevides - Permite-me V.Exa. um aparte?

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA - Deputado Mauro Benevides, em seguida vou conceder um aparte a V.Exa., com muita alegria.

Outro aspecto importantíssimo de um orçamento impositivo, Sr. Presidente, colegas Parlamentares, é o fato de que criminaliza a não execução do orçamento, estabelece responsabilidade criminal à autoridade responsável pela execução orçamentária e que não executa o orçamento. Claro, há exceções para que não seja executado, mas, não havendo justificativa, esta autoridade será criminalizada. Esta é uma questão importantíssima, porque dá seriedade à execução orçamentária.

Outro aspecto da execução orçamentária, que no orçamento autorizativo é um dos grandes problemas do Poder Executivo, são os restos a pagar no início do ano seguinte, na sessão legislativa seguinte, no próximo ano fiscal. Esta é uma questão que também seria resolvida, porque a execução orçamentária seguiria um ritmo natural.

Neste momento, concedo um aparte ao nobre Deputado e querido amigo Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides - Nobre Deputado Arolde de Oliveira, V.Exa. elegeu quatro temas para discorrer sobre eles durante o Grande Expediente da sessão de hoje, no tempo destinado a V.Exa. Mas, sem nenhum favor, eu destaco que esse orçamento é impositivo. Com o pacto federativo, que V.Exa. bem mencionou, e outras reformas realmente de vulto, não há dúvida de que o orçamento impositivo engrandece a nós próprios pelo exercício correto daquilo que significou o nosso trabalho. Se V.Exa. consigna dotações para obras importantes nos Municípios do Rio de Janeiro, eu também o faço em relação às comunas cearenses. Nós esperamos que essas dotações sejam repassadas pela União a exatamente esses Municípios, no Estado de V.Exa. e no meu Estado, o Estado do Ceará. Portanto, V.Exa. tem sobradas razões de apoiar essa tese, que passou a ser patroneada nesta Casa pelo próprio Presidente Henrique Eduardo Alves, não só na formulação da emenda que tramita neste momento, mas sobretudo na necessidade imperiosa de nós aprovarmos o orçamento impositivo sem mais delongas, porque com isso nós vamos vitalizar a ação do Parlamento e, conseqüentemente, favorecer os Municípios brasileiros. Cumprimos V.Exa. pelo excelente Grande Expediente de hoje, com V.Exa. discorrendo sobre temas de inquestionável relevância.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA - Obrigado, Deputado Mauro Benevides. V.Exa. tocou num assunto fundamental, que é a valorização da ação parlamentar. Eu costumo dizer que o Deputado hoje perdeu as funções de Parlamentar. As funções básicas do Parlamentar são, evidentemente, o acompanhamento, o controle da execução orçamentária e a iniciativa para projetos de lei. Nós não fazemos nem uma coisa nem outra. Os projetos de lei são feitos pelo Poder Executivo, e nós ficamos simplesmente aqui com aquelas questões que são menores, que não são questões nacionais. Nós tratamos de dar nome a pontes, de relacionar heróis não sei das quantas e, enfim, fazer aqui as audiências públicas em que se discute, discute e não se resolve nada.

Então, com o orçamento impositivo, o Parlamentar terá uma função parlamentar, como é em todos os Parlamentos do mundo, desde a execução do Orçamento. A proposta do Presidente da Casa de tornar impositivo o cumprimento do orçamento para as emendas parlamentares é um grande início. É um grande início, na realidade, e uma boa proposta, mas temos que ser mais abrangentes, temos que ir mais a fundo, porque é justamente nesses 10% do Orçamento da União onde mora o perigo: o perigo da corrupção, o perigo do desvio de recursos, o perigo da incompetência administrativa, o perigo das obras inacabadas, obras inacabadas.

Com o orçamento impositivo, nós temos o PPA, o Plano Plurianual, que naturalmente vai ser sério para ser executado. A Lei de Diretrizes Orçamentárias vai definir corretamente como será elaborado esse orçamento. E o orçamento terá que ser cumprido, porque existe a criminalização, a responsabilidade criminal para o executor. Com isso tudo, nós teremos um planejamento e continuidade da execução e aplicação dos recursos. Essa é a questão mais importante.

Então, essa é uma reforma que se impõe, que é justamente a implantação de um orçamento impositivo na Casa.

O Sr. Átila Lins - V.Exa. me permite um aparte, Deputado Arolde?

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA - Concedo, nobre Deputado Lins.

O Sr. Átila Lins - Deputado Arolde de Oliveira, quero cumprimentar V.Exa. pela oportunidade do seu discurso, um tema atual, oportuno,

e destacar o empenho do nosso Presidente de fazer com que a PEC que trata do orçamento impositivo, no que se refere às emendas individuais, seja urgentemente apreciada pela Comissão de Justiça, para, em seguida, S.Exa. designar uma Comissão Especial que vai elaborar o parecer a ser submetido a esta Casa. Temos que recordar do falecido Senador Antonio Carlos Magalhães, que lá atrás já advogava essa tese, porque há muitos anos, Deputado Arolde, V.Exa., que já está nesta Casa há mais de 30 anos, se recorda da luta que todos nós vimos enfrentando na busca de fazer com que o orçamento deixe de ser uma ficção, onde haja apenas uma coisa autorizativa: estima a receita e autoriza a despesa. Ora, aí autoriza se quiser. E as emendas que nós apresentamos, com as quais nos comprometemos perante as nossas comunidades e todos os prefeitos ficam esperando a sua liberação, quando chega o ano da execução orçamentária, se essas emendas não são liberadas, V.Exa. há de convir que nós passamos por uma dificuldade muito grande perante as nossas bases. Aí eu faço até uma proposta: que o orçamento impositivo fosse para as emendas individuais e que nós abrissemos mão até das emendas de bancada ou coletivas de Comissão, porque, se não saem as emendas individuais, só saem parcialmente - no ano passado, de 15 milhões, só liberamos 5 -, se não saem as emendas individuais, imagine V.Exa. as emendas de bancada que não são liberadas! Então, será preferível fazer logo um jogo em que só as emendas individuais - esqueçamos as emendas de bancada - sejam liberadas, para nós não passarmos vergonha perante as nossas bases.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA - V.Exa. tem razão.

O Sr. Átila Lins - É este o aparte, para contribuir com o discurso de V.Exa. Muito obrigado.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA - Obrigado a V.Exa. Aproveito a lembrança do nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, de tão grata memória, de saudosa memória, que tem a sua emenda constitucional já aprovada no Senado Federal e em tramitação na Casa, mas que está dormitando na CCJ. Essa Emenda nº 565 está prontinha e implanta o orçamento impositivo abrangente. Mas eu acho que esse caminho apontado pelo Presidente da Casa já é um avanço muito importante.

O outro assunto que eu gostaria de levantar aqui, dentro dessas grandes reformas necessárias e que fazem o ajuste sociopolítico, socioeconômico e até sociocultural do nosso País, é também a revisão do pacto federativo, sem dúvida nenhuma. É fundamental que seja revisto o pacto federativo. Nós temos vícios que a história impôs, nós temos que modificar questões como a participação no bolo maior da União.

Para darmos um exemplo: em 1989, o Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios, no Imposto de Renda e no IPI, essas duas rubricas de tributos representavam 77% do bolo da União. E 23%, por conseguinte, eram taxas, contribuições, fundos setoriais, etc. Em 2010, esses mesmos dois impostos passaram a representar apenas 45% de todo o bolo. Cinquenta e cinco por cento são taxas, contribuições, fundos setoriais. Isso ocorre porque, ao longo do tempo, a União foi centralizando os recursos, criando mecanismos que encolheram a participação de Estados e Municípios, que hoje vivem realmente em situação de penúria. É preciso que se faça essa revisão do pacto federativo.

Agora, tivemos um fato que, de certo modo, foi um grande debate nesta Nação e que vai ter uma consequência extremamente positiva, que foi a distribuição dos royalties do petróleo. A discussão e o debate em torno dessa matéria trouxe à tona o estado de real penúria em que vivem os Municípios e muitos dos Estados brasileiros. Para que isso seja corrigido, é preciso que seja revisto esse pacto federativo no que diz respeito, por exemplo, à cobrança do ICMS na fonte. Eu diria que sim, até a distribuição nos contratos futuros, é claro, dos royalties. Aí podemos criar taxa, porque royalty, na realidade, hoje significa compensação. Se é uma compensação, não tem nada que ser distribuído. É o que diz a Constituição. Esse é um debate que acabou parando na Justiça. O Supremo vai se pronunciar sobre ele. Mas, com certeza, nós vamos ter esse subproduto altamente positivo, que é expor, escancarar a injustiça que existe na aplicação dos recursos públicos entre a União, com todos os recursos, e os Estados e Municípios à míngua, mendigando e tendo que fazer barganhas políticas de toda natureza.

Esse gigantismo da União ainda é agravado, porque deixa à conta do próprio Governo Federal reduzir ou mitigar politicamente, às vezes até demagogicamente, esses desequilíbrios regionais, gerando, evi-

dentemente, o que tem sido chamado de guerra fiscal, em que os Estados procuram, através de renúncia fiscal, através de benefícios fiscais, levar atividades econômicas para suas fronteiras para gerar emprego, para gerar riqueza. Isso não é bom. Nós somos uma federação. A quem interessa, Presidente, colegas Parlamentares, enfraquecer a Federação? A Federação é um instituto. Só pode interessar a ideologias de esquerda, a ideologias comunizantes, a ideologias marxistas, a ideologias totalitárias. Só a essas ideologias interessa vencer esse obstáculo que se tornou a Federação brasileira para a implantação de suas filosofias, de suas doutrinas e de seus sistemas de governo. Só pode ser esse o interesse.

Outro assunto que eu acho muito importante - e eu falo muito à vontade porque estou aqui nesta Casa há 30 anos, convivi com todos os tipos de administração da Casa, em diversos tempos políticos, em diversas épocas políticas - é o ajuste do processo legislativo. Ao longo do tempo, um fator que ocorreu aqui na Casa é que o Senado Federal, aos poucos, foi abrindo mão das suas prerrogativas de representante dos Estados. E foi, aos poucos, deixando de ser a Casa Revisora das leis originárias aqui da Câmara dos Deputados, até porque poucas são as leis originárias aqui da Câmara dos Deputados. Hoje as leis são todas originárias no Palácio do Planalto. Mas, de qualquer forma, o Senado foi deixando de ser a Casa Revisora.

E hoje o que nós temos no Congresso Nacional? A Casa Revisora abdicou das suas funções na área financeira, na área da economia, e entregou para o Ministério da Fazenda essas funções. E passou a fazer leis. Ora, na iniciativa das leis, o Senado leva uma grande vantagem, porque são 81 Senadores, o processo lá é rápido, então, ficou muito mais ágil. E as leis passam a ser muito mais facilmente originárias do Senado do que da Câmara. Essa é uma questão que nós temos de rever. Nós temos que levar em conta que a Câmara representa a população, representa o povo. O Senado representa a Federação, e aí está o grande equilíbrio.

Outro aspecto do ajuste dessa questão é realmente a iniciativa das leis. Nós falávamos há pouco que o Deputado não cuida sequer da execução orçamentária e também não cuida da execução das leis, da iniciativa das leis.

Por quê? Porque a medida provisória passou a ser um instrumento, inclusive, de usurpação da vontade popular. É forte o que eu estou dizendo, eu sei disso, mas é de usurpação, e eu mostro por quê. Uma medida provisória entra, e, em uma Comissão mista de Senadores e Deputados, escolhe-se um relator, dependendo do tipo de assunto. Nessa medida provisória que trata de um assunto de banana, você pode colocar assunto de abacate, assunto de diamante, um bacalhau, qualquer outro tipo de coisa, e fazer uma legislação ou legislar sobre uma área que não tem nada a ver com o conteúdo original dessa medida provisória e que não passou pelo processo legislativo das audiências públicas, das Comissões Técnicas. Enfim, nós temos que rever essa questão da tramitação do processo legislativo.

A outra questão é a técnica legislativa. Nós abandonamos a técnica legislativa que eu aprendi lá atrás com os meus mestres do passado, aqui nesta Casa. Eu aprendi que a técnica legislativa requer, em assuntos polêmicos como, por exemplo, a questão do aborto e a questão do estupro de vulneráveis a partir de 12 anos, que tais matérias sejam tratadas individualmente. Elas têm que ser tratadas, sim, têm que tramitar na Casa, têm que ser muito debatidas, até chegarem à votação. E, se a maioria assim quiser, então que seja feita a lei. Casamento de homossexual é a mesma coisa.

Enfim, há uma série de temas que, pela sua natureza, muitos até de foro íntimo e outros realmente que têm um grande componente político, têm que ser debatidos dentro de um processo legislativo, desde a formulação da lei, passando por todas as Comissões unitariamente. Isso não pode ser feito num pacote, como, por exemplo, querem agora essa revisão do Código Penal, que é uma agressão à técnica legislativa. Essa revisão coloca, dentro do Código Penal, matérias altamente polêmicas e discutíveis para serem votadas e empacotadas, para serem enfiadas goela abaixo da Nação, porque, se elas tramitassem independentemente, uma a uma, naturalmente não teriam sucesso. Essa é outra questão.

Finalmente, chego ao último item de que quero falar, que é a questão da reforma partidária e da reforma política. Falarei rapidamente, porque esta é uma matéria que vai vir à tona nas próximas semanas. Infelizmente, quem está no poder não joga contra o próprio umbigo.

Esta é a grande realidade: somos todos seres humanos e não vamos fazer leis que nos prejudiquem. Até o Código Penal diz que você não pode gerar provas contra você mesmo, porque esse é um princípio do ser humano.

Então, nós temos que fazer uma reforma política a partir de um projeto que considere a política como um processo. Nós não podemos querer fazer reforma política hoje para valer amanhã, porque não vamos conseguir maioria, não vamos conseguir acordo. Reforma política tem que ter um horizonte longo. É preciso que se faça até a previsão das trocas das gerações aqui dentro, para que possa fazer reforma política.

Quando se vem aqui com essa história de que se vai fazer voto em lista, eu pergunto: voto em lista como? Voto em lista é uma agressão à Nação. Você vai transferir do eleitor para um grupelho de um partido - são mais de 30! Agora temos sete sendo formados ainda -, para um grupo de dirigentes partidários, a função de escolher quem vai ser o Parlamentar? Não existe isto.

Então, na realidade, nós precisamos dizer que voto em lista não vale. E também no voto em lista há uma outra questão: o voto em lista elimina a representação setorial. E eu cito uma, direto: elimina a representação dos evangélicos aqui nesta Casa. Por conseguinte, é um voto que traz distorção. Voto distrital e voto em lista eliminam essa representação.

E existe outro aspecto de uma reforma partidária eleitoral: temos que estabelecer uma cláusula de barreira, sim. Nós temos que acabar com as coligações proporcionais, para que ao longo do tempo haja um ajuste, haja uma redução desses partidos que acabaram se transformando - boa parte deles pelo fisiologismo - em bancas de negociação política para votação disso e daquilo no interesse do Governo.

Então, eu queria dizer essas coisas, Sr. Presidente, porque acho que é importante que nós reflitamos sobre esses assuntos como corporação, como representantes da Nação brasileira, como pessoas que aqui representam o povo. Cada um de nós traz aqui milhares de votos. Nós precisamos dar uma resposta, porque a imagem da Casa está muito empobrecida. Nunca a imagem desta Casa esteve tão empobrecida!

Digo que é até uma vergonha o que está acontecendo aqui na Casa.

Nós imaginamos que - vou concluir agora, Presidente -, se houver um esforço do Presidente Henrique Eduardo Alves, que tem experiência de 13, 14 mandatos, que conviveu com os grandes líderes que transformaram este País, nós vamos conseguir recuperar a imagem da Casa, esta imagem que é muito importante para todos nós.

A gente tem vergonha de andar na rua. Em muitos locais, você tem até vergonha de dizer que é Deputado Federal. Isso não pode continuar. É uma tristeza! A Nação está indignada com vários fatos que eu não vou citar agora aqui, mas que realmente nos deixam até nós, aqui dentro, indignados, indignados!

De maneira que eu agradeço esta oportunidade. Espero que nós possamos andar nessa caminhada juntos, mas refletindo grandemente, refletindo com "R" maiúsculo, não apenas cuidando do umbigo de cada um. (27/03/2013)

Manifesto em homenagem às Forças Armadas pelo dia 31 de março de 1964

Sr. Presidente, quero prestar minha homenagem às Forças Armadas do Brasil, que há 49 anos, no dia 31 de março de 1964, convocadas pela Nação, interromperam o processo de implantação do comunismo em nossa Pátria. Peço a V.Exa. que dê como lido o meu pronunciamento e registre nos Anais da Casa o manifesto dos Presidentes dos três clubes militares. Muito obrigado.

Pronunciamento

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero prestar a minha homenagem às Forças Armadas do Brasil que há 49 anos, em 31 de março de 1964, convocadas pela Nação, interromperam o processo de implantação do comunismo em nossa Pátria.

Faço-o transcrevendo o Manifesto assinado pelos Presidentes dos Clubes Militar, Naval e de Aeronáutica.

“À Nação Brasileira: 31 DE MARÇO.

A História do Brasil registra a participação decisiva das Forças Armadas Nacionais em todas as ocasiões em que, por clamor popular ou respeito à legislação vigente, se fizeram necessárias as suas intervenções, para assegurar a integridade da Nação ou restabelecer a ordem, colocada em risco por propostas contrárias à índole ou ao modo de vida do Brasileiro.

As Forças Armadas não chegaram agora ao cenário nacional. Estiveram presentes desde o alvorecer da Pátria! Lutaram nas guerras para a consolidação da Independência e garantiram a integridade territorial por ocasião das tentativas separatistas nos primórdios da emancipação! Quando o mundo livre se viu ameaçado pelo totalitarismo nazifascista, seus marinheiros, soldados e aviadores souberam combater com dignidade, até o sacrifício, quer na campanha naval do Atlântico Sul, quer nos campos da Itália ou nos céus do Vale do Pó!

Certamente esta é uma das principais razões pela qual a população brasileira atribui às Forças o maior índice de credibilidade, entre todos os segmentos nacionais que lhe são apresentados.

Não foi com outro entendimento que o povo brasileiro, no início da década de 1960, em movimento crescente, apelou e levou as Forças Armadas Brasileiras à intervenção, em Março de 1964, num governo que, minado por teorias marxistas-leninistas, instalava e incentivava a desordem administrativa, a quebra da hierarquia e disciplina no meio militar e a cizânia entre os Poderes da República.

Das conseqüências dessa intervenção, em benefício da Nação Brasileira, que é eterna, há evidências em todos os setores: econômico, comunicações, transportes, social, político, além de outros que a História registra e que somente o passar do tempo poderá refinar ou ampliar, como sempre acontece.

Não obstante, em desespero de causa, as minorias envolvidas na liderança da baderna que pretendiam instalar no Brasil, tentaram se reorganizar e, com capital estrangeiro, treinamento no exterior e apoio de grupos nacionais que almejavam empalmar o poder para fins escusos, iniciaram ações de terrorismo, com atentados à vida de inocentes que, por acaso ou por simples dever de ofício, estivessem no caminho dos atos delituosos que levaram a cabo.

E que não venham, agora, os democratas arrivistas, arautos da mentira, pretender dar lições de democracia. Disfarçados de democratas, continuam a serem os totalitários de sempre. Ao arrepio do que consta da Lei que criou a chamada 'Comissão da Verdade', os titulares designados para compô-la, por meio de uma resolução administrativa interna, alteraram a Lei em questão limitando sua atividade à investigação apenas de atos praticados pelos Agentes do Estado, varrendo 'para debaixo do tapete' os crimes hediondos praticados pelos militantes da sua própria ideologia.

É PARA AQUELES CUJA MEMÓRIA ORA SE TENTA APAGAR DA NOSSA HISTÓRIA E QUE, NO CUMPRIMENTO DO DEVER OU EM SITUAÇÃO DE TOTAL INOCÊNCIA, MILITARES OU CIVIS, FORAM, CRIMINOSAMENTE ATINGIDOS PELOS INIMIGOS DA NAÇÃO, QUE OS CLUBES NAVAL, MILITAR E DE AERONÁUTICA, REPRESENTANDO SEUS MILHARES DE SÓCIOS, OFICIAIS DA ATIVA E DA RESERVA E SEUS FAMILIARES, RENDEM, NESTA DATA, SUA HOMENAGEM E RESPEITO”.

Assinam: Vice-Almirante Ricardo Antonio da Veiga Cabral, Presidente do Clube Naval; General de Exército Renato Cesar Tibau da Costa, Presidente do Clube Militar; Tenente Brigadeiro do Ar, Presidente do Clube da Aeronáutica. **(02/04/2013)**

Críticas a tópicos da proposta de reforma política

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, os processos sociais, como é o caso da política, evoluem seguindo as linhas de menor resistência que atendam os interesses da sociedade. Esses processos não são afeitos a rupturas ou descontinuidades, principalmente se as motivações não estiverem sintonizadas com a vontade dos agentes em causa.

O Relator da proposta de reforma política, que no meu entendimento se restringe a uma abordagem eleitoral, tem feito um grande esforço na busca do melhor caminho para aperfeiçoar o processo político-eleitoral.

Contudo, não logra êxito pela desconfiança, quase certeza, de que

suas propostas interessam à perpetuação de seu partido no poder, a não ser que as medidas sejam adotadas, como orienta a lógica, a médio e longo prazos.

Mas o Relator está muito ansioso para implementar imediatamente o seu novo sistema, que não considera a situação do elevado número de partidos existentes e que não possuem qualquer organicidade. Assim, propõe voto em lista partidária para metade das vagas em disputa e o voto no candidato para a outra metade, além de introduzir um confuso sistema de cálculo das sobras para identificar eleitos.

Esse método reforça o poder das dinastias partidárias, ou dos donos dos partidos, além de consolidar, pela via clientelista, o esquema de vassalagem ao partido do Governo.

Propõe, também, o financiamento público de campanha, tornando ainda mais atrativo o “negócio” de fundar partidos, que já tem o grande apelo do acesso ao Fundo Partidário.

Essa proposta também alimenta o esquema fisiológico de subordinação ao partido do Governo.

Não há como pensar-se em adotar estas duas propostas sem uma drástica redução do número de siglas partidárias e um calendário de longo prazo.

A proposta de proibição de coligações para os cargos parlamentares tem a simpatia dos grandes partidos, desde que seja adotada no futuro. Como essa proposta tende a reduzir o número de partidos, não será apoiada pelas pequenas agremiações.

A PEC para estabelecer eleições gerais, com coincidência em todos os níveis, também poderá ser aprovada, estabelecendo que os mandatos de Prefeitos e Vereadores eleitos em 2016 sejam de 6 anos. Assim, em 2022 haveria eleições para todos os cargos em uma única data.

Penso que esses são dois dos principais pontos da proposta em discussão que dificilmente serão implantados de imediato. Outros pontos poderão encontrar consenso entre as Lideranças, desde que não sejam aplicados imediatamente.

Esse é o meu ponto de vista.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que determine a divulgação do meu pronunciamento nos órgãos de comunicação da Casa. Muito obrigado. (02/04/2013)

Defesa da execução obrigatória do Orçamento Geral da União

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, hoje venho a esta tribuna fazer uma intervenção que julgo muito importante.

O Presidente Henrique Eduardo Alves, no seu programa de gestão deste biênio, prometeu que até julho seria implantado o Orçamento impositivo na Casa.

Sou um defensor do Orçamento impositivo. Acho que o Orçamento impositivo moraliza toda a gestão, na parte de elaboração e execução orçamentária.

Contudo, hoje, num debate amistoso com o Deputado Bohn Gass, do PT do Rio Grande do Sul, fui alertado de que essa proposta se refere exclusivamente às emendas dos Parlamentares. E aí eu fiquei pensando: não será o Orçamento impositivo com que sonhamos.

O Orçamento tem de ser impositivo no todo, para todas as rubricas, para investimento, para que nós possamos ter um programa de Governo para dar fim a essa história de obras inacabadas e principalmente aos contingenciamentos, aos restos a pagar; tudo dentro do Orçamento tem de ser impositivo, até para garantir a função ao Parlamentar de fiscalizar a execução orçamentária, além da função de elaborar o Orçamento.

Acho que é de alto risco, não é recomendável que se faça a imposição orçamentária apenas para as emendas parlamentares. Este é o meu registro. Esta é a minha opinião. (03/04/2013)

Participação de Líderes partidários em tumulto ocorrido no plenário

Sr. Presidente, eu me inscrevi para falar e agradeço a V.Exa. a oportunidade. Não vou falar coisas agradáveis. Vou manifestar uma indignação. Nós estamos discutindo aqui a consequência da baderna. Mas nós deveríamos registrar no plenário a causa dessa baderna.

Eu estou nesta Casa, como V.Exa., há mais de 30 anos, e nunca vi ocorrência de baderna no plenário desta Casa com a complacência e a participação de Líderes partidários.

Isso é uma falta de respeito aos Parlamentares. Nós precisamos, Sr. Presidente, botar ordem na Casa. Nós já temos uma Comissão que não funciona por causa de baderna. Agora, o Congresso, o Plenário da Casa vai deixar de atuar por causa de baderna, nobre Presidente? A autoridade da Mesa tem de ser exercida. O Presidente Henrique Eduardo Alves tem que atentar para isso, tem que atentar para o que está escrito na Bandeira Nacional. Ordem, primeiro, para depois termos progresso nas votações. (16/04/2013)

Em defesa dos evangélicos e contra o caráter político ideológico de grupos ativistas

Muito obrigado, caro Presidente Simão Sessim. Eu quero fazer um registro sobre o conflito ideológico com a comunidade evangélica, de modo geral, no nosso País.

A comunidade cristã evangélica em nosso País está distribuída na pirâmide social na mesma proporção que a distribuição média da Nação e também está presente em todas as áreas urbanas e rurais dentro das nossas fronteiras. Em outras palavras, esse segmento, que representa mais de 25% da população e que cresce em média 6% ao ano, distribui-se, de forma homogênea por todo o tecido social brasileiro, nas áreas sociopolíticas, socioeconômicas e socioculturais das atividades nacionais.

Trata-se do único grupo massivo organizado que se reúne de três a quatro vezes por semana em suas congregações, além de outros eventos. Embora a motivação essencial de união e reunião, que ocorre pelo menos três vezes por semana, seja de natureza espiritual, profissão de fé comum, é inevitável o intercâmbio de informações e experiências decorrentes do exercício da cidadania em sua plenitude. Também é inevitável, Sr. Presidente, que o posicionamento político do evangélico cidadão e a sua conduta, em termos temporais, sejam orientados por suas convicções religiosas de foro íntimo.

Entende-se, assim, a firmeza com que os evangélicos defendem a vida e a família, os direitos individuais e coletivos, tais como as liberdades de expressão, de opinião, de reunião, de culto, de ir e vir, de criação intelectual, entre tantos direitos de que já desfrutamos e que lutamos para que sejam preservados conforme constam da Constituição Federal.

Ainda como elemento de fortalecimento do campo de influência da comunidade evangélica, identifica-se o compromisso social desempenhado pela igreja local, seja na ação direta junto às comunidades mais carentes, seja na direção de associações de moradores, clubes recreativos, atividades culturais, instituições educacionais etc.

Esse perfil, embora apresentado de forma muito resumida, ajuda a entender, por exemplo, o sentido real do confronto estabelecido na Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Vislumbra-se que se trata do confronto político-ideológico entre uma esquerda radical e um dos maiores obstáculos ao seu avanço no Brasil, que é o posicionamento político da comunidade evangélica.

O grupo de ativistas LGBT, cujas reivindicações tendem a desconstruir os valores da família, é usado pelo radicalismo ideológico como massa de manobra auxiliar, uma vez que opera no mesmo sentido.

Esse confronto ideológico se materializa em todos os assuntos de interesse da esquerda, como na reforma política, na reforma do Código Penal, no PNDH-3 e em inúmeros projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional.

Simple assim e grave assim é a motivação desse confronto absurdo, Sr. Presidente. (16/04/2013)

Prejudicialidade de dispositivos da Medida Provisória nº 592, de 2012

Presidente André Vargas, colegas Parlamentares, o assunto que eu trago à tribuna é uma recapitulação da votação da Lei dos Royalties.

Todos recordam que nós tínhamos uma alternativa, quando votamos a Lei dos Royalties: a de votar o relatório do Deputado Carlos Zaratini, que contemplava uma negociação e viabilizava uma votação. Infelizmente, não foi aprovado esse relatório, e retornou à votação o projeto, o outro projeto, o projeto original.

Como o projeto original foi votado, a Presidenta da República, ao sancioná-lo, apresentou emendas. Essas emendas, naturalmente, vieram para esta Casa para serem apreciadas, e aí tivemos todo aquele processo, ficando essas emendas para serem votadas neste ano. Contudo, a Presidência emitiu uma medida provisória com o objetivo de criar um mecanismo que pudesse ajustar a lei que havia sido votada.

Hoje, nós vivemos a seguinte situação, Sr. Presidente, colegas Parlamentares: a Comissão Especial da Medida Provisória nº 592 - que é esta dos royalties - reúne-se, porém, o que ocorre na prática e na realidade é que a lei que foi votada, cujos vetos foram derrubados, está vigente. Ela está sub judice, mas está naturalmente valendo. Então, nós estamos vivendo esta situação: se votarmos a MP 592, estaremos votando uma lei na vigência de outra.

Este é o entendimento do Presidente da Comissão Mista, que aprecia a medida provisória, após consulta ao setor jurídico: realmente, todos aqueles itens, todos aqueles artigos que tratam de redistribuições, de percentuais, são inócuos.

Então, essa é uma realidade para a qual nós temos que atentar, principalmente os Deputados que participam da Comissão Especial que analisa a Medida Provisória 592, no meu entendimento. Muito obrigado, Sr. Presidente e colegas Parlamentares. (17/04/2013)

Precariedade dos serviços prestados aos usuários pelas concessionárias da telefonia móvel

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu vou me controlar para não falar sobre o assunto abordado pelo meu antecessor. O meu objetivo aqui hoje é falar sobre o 4G, a tecnologia de banda larga que está para ser implantada no Brasil e que segue uma programação.

Eu tenho dito que nós vivemos a perspectiva de um apagão na telefonia celular, que naturalmente nunca vai chegar a ser um apagão de ausência total do serviço, mas de ausência de qualidade do serviço. Hoje nós pagamos dez e recebemos dois em matéria de serviço. Por quê? Porque as tentativas para estabelecer uma comunicação telefônica não são computadas. Essa é uma realidade. E nós não temos uma rede 3G capaz de atender às nossas necessidades.

O Brasil vai sediar a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos. E a Copa do Mundo, que será realizada em várias capitais, tem um programa para ser implantado. Ocorre que Estados Unidos e Europa usam como banda para a rede 4G a faixa de 700 mega-hertz, que coincide exatamente com o que nós chamamos aqui de dividendo digital, ou seja, a faixa que será liberada quando se implantar totalmente a televisão digital. Essa faixa tem que ser desocupada, mas não foi ainda.

Assim, o serviço 4G está sendo prestado, segundo foi licitado no ano passado, na faixa de 2,5 giga-hertz, que não é adequada, porque a frequência é muito curta. Por conseguinte, as células são bem menores. E, como as interligações entre as ERBs, as células e a central são feitas por meio físico - fibra ótica -, então, encarece demais a instalação. Contudo, um esforço está sendo feito. Porém, nós teremos deficiência nessa área.

Outro aspecto é que não há compatibilidade, por questão de frequência, dos equipamentos, dos smartphones utilizados para o 4G; não há compatibilidade com aqueles que são fornecidos, porque eles não operam em 2,5 gigas. Operam na faixa de 700 mega-hertz, que é a utilizada.

Então, eu quero justamente alertar que o Ministério das Comunicações, cujo Ministro neste momento está participando de uma audiência pública, com certeza, vai trazer soluções. Mas essas soluções passam por grandes e vultosos investimentos e prazos dilatados para que possam ser realizadas. Por conseguinte, entendo que chegamos ao limite para prestarmos um serviço pelo menos razoável nessa faixa de 4G, para atender aos turistas e aos operadores da mídia internacional que estarão presentes na realização desses eventos. Era o que eu queria dizer. Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente. (17/04/2013)

Reconhecimento da atuação de igrejas cristãs e de comunidades espíritas no tratamento de dependentes químicos

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que dê como lido este meu pronunciamento sobre as comunidades terapêuticas e o apoio governamental.

Há mais de 50 anos, no Brasil, as igrejas evangélicas, católicas e as comunidades espíritas amparam e cuidam dos dependentes químicos sem o apoio governamental, sem recursos e sem verbas públicas. É o caso da Comunidade S8, por exemplo, em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, instituída pelo saudoso Dr. Geremias de Mattos Fontes, ex-Governador do Estado do Rio de Janeiro, cuja memória reverencio neste pronunciamento.

Desta tribuna, também quero cumprimentar a iniciativa da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, que reconhece o trabalho dessas comunidades, desses centros terapêuticos, enfim, desse suporte que a igreja tem dado ao longo dos anos, há mais de 50 anos, e agora aceita convênios para canalizar recursos a essas instituições. Peço a V.Exa. que dê como lido este pronunciamento.

Pronunciamento

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há mais de 50 anos, no Brasil, as igrejas evangélicas, católicas e as comunidades espíritas amparam

e cuidam dos dependentes químicos sem o apoio governamental, sem recursos e sem verbas públicas.

São iniciativas que, de norte a sul deste imenso País, apresentam, ao longo dos anos, resultados positivos. As antigas Casas de Recuperação, hoje chamadas de Comunidades Terapêuticas deram certo. E ai desta Nação se não fosse o trabalho dos obstinados e ousados homens e mulheres que dedicaram a vida para salvar outras vidas da dependência do álcool e de outras drogas.

Destaco aqui um personagem em especial: falo do meu amigo Dr. Geremias de Mattos Fontes, ex-Governador do Estado do Rio de Janeiro, que era casado e pai de 7 filhos, que infelizmente já nos deixou. Na década de 70, quando seus filhos ainda eram adolescentes, Dr. Geremias observou que os filhos tinham amigos usuários de drogas e que muitos deles lutavam para deixar o vício e a dependência. Assim, em 1971, percebeu a necessidade de abrir um espaço em sua casa para acolher os adolescentes e jovens que queriam abandonar as drogas.

Os adolescentes começaram a aparecer naquele local onde se faziam reuniões com muita música e estudos de princípios bíblicos, lanches comunitários, jogos de vôlei, atendimentos individuais, grupos de bate-papo, tingimento de camisetas, artesanatos e outras atividades.

Daqueles encontros que aconteciam na cidade de Niterói, em 1972, foi oficialmente fundada a Comunidade S8, hoje com sede na cidade de Marambaia, no Rio de Janeiro.

Desde a sua fundação, a Comunidade S8 já ajudou milhares de pessoas a deixarem a dependência química.

O mesmo acontece com as demais comunidades terapêuticas religiosas no Brasil, que, muitas vezes, com pouca estrutura, sem recursos e sem os profissionais adequados apresentam como saldo para a Nação as milhares de vidas transformadas e as milhares de famílias restauradas.

Desta tribuna quero cumprimentar a iniciativa da SENAD - Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas que, ao reconhecer o trabalho dessas comunidades terapêuticas, passará, por meio de convênio e res-

pectivos projetos, a liberar verbas públicas para que as mesmas se organizem e tenham melhores condições para realizarem o trabalho de reabilitação e prevenção ao uso de entorpecentes, em especial no combate ao crack.

Alguns especialistas e algumas autoridades já se manifestam contra o apoio da SENAD e contra o repasse de recursos públicos às comunidades religiosas, tão somente por serem religiosas e pelo fato de usarem princípios bíblicos em seus métodos de apoio aos dependentes.

Mas esses mesmos especialistas não apresentam e não encontram alternativas ou propostas que tenham o mesmo sucesso e os resultados das casas de recuperação evangélicas católicas e espíritas.

Obrigado comunidades terapêuticas religiosas por tudo que já fizeram e fazem pelo nosso País. (17/04/2013)

Visita do Rei da Noruega ao Estado de Roraima e à reserva indígena ianomâmi no Amazonas

Sra. Presidenta, colegas Parlamentares, quero fazer o registro de uma matéria que tem causado preocupações e que a imprensa não tem divulgado, justamente a imprensa, que está sempre tão presente em todos os fatos de interesse nacional.

Diz a matéria que, após passagem por Roraima, o Rei da Noruega segue para reserva indígena. Depois diz que o Rei Harald V viajou, no dia 22, para a reserva ianomâmi, no Amazonas. Hutukara disse que a visita foi a convite do líder indígena Davi Kopenawa, que coordena, há mais de 30 anos, missões internacionais na região.

Eu fico me perguntando que interesse tem um rei, de um país amigo, é verdade, em vir ao Brasil sem dar nenhum conhecimento às autoridades, ou melhor, deve ter dado conhecimento, mas as autoridades brasileiras não tomaram nenhuma providência. Ele chega, vai a Roraima e visita uma tribo indígena à qual o Supremo Tribunal Federal, recentemente, deu ganho de causa em relação à demarcação de terras, em caráter contínuo.

Os agricultores da região, os arroteiros, saíram da região. Hoje, esses índios estão passando fome, estão peregrinando. São encontrados em cidades como Boa Vista, passando fome e necessidade. Agora, vem o Rei da Noruega, Chefe de Estado, invade a fronteira do Brasil, visita uma tribo e deve estar indo embora sem falar com a Presidente da República. Essa questão, no mínimo, tem de ser explicada.

Isso não quer dizer que haja alguma coisa de podre no reino da Noruega, até porque nesse caso não se trataria da Noruega; o país seria outro. Mas é muito estranho que isso tenha acontecido. A FUNAI dá informações pela metade. As autoridades dão informações pela metade. O que estará fazendo aqui o Rei?

Vamos fazer umas conjecturas absurdas. Estará preparando uma liderança indígena para proclamar a independência de nação indígena que ocupa o território na Venezuela e no Brasil, ou seja, um território binacional?

Será que vamos repetir no Brasil o que ocorreu na África, onde cada tribo proclamava a independência da sua nação e criava um território? O Governo brasileiro está atentando para esse fato? Ali temos uma nação com milhares de índios, uma das maiores do Brasil, com cultura própria e território predeterminado. Falta apenas aparecer um Rei da Noruega e proclamar a independência por meio de um indígena local.

Qual é o interesse? O interesse são as riquezas minerais, a biodiversidade brasileira, que está sendo levada daqui.

Eu acredito que a FUNAI tem parte nisso. Por que não informaram a Nação? Por que não alertarmos o Governo para a necessidade de acompanhar essas missões estrangeiras? Dizem que vêm fazer investimentos. É bom saber qual é a ONG que faz investimento, saber como esses recursos entram no Brasil transfronteira. Passam pelo Banco Central ou vêm direto para a nação indígena?

Há muito a ser explicado aí. Eu sigo a mesma linha do Deputado Paulo Cesar Quartiero, que se manifestou antes de mim. Talvez seja a hora de criarmos uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurarmos o que está ocorrendo nessa reserva indígena e em tantas outras.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a publicação, nos meios de comunicação da Casa, do artigo escrito pelo jornalista Reinaldo Azevedo, em 23 de abril de 2013, com o seguinte título: Os ianomâmis entre a malária, que mata, e o rei da Noruega, que se deslumbra. Ou: O Brasil mata seus índios, mas com muito amor e correção política! Muito obrigado.

Artigo a que se refere o orador

Os ianomâmis entre a malária, que mata, e o rei da Noruega, que se deslumbra. Ou: O Brasil mata seus índios, mas com muito amor e correção política!

Escrevi aqui no domingo mais um post sobre o desastre que foi a decisão do STF no caso de Raposa Serra do Sol. Os arrozeiros foram expulsos da reserva, e se deu o óbvio: fome, desemprego, êxodo de índios - muitos foram morar em favelas e lixões. A Funai, as ONGs, a Fundação Ford e os deslumbrados europeus, que continuam em busca do “bom selvagem”, venceram.

Duas notícias, com nove dias de diferença, chamaram a minha atenção - notícias fora do eixo Rio-São Paulo; notícias do Brasil profundo. Ontem, o G1 Roraima trazia a seguinte informação (em itálico). Volto em seguida.

Após estada em Boa Vista, o rei da Noruega, Harald V, seguiu nesta segunda-feira (21) com uma comitiva para a Reserva ianomâmi, região Novo Demini, no Amazonas. Segundo informações da Hutukara Associação ianomâmi, em Roraima, a visita à Reserva é um convite do líder indígena Davi Kopenawa.

Conforme a Hutukara, há mais de 30 anos a Noruega apoia o povo ianomâmi e, por isso, o líder indígena Kopenawa fez o convite para o rei conhecer a região. A Associação informou ao G1 que mais informações sobre a visita do rei na Reserva Indígena só poderão ser repassadas após o fim da missão.

Informações no site oficial da Embaixada da Noruega no Brasil relatam que, em 1983 autoridades norueguesas estabeleceram um apoio norueguês para os povos indígenas por meio de recursos destinados a Associações Indígenas e organizações não-governamentais (ONGs).

Segundo a Embaixada, a Noruega acredita que o apoio às organizações indígenas e indigenistas é fundamental para o desenvolvimento e fortalecimento desse povo para dar condições aos índios definirem o futuro desejado e o grau de integração com a sociedade não-indígena.

Voltei

Muito bem! Lembrei-me de um poema de Baudelaire sobre o rei de um país chuvoso. Tinha tudo, tadinho!, mas nada conseguia lhe aplacar o tédio. A Noruega não é um país chuvoso, mas é um país gelado. De vez em quando, o rei fica com vontade de sentir um calorzinho, não é?, e vai buscar promessas tropicais idílicas. Os ianomâmis de manual são uma boa causa.

Mas me ocorreu também de ler uma notícia na Folha de Boa Vista. Aí temos os índios reais, não aqueles para mostrar para o rei. Reproduzo o texto. Volto para encerrar.

Cerca de quarenta índios ianomâmis, entre crianças, jovens e adultos ocupam há três dias a quadra da escola estadual Manoel Augustinho de Almeida, na vila Antônio Ribeiro Campos, na região de Campos Novos, a 70 quilômetros da sede de Iracema, município no Centro-Sul de Roraima. Os indígenas alegam que deixaram a comunidade onde viviam, a Maiamase, na região do Catrimani, porque a malária estava dizimando famílias inteiras. “Perdi dois irmãos e outros parentes. Não temos gente lá na comunidade para cuidar da nossa saúde”, reclamou Joaquim Ianomâmi, um dos líderes.

A falta de comida também é motivo de reclamação dos índios. Eles garantem que não conseguem mais viver só da caça, pesca e da agricultura. “A gente também quer comida. Tá faltando lá na aldeia. Nossos filhos estão morrendo de malária e de fome”, lamentou Joaquim. Não bastasse isso, a comunidade Maimase ainda está em conflito com outras aldeias próximas. O prefeito de Iracema, Rarisson Nakaiama (PSDB), teria dado carona aos índios até a quadra da escola, quando eles se aproximavam da vila. Os ianomâmis já tinham andado dez dias, da missão Catrimani até Campos Novos. Durante o percurso, uma índia grávida de dois meses morreu e foi enterrada na beira da estrada. Os parentes não souberam detalhar o local.

No início da tarde de ontem, desconsolado e distante dos outros, o marido da índia que morreu no caminho estava sentado no final da quadra, apenas observando a outra filha, de seis anos, correr pela área da escola. Ele não quis conversar com a reportagem. “Também queremos que a Funai (Fundação Nacional do Índio) vá pegar o corpo da parente que ficou para trás. Ela morreu porque estava muito doente de malária e por isso não aguentou, assim como outros parentes que ficaram lá na comunidade, também morrendo”, denunciou Joaquim.

O líder alega que só voltarão à aldeia Maimase quando a Funai disponibilizar médicos, enfermeiros e remédios. “Veio a metade, mas ainda ficou parente lá na comunidade. Só voltamos quando resolverem nossos problemas”. Os ianomâmis avisaram que, se ninguém resolver a situação, como forma de protesto, vão continuar a caminhada até chegar a Boa Vista. “A gente descobre o caminho. Queremos que a Funai nos dê assistência”, reivindicou.

O coordenador da Fundação Nacional do Índio em Roraima (Funai/RR), André Vasconcelos, informou no começo da noite de ontem, por telefone, que servidores da Fundação, anteontem, já teriam ido ao local com ônibus para fazer o traslado dos ianomâmis de volta à comunidade Maiamase, mas eles teriam se recusado. “Pediram ferramentas e alimentação para voltarem, e já estamos providenciando isso. A situação é um pouco complicada porque eles têm conflitos étnicos com outras tribos”, ressaltou o coordenador.

Sobre a suposta epidemia de malária na comunidade Maimase, o coordenador adiantou que também vai verificar a denúncia junto às autoridades responsáveis pela saúde ianomâmi em Roraima.

Doações No início da tarde de ontem, a professora Maria da Silva Mendonça e outras servidoras públicas ajudavam a servir o almoço às famílias indígenas. “A nossa comunidade doou roupas e comidas para eles. Estamos aqui ajudando, pois tem muitas crianças e até idosos”, comentou.

Pela manhã, a direção da escola suspendeu as aulas de Educação Física. “Muitos estão definhados devido à longa caminhada e por isso dormem um pouco mais”, justificou a professora. A escola estadual

atende alunos das últimas séries do ensino fundamental e dos três anos do ensino Médio.

Encerro

A Funai, as ONGs e lideranças indígenas que aprenderam a falar uma espécie de linguagem sindical são eficientes na produção de proselitismo. No que respeita à assistência aos índios, no entanto, são de uma clamorosa incompetência. O rei da Noruega vai lá se embrenhar em alguma comunidade ianomâmi, tirar algumas fotos e depois volta para seu país gelado e para os mordomos invisíveis que administram o castelo.

A existência de uma Funai, que ainda insiste numa ideia de “preservação” da cultura indígena que congela a história, é uma estupidez anti-humanista. Sílvia da Silva, líder de um etnia de Raposa Serra do Sol, obrigado a sair da reserva para viver num lixão, definiu bem os valentes da fundação: “Eles querem que o índio volte a viver no passado, como viveram os nossos antepassados, que tinham raiz e usavam capemba de buritis [adereço] no pé, a bunda aparecendo. Hoje não, não quero fazer isso”. Na mosca e no mosquito! (24/04/2013)

Retomada dos trabalhos pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer um registro nesta oportunidade em relação ao funcionamento da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Casa.

É com satisfação que registro que, em razão do exercício da autoridade pela Presidência da Comissão, da organização dos trabalhos, hoje a Comissão está funcionando, está realizando audiências públicas. As duas últimas, inclusive, sobre a minoria indígena e seus direitos.

Ainda na semana passada tivemos uma grande arruaça no corredor das Comissões, uma baderna promovida por membros do grupo LGBT. É natural. Dava até a impressão de que eles estavam contra os índios, tal a forma como queriam interromper a audiência em andamento na Comissão.

Agora estão mais calmos, mas não se iludam, essa calma se justifica pela criação, na Comissão de Cultura, de uma Subcomissão de Cultura, Direitos Humanos e Minorias. Agora o movimento LGBT, naturalmente, fará suas manifestações e o trabalho em benefício próprio na Comissão de Cultura.

Talvez devamos fazer um estudo mais profundo para saber se isso é possível regimentalmente. Se não for, teremos de fazer uma representação e - quem sabe? - uma questão de ordem para resolver o assunto.

Vejam, o problema, parece, é que esse grupo minoritário perdeu a teta da República, a que solta emendas da Comissão a granel para garantir as marchas, as viagens e as manifestações. Agora arranjaram uma “te-tinha” na Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados. Eu vou ficar atento para ver se é isso mesmo. Se for, naturalmente, com o exercício da autoridade, de acordo com o Regimento, vamos tomar providências para que a Casa opere como tem que operar e não nos envergonhe mais. Muito obrigado. (24/04/2013)

Transcurso do 80º aniversário da conquista do direito de voto pela mulher brasileira

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, venho à tribuna para registrar que há 80 anos houve a emancipação política da mulher, um fato muito importante.

Quero deixar registrado e vou ler um texto do Jornal do Brasil, do dia 3 de maio de 1933, que diz:

“O dia de hoje marca, para a mulher brasileira, a data histórica de um triunfo memorável: pela primeira vez vai ela exercer o direito do voto. Pela primeira vez, politicamente emancipada, vai a mulher colaborar com o homem na escolha de uma Assembléia Constituinte e, eleitora e elegível, pela primeira vez, vem ela trazer o apoio, consciente e livre, de sua opinião, cooperando ativa e diretamente na organização da vida política do País.” Jornal do Brasil, em 3 de maio de 1933.

Foi nas vésperas da Constituinte de 1934, quando várias mulheres con-

correram naquela época. Sendo eleita a primeira mulher Deputada, na situação de Constituinte, Carlota Pereira de Queirós. Ela era uma atuante política em São Paulo nos movimentos constitucionalistas e foi eleita. Foi a primeira mulher eleita e marcou esse tempo.

Antes dela, no Brasil, tínhamos tido a eleição de uma prefeita, em 1928. Foi a primeira prefeita eleita na América Latina. Segundo as informações dessa mesma matéria do Jornal do Brasil, foi eleita no Rio Grande do Norte. O nome dela era Alzira Soriano. Não concluiu o mandato porque em 1930 tivemos o movimento com Getúlio Vargas, mas foi a primeira mulher eleita.

Eu fiz essas considerações iniciais e gostaria de dizer que eu não concordo com essa política de cotas para as mulheres se candidatarem a cargos parlamentares - 30% são discriminatórios.

Fiz um projeto de lei, que está tramitando, está na CCJ, o PL nº 4.497, de 2012, justamente com o interesse de fazer com que nós tenhamos participação equânime entre homens e mulheres em todas as eleições. O projeto está tramitando, e eu creio que com isso nós faremos justiça. As cotas sempre trazem consigo um forte conteúdo de discriminação, o que não é bom.

Então, na política, queremos ter nesta Casa, no futuro, 50% de mulheres e 50% de homens. Aí, estaremos realmente com os plenos direitos políticos da mulher alcançados, projeto este que se iniciou há 80 anos, mas na realidade até hoje a mulher luta por direitos.

Mesmo na Constituição de 1934, vários avanços ocorreram - horário de trabalho, salários no trabalho e não demissão por gravidez, por exemplo. Todos ficaram já incluídos naquela Constituição. Hoje, nós estamos evidentemente vivendo um momento também de novas conquistas para as mulheres, o que é muito importante. Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado, caros colegas. (08/05/2013)

Saudações aos parlamentares argentinos em visita ao Brasil

Quero anunciar que está na Casa nos prestigiando uma comissão de políticos da Argentina cujo Presidente é o Sr. Allan Clutterbuck. O grupo está fazendo uma visita à nossa Comissão de Educação.

Peço à comissão de políticos argentinos que venha aqui para ser apresentada, por gentileza.

É um prazer grande recebê-los aqui. A Casa está aberta aos senhores. Sabemos que a Câmara dos Deputados da Argentina também está sempre aberta para os Parlamentares do Brasil. Muito obrigado.

Bienvenidos!

Muito obrigado. Foi um privilégio tê-los conosco. (08/05/2013)

Natureza ideológica da contratação de médicos cubanos pelo Governo para atendimento no interior do País

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, peço paciência aos nossos companheiros. Serei muito breve, apenas 3 minutos.

A imprensa tem noticiado que o Governo pretende, através do Ministério da Saúde, importar 6 mil médicos cubanos para operarem nas periferias sociais do País, junto às populações mais carentes.

Todos nós sabemos que em Cuba o setor de saúde é estatizado. Os médicos em Cuba são antes de tudo agentes do Governo para doutrinação ideológica; por conseguinte, esses serão os médicos que o Governo pretende importar para o Brasil.

Por outro lado, o Brasil tem 200 escolas de medicina com currículo muito qualificado e mais 2 anos de residência hospitalar. Não existe falta de médicos.

O Conselho Federal de Medicina, em nota divulgada, protesta veementemente contra essa contratação, alegando que não faltam médicos no Brasil e que a qualidade profissional dos cubanos é duvidosa, além de gerar desemprego.

Uma leitura mais atenta, contudo, nos dá conta de que se trata de uma estratégia contra essa contratação. Trata-se de uma estratégia para acelerar o avanço do socialismo materialista em nosso País.

A Nação brasileira, que desfruta de liberdades democráticas do Estado de Direito e de valores cristãos que os cubanos não conhecem, tem que reagir também veementemente contra essa medida e apoiar as instituições de classe que são contrárias a essa importação de médicos.

Sobre o assunto, eu peço a V.Exa., Presidente, que registre nos Anais da Casa uma matéria publicada pela Agência Brasil, no dia 6 deste mês, assinada pelos repórteres Marcelo Brandão, Caio Vieira, além do editor Fabio Massari.

Quero também dizer que, quanto à Medida Provisória dos Portos, acompanhamos em gênero, número e caso, evidentemente, a posição do Líder Eduardo Sciarra, do PSD.

Peço, por gentileza, a V.Exa. que também dê divulgação desta matéria nos meios de comunicação da Casa, em particular no programa A Voz do Brasil. Muito obrigado.

Pronunciamento

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a imprensa tem noticiado que o Governo, através do Ministério da Saúde, pretende importar 6 mil médicos cubanos para trabalharem nas periferias sociais, junto às populações mais carentes.

Todos sabem que em Cuba o setor de saúde é estatal e constitui o mais importante instrumento de doutrinação e controle ideológico da população, isto é, os médicos são também agentes políticos da ditadura comunista de Fidel Castro.

Por outro lado, no Brasil temos 200 escolas de medicina, que formam 16 mil médicos por ano, com qualificado currículo acadêmico, e mais 2 anos de residência hospitalar. O fato é que as políticas públicas, principalmente salariais, não estimulam os profissionais a fazerem concursos públicos para prestarem serviço no interior.

O Conselho Federal de Medicina - CFM, em nota divulgada, protesta veementemente contra essa contratação, alegando que não faltam médicos no Brasil e que a qualidade profissional dos cubanos é duvidosa, além de gerar desemprego.

Uma leitura mais atenta, contudo, nos dá conta de que se trata de uma estratégia para acelerar o avanço do socialismo materialista em nosso País, nos mesmos moldes adotados na Venezuela para implantar a ditadura bolivariana de Hugo Chávez.

A nação brasileira, que desfruta das liberdades democráticas, do Estado de Direito e dos valores cristãos, os quais os cubanos não conhecem, precisa ficar atenta e apoiar as instituições representativas dos profissionais da saúde na defesa dos seus legítimos interesses de classe e contra a sordidez ideológica embutida no programa.

Sobre o assunto peço o registro nos Anais da Câmara de matéria publicada pela Agência Brasil, assinada pelos repórteres Marcelo Brandão e Caio Vieira, além do editor Fábio Massalli.

Matéria a que se refere o orador

Conselho Federal de Medicina condena chegada de médicos cubanos ao Brasil. (Agência Brasil)

Brasília - O Conselho Federal de Medicina (CFM) divulgou, nesta segunda-feira, uma nota repudiando o acordo entre Brasil e Cuba, que prevê a vinda de 6 mil médicos cubanos para atuar em regiões carentes do país. Além de questionar a qualidade dos médicos estrangeiros, a entidade põe em dúvida as reais intenções do governo brasileiro com a medida.

‘O Conselho Federal de Medicina condena veementemente qualquer iniciativa que proporcione a entrada irresponsável de médicos es-

trangeiros e de brasileiros com diplomas de medicina obtidos no exterior sem sua respectiva revalidação. Medidas neste sentido ferem a lei, configuram uma pseudoassistência com maiores riscos para a população e, por isso, além de temporárias, são temerárias por se caracterizarem como programas político-eleitorais', diz a nota.

A entidade ainda propõe a criação de uma carreira de Estado para médicos do Sistema Único de Saúde (SUS), para suprir a falta de profissionais na rede e reivindica mais recursos para o setor, 'um mínimo de 10% da receita bruta da União'.

Ainda de acordo com a nota, o CFM diz que, juntamente com os Conselhos Regionais de Medicina, 'envidarão todos os esforços possíveis e necessários, inclusive as medidas jurídicas cabíveis, para assegurar o Estado Democrático de Direito no país, com base na dignidade humana'.

Edição: Fábio Massalli

Comentários:

Caio Vieira

Quem diria que logo o Partido dos Trabalhadores é que entraria para a história ao abolir a Lei Áurea e retomar a importação de escravos ao Brasil. Agora não serão africanos, serão escravos cubanos, com diploma de médico, não revalidado, a trabalhar para o PT no interior do Brasil, fazendo propaganda política disfarçada de saúde. Dos 8 mil anunciados de salário, 6.5 mil (81,25%) serão pagos diretamente ao regime cubano. Não poderão deixar o Brasil senão Cuba perde a verba. O nome disso é trabalho análogo à escravidão.

Há mais de um ano o Governo vem insuflando um falso discurso de "falta de médicos" neste país como pretexto para trazer médicos "estrangeiros" para as áreas mais pobres da nação, chamando isso de "revolução".

A verdade é que falta médico no interior por culpa do governo, que não paga direito, quando o faz, paga mal, não dá estrutura nem mínimas condições de se exercer a medicina nos rincões do Brasil. O Go-

verno não estrutura o SUS e depois tenta acusar a classe médica de ser a culpada pela ausência de doutores nesses locais.

Ao longo desse ano o volume do discurso antimédico aumentou. Falaram ridiculamente em trazer médicos de Portugal e Espanha, querendo atenuar o discurso de oposição, como se isso fosse possível. Apesar da evidente mentira do governo na posição de “falta de médicos”, em um país que hoje abriu em Campinas a sua ducentésima faculdade de medicina (só perdemos para a Índia), o discurso permaneceu o mesmo.

Sem ter mais como esconder, o Governo Dilma abre o jogo: Irão trazer, por decreto, 6.000 médicos de Cuba para atenderem nos locais onde dizem faltar médicos. Receberão 8 mil reais por mês. Quer dizer, isso é outra mentira, pois já sabemos que desses 8 mil, 6,5 mil serão pagos ao governo cubano diretamente. Neste país, esse tipo de relação trabalhista se chama Trabalho Análogo à Escravidão.

O governo Dilma não quer contratar estrangeiros para suprir carência de médicos: Quer contratar 6.000 escravos, agentes de propaganda política de Cuba, que também são médicos (lá, não aqui), para fazer campanha política nos interiores abandonados (pelo Governo) em prol do Partido dos Trabalhadores.

Ao invés de estruturar o SUS, montar equipamentos de saúde e construir a carreira federal de médicos, Dilma irá contratar escravos cubanos que não falam português para atenderem sem nenhum recurso uma gama de população carente de serviços e atenção.

A população continuará sem atenção e morrendo sem saúde, mas agora teremos os médicos, digo, escravos de Cuba para fazerem a campanha de Dilma em 2014.

De quebra, virão também os poucos mais de 600 brasileiros que estudaram na ELAM (Escola Latinoamericana de Medicina, em Cuba) e que no Brasil não conseguiram passar no Revalida. Como sabemos, os médicos formados na ELAM são proibidos de atender cubanos da elite política. E para conseguir uma vaga na ELAM, aqui no Brasil, você precisa ser indicado pelo PT ou PCdoB, que possuem cotas anuais para serem preenchidas por companheiros que querem ser médicos sem fazer vestibular.

O que está ocorrendo é um crime de lesa pátria. A questão já superamente a discussão de mercado médico e qualidade de atendimento. Estão usando a crise na Saúde para importar agentes estrangeiros desqualificados tecnicamente (pois não serão submetidos a testes de aferição de conhecimento) para infiltrarem comunidades pequenas para fins de propaganda e manipulação de massas.

Cabe à FENAM, ao CFM e à AMB proporem ADIN ao decreto, se ele sair de fato, bem como processo ético profissional contra o Ministro Alexandre Padilha e todos os médicos que estão participando desse Coup d'État contra a sociedade brasileira. Cabe também denúncia à OIT pelo regime análogo à escravidão que será imposto aos cubanos, digo, escravos cubanos importados pelo Brasil. (13/05/2013)

Requerimento de informação, ao Ministro da Justiça, sobre a visita do Rei da Noruega

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, quero registrar que, na semana passada, dei entrada a um requerimento ao Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, por meio da Mesa Diretora, solicitando informações sobre a misteriosa viagem do Rei da Noruega, Harald V, a aldeias indígenas nos Estados do Amazonas e Roraima.

Esse assunto ficou bastante esquisito, porque não houve uma manifestação explícita por parte do Governo, nem do Itamaraty no sentido de esclarecer como pode um Chefe de Estado entrar no Brasil pela fronteira, em surdina, e visitar terras indígenas, onde são exigidas quarentenas, etc., para se aproximar dessas aldeias. No entanto, ele veio, foi e ninguém tomou conhecimento. Esse é o objeto do requerimento. Muito obrigado. (13/05/2013)

Motivação financeira para a criação de sindicatos

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, aproveito este tempo para fazer o registro de matéria que foi objeto de pesquisa publicada na imprensa sobre a constituição de sindicatos em nosso País.

A matéria dá conta de que existem mais de 15 mil sindicatos organizados no Brasil. Interessante notar que a grande motivação alegada na matéria é a contribuição obrigatória, o que é verdade. Consta, inclusive, que existem sindicatos de categorias que nem existem mais ou que não são mais ativas, como é o caso da de datilógrafos, etc.

Esta é uma realidade em nosso País: motivação financeira para a organização da sociedade civil. E essa motivação distorce os reais objetivos da legislação que estabelece as regras para a organização democrática da sociedade civil.

Eu até citaria, por exemplo, outra questão: a constituição de organizações não governamentais. Há as exceções de praxe, é claro. Existem ONGs muito sérias que prestam realmente serviços relevantes. Mas a grande maioria, quase a totalidade das ONGs, tem também uma motivação exclusivamente financeira, ou seja, a motivação de receber verbas dos cofres públicos através de emendas de toda natureza.

Cito ainda que eu tenho até um projeto de lei que exige a publicação periódica da prestação de contas dessas ONGs.

E, agora, recentemente, para citar o último caso, a constituição de partidos políticos também não escapa à motivação financeira. Falo da questão do bom negócio em torno do fundo partidário e do tempo de televisão. Com as exceções - é claro - de praxe, a maioria está buscando um bom negócio para acomodar os seus problemas e interesses pessoais. É o caso dessa legislação que está tramitando na Casa, que está agora sob liminar no Supremo Tribunal Federal.

Essa matéria, naturalmente, ainda vai ser debatida, além de ser julgada pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal. Eu agradeço a oportunidade. Muito obrigado, Sr. Presidente. **(14/05/2013)**

Transcurso do Dia Internacional da Família

Sr. Presidente, hoje é o Dia Internacional da Família, comemorado em todo o mundo no dia 15 de maio de cada ano. Este dia foi proclamado pela Resolução da Assembleia Geral da ONU, em 1993, e reflete a importância que a comunidade internacional atribui às famílias.

O Dia Internacional oferece uma oportunidade para promover a conscientização das questões relativas às famílias e aumentar o conhecimento dos processos sociais, culturais, econômicos e demográficos que afetam as famílias.

Na sua resolução, a Assembleia Geral da ONU também observou que as medidas relacionadas às famílias, baseadas nos resultados das grandes conferências e cúpulas das Nações Unidas da década de 1990 e seus processos de acompanhamento, continuam a orientar as políticas e os programas para fortalecer as famílias como parte de uma abordagem integrada e abrangente para o desenvolvimento.

O Dia Internacional da Família tem inspirado uma série de eventos de sensibilização. Em muitos países esse dia é uma oportunidade para destacar diferentes áreas de interesse e a importância para as famílias. As atividades incluem oficinas e conferências, programas de rádio e televisão, artigos de jornais e programas culturais que valorizem temas relevantes.

Assim, desejo que este dia não seja apenas dedicado à realização de eventos festivos e de celebrações, mas que seja também dedicado a uma ampla reflexão sobre a necessidade do fortalecimento da família brasileira, nos moldes preconizados na Constituição Federal.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que determine a divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e no programa A Voz do Brasil. Muito obrigado. **(15/05/2013)**

Apresentação de PDL para a sustação dos efeitos da Resolução nº 175/2013

Sr. Presidente, eu quero registrar que hoje dei entrada a um projeto de decreto legislativo que susta os efeitos da Resolução nº 175, de 2013, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre habilitação de celebração de casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. (22/05/2013)

Dois pesos e duas medidas na prisão de pastor evangélico

Sr. Presidente, há algumas semanas foi preso no Rio de Janeiro um pastor evangélico por suspeita de crime de estupro. Foi preso, algemado, levado pela polícia, teve a cabeça raspada, enfiaram-lhe um uniforme de presidiário e levaram-no para Bangu 1.

Veja: ele é suspeito de um crime. Em compensação, em contraponto, aqui na Casa - veja a injustiça -, nós temos pessoas que são Deputados, foram julgados, condenados e apenados. É uma diferença. Há dois pesos e duas medidas na Justiça brasileira. (22/05/2013)

Realização do 57º Painel da Associação Brasileira de Telecomunicações - TELEBRASIL

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, a Associação Brasileira das Empresas Operadoras de Telecomunicações - TELEBRASIL, em seu 57º Painel, realizado em Brasília na semana passada, reuniu as empresas operadoras dos serviços de telecomunicações, tendo a participação do setor público e especialistas nas tecnologias envolvidas.

Feita a análise conjuntural do setor e confirmado mais uma vez o sucesso da privatização, além de identificados os óbices para as etapas seguintes, foi divulgada a Carta de Brasília, contendo as expectativas do

setor em relação às políticas do Governo para as telecomunicações nos próximos anos, cujos termos peço que fiquem registrados nos Anais desta Casa.

Peço também a V.Exa., Sr. Presidente, que, além de registrar a Carta da TELEBRASIL, lhe dê publicidade nos meios de comunicação da Casa. Muito obrigado.

Carta a que se refere o orador

Carta de Brasília 2013

A infraestrutura e os serviços de telecomunicações são elementos essenciais para o desenvolvimento do País. Mesmo em regiões afastadas e mais desafiadoras do ponto de vista econômico, as redes que dão suporte aos serviços avançam, apesar da falta de apoio dos fundos públicos que deveriam suportar essa expansão e com todas as dificuldades burocráticas e logísticas.

Os investimentos em telecomunicações nos últimos 15 anos foram vultosos e sustentados por recursos privados, que levaram o total de acessos de telecomunicações para mais de 346 milhões em 2013. Neste momento, o setor comemora a impressionante marca de 100 milhões de acessos de banda larga.

A expectativa é investir mais, pois os desafios são grandes, com a expansão das redes ópticas, da infraestrutura de 4G, das novas tecnologias de banda larga e da modernização e melhoria de qualidade dos serviços existentes.

O que se espera do poder público são medidas simples, mas que ajudarão a agilizar e ampliar o ciclo de investimentos do setor. E para isso é essencial:

- 1) Estabelecer uma regulamentação pró-investimentos, precedida de análise criteriosa dos impactos regulatórios e econômicos.
- 2) Garantir equilíbrio no tratamento entre serviços regulados e não regulados que trafegam sobre as redes de banda larga.
- 3) Assegurar um modelo sustentável de Internet que estimule os inves-

timentos e inovação, com a possibilidade de oferta de serviços diferenciados.

4) Promover a desoneração tributária em todas as esferas de governo, para aumentar o investimento e a massificação dos serviços.

5) Liberar o uso de fundos públicos setoriais para atender regiões de menor atratividade econômica.

6) Aprovar com urgência no Congresso Nacional o Projeto de Lei das Antenas, alterar legislações municipais e eliminar a burocracia que impedem a melhoria da qualidade dos serviços e o desenvolvimento das redes.

O setor de telecomunicações reafirma seu compromisso de oferecer ao Brasil serviços inovadores para promover uma sociedade cada vez mais conectada. Temos a certeza de que isso ajudará nossa economia a manter e acelerar o ciclo virtuoso de crescimento dos últimos anos, proporcionando desenvolvimento sustentável com crescente inclusão social. (27/05/2013)

Atividades do bloco comercial Aliança do Pacífico

Obrigado, Sr. Presidente. Colegas Parlamentares, o assunto que me traz à tribuna é o fato de que, em tempo recorde, quatro países da área do Pacífico abriram uma nova área de livre comércio. Essa área, que inclui México, Colômbia, Chile e Peru, inicia sua operação no dia 30 de junho. Serão inicialmente zeradas as tarifas para 90% dos produtos produzidos nos quatro países e serão incluídos no seu rol de clientes todos aqueles que individualmente já mantêm negócios com cada um desses países, o que eleva esse universo a mais de 90 países.

Em contrapartida, o MERCOSUL naufraga, a olhos vistos, numa política ideológica bolivariana, buscando trazer países que não têm significação econômica para o seu seio, inclusive, tirando o país da origem, como foi o caso do Paraguai, e, para admitir clientes, há necessidade de o bloco votar por unanimidade. Isso é um grande empecilho.

O principal impacto da associação de livre comércio andina do Pacífico sobre o Brasil será a perda de clientes e investimento, porque além do Custo Brasil os preços dos produtos brasileiros e dos países do MERCOSUL serão mais elevados em cerca de 20% a 25%. Com isso, precisamos atentar para modificar a política do MERCOSUL, que já está moribundo, sob pena de termos de enterrá-lo em seguida.

Para termos ideia, a Aliança do Pacífico começa com o um PIB de 556 bilhões de dólares, enquanto o MERCOSUL tem 335 bilhões de dólares apenas.

Então, eu atento para a mudança na política do MERCOSUL. Temos de acabar com essa ideia bolivariana de ideologizarmos a política econômica do MERCOSUL para que ele não morra. Obrigado, Sr. Presidente.
(28/05/2013)

Parlamentares de países de língua portuguesa visitam a Casa

Sra. Presidente, colegas Parlamentares, na realidade, vou aproveitar este tempo para também saudar os companheiros Parlamentares dos países de língua portuguesa que estão nos visitando e, ao mesmo tempo, realçar a oportunidade e a forma adequada com que a Deputada Benedita da Silva nos representou a todos, com as suas palavras de saudação, ela que também participa desse grupo.

Sejam bem-vindos ao nosso País. Esse pequeno empecilho regimental que impediu a apreciação do funcionamento do sistema eletrônico será superado, com certeza, numa melhor oportunidade. Muito obrigado.
(28/05/2013)

Baixos indicadores da economia no primeiro trimestre de 2013

Sr. Presidente, os números referentes ao desempenho da economia no primeiro trimestre do ano não são nada animadores. No segundo trimestre, o que já foi apurado também segue no mesmo rumo. É preocupante percebermos que as metas da equipe econômica, tanto em 2011, primeiro ano do Governo, quanto em 2012, ficaram muito piores do que a previsão, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

PIB 2011: crescimento previsto de 5% e realizado de 2,7%.

PIB 2012: crescimento previsto de 4,5% e realizado de 0,9%.

Inflação 2011: prevista de 5% e registrada de 6,5%, ou seja, 1,5 ponto acima.

Inflação 2012: prevista de 4,5% e registrada de 5,84% (IPCA).

Investimento: muito aquém das metas.

No primeiro trimestre, o crescimento do PIB ficou apenas em 0,6%. Isso graças à agricultura, que cresceu 9,7%, senão teríamos um “pibinho” de somente 0,2%.

O setor industrial estagnado e o consumo interno em queda não dão esperança de que a situação vá melhorar, e os especialistas já projetam um PIB entre 1,5% e 2% em 2013, contrariando a meta da equipe econômica, de 5,5%. O otimismo é exagerado, Presidente!

Para complicar o enredo, o câmbio defasado começou a apresentar a conta, aumentando a metástase inflacionária, apesar da prioridade no combate, dada pelo Banco Central, conforme indicou a taxa SELIC de 8%.

Fazer o quê, se a pressão eleitoral exige medidas paliativas de efeito imediato para preservar a imagem do Governo até a eleição, independentemente de eventuais e trágicas consequências para a Nação brasileira?

Parece que o reaquecimento da economia exige um horizonte mais longo, com desvalorização do real, investimentos a médio e longo prazos na infraestrutura logística, na exploração de petróleo e em outras jazidas mineiras, além da recuperação da competitividade da indústria e do poder de compra das famílias. Mas isso não dá para fazer. O Brasil que assuma o risco, o que interessa é a reeleição.

Sr. Presidente, quero aproveitar o final dos meus 5 minutos para lembrar que, daqui a pouco, às 15 horas, haverá uma grande manifestação na frente do Congresso Nacional. Pretendemos reunir mais de 100 mil pessoas, para nos posicionarmos, mais uma vez e definitivamente, pela vida, pela família, pela liberdade de expressão, pela liberdade religiosa, pela liberdade de culto, enfim, por todas as liberdades de que nós já desfrutamos, das quais não cabe nenhuma revisão.

A verdade é esta: não há necessidade de revisão da legislação se a Constituição é autoaplicável.

Vivemos em paz e felizes num País onde desfrutamos de todas essas liberdades e podemos dar ao mundo o exemplo do que são essas liberdades.

Somos um País cristão, um País ocidental, um País judaico-cristão, sim, e rejeitamos as filosofias e os princípios desse humanismo ateu que quer ser implantado no Brasil, auxiliado por ideologias que já ficaram no passado e que já causaram tantos danos a gerações e gerações.

Convido todos a participarem desse ato em frente ao Congresso Nacional. (05/06/2013)

Contra peça publicitária ‘Eu sou feliz sendo prostituta’

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, peço que as câmeras focalizem uma peça publicitária atribuída ao Governo: Eu sou feliz sendo prostituta.

Esta peça faz parte da execução do Programa Nacional de Direitos

Humanos - PNDH-3, a terceira versão. Faz parte da Diretriz 10 - Garantia da igualdade na adversidade, e do Objetivo Estratégico I, que prevê a realização de campanhas e ações educativas para desconstruir estereótipos relativos às profissionais do sexo.

Isto é um absurdo! O Governo não poderia, nunca, patrocinar tal coisa com dinheiro do contribuinte. (05/06/2013)

Açodamento da proposta de revisão do Código Eleitoral

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, meu registro é sobre a proposta de revisão do Código Eleitoral. Na verdade, tivemos uma Comissão que trabalhou durante muito tempo, mais de 1 ano, posso dizer, para produzir a reforma política, que sempre acaba se transformando numa reforma eleitoral.

Nunca conseguimos aprovar esta reforma do Código Eleitoral. Agora, ela é singela, tem uns 14 ou 15 pontos abordados. Mas a grande preocupação é: por que fazer de maneira tão açodada esta revisão, se já estamos tendo as eleições normalmente realizadas sem esse problema?

Então, permanece no ar sempre esta dúvida: será que não existe por trás alguma intenção de flexibilizar - vou falar disso, porque seria um absurdo -, por exemplo, a Lei Ficha Limpa, uma lei que veio desta Nação, uma lei de iniciativa popular? Será que, quando abrirmos essa discussão, não haverá jabutis, para fazer outras modificações no interesse normalmente do Governo majoritário, no caso o PT?

Eu tenho muita dúvida, Sr. Presidente, de que nós não estejamos abrindo aqui uma caixa para um confronto legislativo desnecessário. Então, eu alertaria para que a negociação das Lideranças com V.Exa. seja muito acurada e comprometida.

Vemos que, de vez em quando, aqui, em certas votações, há a alegação de que compromissos e acordos não são cumpridos. Então, nesta, para que possa ser votada e alguma coisa feita, há necessidade de

acordo real, feito pela Mesa, do Presidente com o Colégio de Líderes, e que não seja aberto para que não haja jabutis neste projeto de revisão. Muito obrigado. (12/06/2013)

Restrição de novos partidos políticos ao Fundo Partidário

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, hoje é um dia muito importante para o Supremo Tribunal Federal, quando vai ser apreciado o mérito da liminar concedida pelo Ministro Gilmar Mendes para sustar a tramitação de um projeto de lei no Congresso Nacional. Incompreensível, porque o projeto de lei não havia ainda gerado consequências. O Ministro, contudo, achou por bem interromper esse processo. Enfim, hoje será julgado o mérito.

Já existem no Brasil 30 partidos organizados, e há três ou quatro em rápido processo de organização. Mais da metade desses partidos, a maioria deles, não tem qualquer militância, não tem outro objetivo que não seja o de ocupar um espaço de poder, valendo-se do Fundo Partidário e do acesso ao rádio e à televisão, na época das eleições, negociando nas coligações. Isso causa um grande dano a esta Casa, ao processo legislativo, pois não se traz nada de novo ao debate, a não ser trancamento, interrupção e retardamento do processo legislativo.

A responsabilidade é dividida inclusive com o próprio Supremo. Nós fizemos uma lei, nesta Casa, justamente sobre a cláusula de barreira, e o Supremo Tribunal Federal achou por bem considerá-la inconstitucional. Ficou, então, aberto esse processo, cujo maior apelo para a criação de partidos é o acesso ao Fundo Partidário e ao tempo de rádio e televisão referente às campanhas. Isso não é bom para a democracia, distorce a democracia.

Nós entendemos que hoje esse projeto de lei deve voltar a tramitar na Casa, e seja ela então a inibidora da criação, dessa forma, de partidos. No futuro, novas medidas poderão ser tomadas para se reduzir o número de partidos - atualmente, existem trinta. Era esse o registro que eu queria fazer, Sr. Presidente. Muito obrigado. (12/06/2013)

Fatores determinantes para as manifestações realizadas no País

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, o que me traz de volta à tribuna no dia de hoje ainda são essas manifestações, para as quais todos nós estamos buscando explicações para saber por que elas estão ocorrendo. Na verdade, o orador que me antecedeu, Líder, colocou muito bem e tecnicamente o que está acontecendo: vivemos em um mundo moderno, num mundo onde a Internet e as redes sociais criaram um tipo de relação sem intermediação.

As últimas manifestações que nós tivemos no Brasil, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, foram ainda dentro do esquema dos meios clássicos de comunicação, em que sempre se tem um intermediário, há sempre alguém que gera a notícia e lança para a massa. É a clássica comunicação de massa.

Hoje, essa comunicação de massa perdeu força, e nós estamos vivendo outro tipo de comunicação, sem essa intermediação. O fato de não ter a intermediação não aliena as pessoas. Todos estão trocando informações permanentemente. Como o acesso a essa tecnologia naturalmente ocorre do vértice da pirâmide social para a base, hoje nós temos toda a classe média praticamente interligada, conectada à Internet e usufruindo dos benefícios que essas redes sociais - e até dos malefícios, por que não dizer? - colocaram à disposição.

Então, neste momento, nós temos uma situação de insegurança das famílias brasileiras. As famílias estão endividadas. A inflação não para de crescer. Você vai ao supermercado e verifica que, com o que gastou no mês passado, já não dá para fazer as mesmas compras neste mês. Isso vai gerando um clima de insegurança nas famílias.

O endividamento, que começou lá com os famigerados esquemas de créditos consignados para esquemas de corrupção, afeta também as famílias, porque as pessoas acabam assumindo dívidas que não vão poder pagar. O imediatismo do consumo faz com que as pessoas, no futuro, passem a se sentir sem condições de se sustentar. A classe

mais atingida é a dos idosos, é a dos aposentados, enfim, daqueles justamente que ganham menores salários.

Há a questão da corrupção neste País: a corrupção desenfreada associada à impunidade, à sensação de falta de investigação. Tudo isso se formou, juntamente com políticas públicas equivocadas na área da saúde, na área da segurança pública, na área da educação. Organizou-se um elenco numeroso de causas, decepções e frustrações para essa classe média que acessa a informação.

A juventude da classe média, usando um estopim que não é um dos maiores problemas, o transporte público - até porque existem vales-transporte e outros mecanismos para que o trabalhador se sinta aliviado, o estudante tem subsídios nas maiores cidades -, explodiu e fez com que esse cálice, com que esse vaso de tantas indignações, de tantas frustrações transbordasse, e nós estamos vivendo então essa situação.

O grande risco que eu vejo em tudo isso? Isso é maravilhoso, isso é democracia. Mas a democracia não é a democracia de Cuba, essa é a democracia das liberdades plenas, da liberdade de expressão, da liberdade de culto, da liberdade de imprensa, de criação intelectual. Essa é a liberdade do homem pleno, do homem transcendente, do homem capaz de criar e construir a sua própria cultura.

Então, essa democracia de Estado de Direito é que está se manifestando com toda a liberdade e, de certo modo, traz à outra democracia, que também se chama democracia, a cubana, uma certa frustração. E hoje nós vemos o Governo perplexo, sem saber o quê fazer. A Presidente da República, deixando de exercer no Palácio do Planalto a plenitude do seu cargo de Presidente, se desloca para São Paulo para conversar com assessores, a fim de ver o que fazer. Isso é uma coisa que aumenta a indignação, porque Presidente da República é uma instituição nacional. Nós temos que entender dessa forma.

Sr. Presidente, este é um momento de reflexão, de cautela, mas vamos acompanhar esses movimentos sem cerceá-los. Muito obrigado.
(19/06/2013)

Insatisfação de parte da população com o Governo Dilma

Sra. Presidente, colegas Parlamentares, a vaia entoada para a Presidente da República na abertura da Copa das Confederações em um Estádio Mané Garrincha lotado deve ser interpretada como alarme oportuno de um povo insatisfeito e assustado.

É preciso entender que a parcela da população presente no estádio não pertence aos segmentos controlados por cestas básicas, salários-família e outros benefícios sociais.

O público presente, responsável pela vaia, pertence à tecnoburocracia que governa o País, com empregos estáveis e rendimentos muito acima da média nacional, que deveria estar imune a motivações para manifestações dessa natureza.

Porém, esse público reflexivo e bem informado tem a sensação de insegurança e sabe o que o momento presente sinaliza, apesar do exagerado otimismo que as autoridades do Governo tentam passar à Nação.

Os índices de desempenho do setor econômico são desalentadores, e as medidas recomendáveis não são tomadas porque, além de rigorosas, são de médio e longo prazo e prejudicariam o projeto político de reeleição da Presidente.

O povo está consciente de que medidas paliativas podem garantir a reeleição, mas desaguarão em desastre em 2015.

Além da economia, a sensação de incerteza é agravada pela constatação da falta de políticas públicas eficientes nas áreas de saúde, educação, transporte e segurança pública, principalmente.

Se as vaias no Mané Garrincha foram um sinal de alerta, as manifestações do início da semana soaram como uma verdadeira sirene de alarme.

Finalmente o povo está acordando para a decepcionante realidade político-administrativa e as manifestações estão pipocando por todo o território nacional.

A juventude, mobilizada pelas redes sociais sem intermediação, com causas difusas, mostra que o pote transbordou. As manifestações, inéditas, sinalizam de forma contundente para as classes políticas que a fase de engodo e de propaganda enganosa acabou.

Trata-se de um ponto de inflexão histórica que está apenas começando, como veremos nas próximas semanas. Muito obrigado.
(19/06/2013)

Contra a contratação de médicos cubanos pelo Governo

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já me pronunciei favoravelmente à PEC nº 37. Neste momento trago outro assunto.

A Presidenta da República reafirmou a intenção de importar médicos estrangeiros para solucionar os problemas da saúde. No pacote, como já foi anunciado anteriormente, devem vir alguns milhares de médicos cubanos, formados na Escola Latino-Americana de Medicina - ELAM, cujo currículo é muito pobre, segundo especialistas.

Quero me fixar nos médicos cubanos, não pela qualificação duvidosa, nem pelo compromisso de agentes ideológicos de doutrinação e controle social. Quero levantar a questão da forma de remuneração desses serviços importados de Cuba, segundo o que já ocorre com outros países, como a Venezuela, por exemplo. Os convênios são bilaterais entre Cuba e o país importador, pelo que recebe um valor em dólares por mês, por médico. O profissional, contudo, recebe do setor cubano de saúde uma remuneração que não chega a 20% desse total. A diferença fica com a ditadura comunista castrista.

Essa transação sórdida significa urna forma moderna de escravidão, exatamente como ocorria em outros sistemas escravocratas do passado. Onde estão os ativistas dos direitos humanos que não se manifestam, que não denunciam essa situação? Afinal de contas, escravidão é a ação humana mais combatida no mundo, seja a escravidão infantil, de menores de idade, como no Brasil, seja a escravidão sob qualquer outra forma, como essa de Cuba, que presenciamos agora.

A Presidenta da República foi insensível ao anunciar a importação de serviços médicos, sem dar ouvidos aos profissionais da área de Medicina e conexos. Esses profissionais têm sugerido a instituição de carreira de Estado para médicos, com o que concordo plenamente, pois as condições do concurso público já fixariam previamente, através de rodízios, o atendimento às periferias sociais.

Mais uma vez eu pergunto: onde estão os ativistas dos direitos humanos que não se manifestam contra essa forma de escravidão? Muito obrigado, Sr. Presidente. (25/06/2013)

PEC que dá às polícias exclusividade em investigações

Sr. Presidente Deputado Simão Sessim, eu venho à tribuna para registrar que voto contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2011.

As redes sociais têm divulgado que eu apoiei, ou apoio, esta PEC. Não é verdadeira a notícia. É falsa. Eu fui Constituinte, sou responsável também pela situação em que se encontram hoje as atribuições do Ministério Público.

O Ministério Público é o órgão mais importante para o combate à corrupção neste País e tem que ser preservado dessa forma.

Eu sou coerente. Apoiei o encaminhamento desta PEC, mas, por coerência, reportando-me aos debates da Constituinte e ao meu voto naquela época, à minha assinatura na Constituição, reafirmo que voto contra o mérito da PEC 37.

Se Deus quiser - estamos lutando por isto - a PEC 37 será pautada para votação ainda hoje, Sr. Presidente. Ainda hoje iniciaremos esta votação.

Precisamos enterrar de vez esta tentativa de dar mole para a corrupção. Muito obrigado, Sr. Presidente. (25/06/2013)

A favor do Requerimento que tira de tramitação o PDL nº 234

Eu quero, primeiro, louvar a decisão do Deputado autor, que retirou o projeto, mas gostaria de deixar registrado que, nesse projeto, que até o Presidente da Mesa, meu querido amigo Simão Sessim, chamou de “cura gay” - “cura gay” é um apelido -, o que está em causa não é a questão do gay, é a questão de uma instituição, de uma entidade representativa de profissionais que determina que seus afiliados não possam se expressar e opinar sobre assuntos. Isso é o controle da liberdade de expressão das pessoas.

Outra coisa: nenhuma consulta médica ocorre sem que seja voluntária. Se é voluntária, também se está cerceando o direito individual do cidadão, seja ele gay, seja ele o que for, de procurar um profissional para se tratar. Isso tudo foi colocado por uma minoria nesses movimentos, e nós estamos entrando nessa balela aqui na Casa de não vermos a verdade dos fatos e de não lermos realmente o que está por trás. E assim vamos naquela onda do Colégio de Líderes.

Então, eu faço esse registro. Nós votamos “sim”. (02/07/2013)

Equívoco da proposta de plebiscito da reforma política

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, a matéria, o assunto, o tema é realmente esse que todos que me antecederam estão abordando: o comportamento da Presidente da República, a interpretação das manifestações das ruas. Contudo, quero aqui tecer uma consideração que acho muito importante.

No desejo de transferir a responsabilidade pelo que está ocorrendo para o Congresso Nacional, a Presidente da República tomou uma decisão no mínimo equivocada. Por quê? Encaminha uma proposta de realização de consulta, de plebiscito para uma reforma que é chamada de política mas que, na realidade, é uma reforma eleitoral pequenina, com dois itens de interesse realmente do partido da própria

Presidente: financiamento público de campanha e eleição em lista fechada. Isso só interessa ao partido do Governo, que assim se perpetuaria no poder, ainda mais agora que percebe que as ruas o estão rejeitando e também os outros partidos de esquerda. A Presidente está desesperada.

Agora, quem a Presidente da República chama para negociar? Pelo amor de Deus! É triste! Chama os movimentos sociais da Esquerda mais radical: Passe Livre, LGBT, aquela turma de sempre, ativistas que, evidentemente, não representam esta Nação, não representam este País. É com eles que S.Exa. quer negociar. E manda para cá a proposta desse plebiscito.

O que nós temos a dizer, Sr. Presidente, é que esse plebiscito só tem o objetivo de funcionar como uma manobra a fim de chamar a atenção para o Congresso Nacional, enquanto a boiada, que é a Nação, está nas ruas clamando. Querem uma reforma política? Vamos fazer uma reforma, vamos fazer uma reforma tributária, vamos rever o pacto federativo, vamos implantar um orçamento impositivo para reduzir a corrupção, este sim um dos itens que a Nação, majoritariamente, está pedindo.

Mas não. Neste momento, chega a ser escarnecer da Nação, nobre Presidente, sugerir a realização de campanha financiada pelo contribuinte. Isso é um absurdo, uma insensibilidade!

A classe média vai voltar às ruas novamente, não tenham dúvida. A classe média vai voltar, por seus representantes, pela juventude, às ruas, porque estará ainda mais indignada. Imaginem: propor financiamento público de campanha neste momento, com 30 partidos organizados. É o maior absurdo!

Então, Sr. Presidente, eu acho equivocada essa colocação. Nós estamos conversando internamente nos partidos, estamos discutindo, mas temos que enterrar esse plebiscito neste momento. Esse plebiscito não faz sentido, é uma manobra para transferir para este Congresso a responsabilidade pelos 12 anos em que se venderam ilusões. Nós não podemos aceitar isso! Muito obrigado, Presidente. **(02/07/2013)**

A favor do Requerimento para votação do PL 200/2012

Sr. Presidente, eu iniciaria esta orientação de voto cumprimentando V.Exa., que, com firmeza, com convicção, conduziu a este ponto a pauta para votação dessa matéria da mais alta importância.

Inclusive, a atitude de V.Exa. prestigia seu antecessor, Deputado Marco Maia, que instituiu em boa hora um grupo de trabalho, uma Comissão Especial de negociação entre empregadores e trabalhadores para que matérias como esta pudessem ser pautadas.

Tive o privilégio de relatar na Comissão. O texto foi acolhido depois pelo Presidente e, por outros motivos, não pôde vir à votação. Agora, V.Exa. coloca em votação.

O PSD fica muito feliz, mas eu preciso registrar que a destinação para outro fim, no caso ao programa social de incontestável valor social, o Minha Casa, Minha Vida, não é necessária porque esse programa não carece de recursos. No ano passado, deixou de aplicar 3 bilhões de reais do Orçamento. Este ano, foi feito inclusive pela Presidente da República um financiamento com juros subsidiados para aquisição de móveis e utensílios para os proprietários, os mutuários do programa.

Tudo isso é louvável, mas não é louvável retirar - como já foi dito pelo meu Líder Sciarra na tribuna - uma conta que já foi paga. Nós agora, ao tirarmos, perdemos a oportunidade de recompor, colocando de volta na cadeia que vai gerar empregos para todos em todas as pontas da cadeia produtiva.

Cumprimento V.Exa. pela firmeza com que colocou esse projeto em votação. Votamos “sim”. Muito obrigado. (03/07/2013)

Causas do desempenho pífio da economia brasileira

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro, com tristeza, que o desempenho da economia brasileira continua de mal a pior, descendo a

ladeira. A balança comercial do semestre apresentou um déficit comparável à pior situação semestral de 1995, que foi de 3 bilhões

Lendo as matérias de jornais, percebe-se que um dos ofensores é uma importação, não registrada, da PETROBRAS, que não registrou alguns bilhões de importação de óleo e derivados. Com isso, transferiu-se para este ano essa conta negativa, o que veio agravar a situação do semestre, que já estava ruim.

Talvez seja uma manobra feita para preservar o resultado da PETROBRAS no ano passado, que é uma mentira. Por que mentira? Por que ofender a sociedade com isso? Fala-se tanto em transparência, mas o Governo vem com essa mentira, que não para aí.

Notícia de ontem: “Governo muda regra para elevar o superávit por meio do BNDES”. É outra mentira. Engana-se outra vez a sociedade. Onde está a transparência tão apregoada por este Governo? Eu fico muito triste com isso. Essa é uma manobra sórdida, Sr. Presidente. Por quê? Através da emissão de títulos públicos, o Governo vai livrar o BNDES de construir as suas reservas e, fazendo isso, ele vai justamente facilitar, através de uma manobra feita por decreto publicado meio que na surdina, ao BNDES a composição do déficit público.

Agora, vejam como é sórdida essa triangulação, porque tiram do contribuinte 15 bilhões de reais - é o número que está aí, deve ser até mais, e não é a primeira vez em que isso acontece -, colocam no BNDES e criam esta fictícia solução triangulada, uma manobra, repito, sórdida contra o contribuinte para cobrir o déficit público. Ora, eu diria até que é muito cinismo das autoridades econômico-financeiras do Governo.

No início do primeiro Governo do PT, o Presidente Lula cantou em prosa e verso o fim da dívida como o FMI. Isso foi cantado em prosa e verso. Hoje, a dívida bruta interna é pelo menos 20 vezes maior do que eram os déficits com o Fundo Monetário Internacional.

Esse cinismo, essas manobras, a Nação agora os está descobrindo, e está indo às ruas protestar, mostrar que cansou: o saco de indignações encheu.

E, agora, a Presidente da República ainda cria um bode expiatório, um

plebiscito para jogar nas costas deste Congresso. Nós sabemos que o Congresso é submisso ao Executivo, sabemos que o Congresso está de quatro, está encilhado. É assim que tem sido. E agora o Governo se sente no direito de mandar uma proposta de formação de Assembleia Constituinte para tratar de assunto que é interno desta Casa.

A indignação está nas ruas. Medidas como essa servem para mascarar as manobras sórdidas que são feitas, e a Nação tem que saber disso, e tem que reagir. Vamos continuar nos informando. O conhecimento é nossa maior arma. Nós temos instrumentos para adquirir o conhecimento e sabermos realmente o que aconteceu nesses últimos 2 anos neste País, com a venda de ilusões para todos nós.

Eu estou muito triste, Sr. Presidente, e agradeço a oportunidade de dizer essas coisas, de desabafar. Muito obrigado. (03/07/2013)

Desvio da atenção de temas prioritários no País

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, mais uma vez estamos diante de uma manobra diversionista do Governo para deslocar a atenção do País para o plenário desta Casa, ou para assuntos de menor importância, enquanto as ruas manifestam a sua indignação focadas na corrupção, na solução para os problemas de saúde imediata, não para 2025, como esse programa que apareceu aí.

Nós estamos aqui assistindo, com alguma perplexidade, o exagero da reação de colegas, naturalmente da base do Governo, como, por exemplo, com a situação de um avião deslocar a sua rota na Europa por suspeita de transportar um “espião”, entre aspas, Snowden, e nesse avião estava presente o Presidente da Bolívia. Foi um deus nos acuda! Invocaram a soberania nacional inúmeras vezes aqui, soberania que só vale para um lado ou no interesse bolivariano, o que vou mostrar adiante.

Agora, temos uma reação que chega à beira do risível, Sr. Presidente e colegas que me ouvem, porque alguém levantou que estaria haven-

do espionagem do Brasil. Meu Deus do céu! Depois que as redes da Internet ocuparam o mundo, isso acontece todos os dias com garotos hackers que espionam tudo. Agora, criaram essa reação absolutamente desproporcional. É claro que o caso tem que ser investigado, tem que ser verificado.

Nós temos uma lei que regulamenta e regula a proteção da informação do indivíduo nas empresas de telecomunicações, a Internet, contudo, é livre, e é controlada por grandes provedores internacionais. Então, é risível essa reação. Vamos investigar, sim, mas não vamos fazer disso um cavalo-de-batalha, um boi de piranha para que nós nos esqueçamos do que é que a Nação brasileira realmente está querendo.

E se é para falar em soberania, deixe-me lembrar de que, há pouco menos de 2 meses, o Rei da Noruega - ouçam meus queridos - entrou no Brasil, invadiu as fronteiras, invadiu o espaço aéreo, passou uma semana negociando com os índios ianomâmis, foi embora, e o Governo não tomou conhecimento. Isso é invasão de soberania. Da mesma forma que dezenas e centenas de ONGs estão explorando o subsolo nacional, a biodiversidade da Amazônia. Todos os dias esse assunto é denunciado aqui. Isso é invasão! Isso é faltar com os princípios da ONU, que define o que é soberania nacional. E ninguém fala nada, nem o Governo. Mas vem chamar a atenção agora para fatos de menor importância. Imaginem. Espionagem! Isso é risível.

O mundo todo sabe de tudo o que acontece. Os nossos cartões de crédito estão na rede, nossas contas estão na rede. Tudo o que nós somos está na rede. O nosso perfil está na rede. E agora vamos achar que isso é espionagem? Claro que o caso tem que ser investigado para ver se não há crime, se não há abuso. Mas, pelo amor de Deus, vamos ter um pouco de racionalidade e não vamos levar esse assunto dessa forma. (09/07/2013)

Indignação com alteração do currículo do curso de Medicina

Sr. Presidente, eu quero deixar um registro - oportunamente vou-me pronunciar mais profundamente - sobre a decisão monocrática da Presidente da República de alterar o currículo do curso de Medicina. S.Exa. não ouviu o Conselho Federal de Educação e decidiu por lei. Isso é um absurdo!

No tempo da ditadura - eles chamam de ditadura -, quando a Presidente se chamava Estela ou Wanda, foi adotado um programa voluntário, o Projeto Rondon, em que, por patriotismo, os universitários adentravam este País afora prestando serviços também na área de saúde.

Eu fiquei estarecido com a forma ditatorial como foi adotada essa medida. Vou voltar a esse assunto com dados concretos, porque não é possível, não se entende isso, afinal de contas, nós ainda não viramos esse jogo, ou eles ainda não viraram esse jogo. Aqui ainda não é uma ditadura. Já estão procedendo de acordo com aquilo que é o sonho, a utopia lá na frente.

Sr. Presidente, eu quero manifestar a minha indignação com a forma autocrática e ditatorial como foi adotada essa medida. E não sou médico, eu sou apenas um Parlamentar. Muito obrigado. (09/07/2013)

Reação exacerbada a denúncias de espionagem do Governo norte-americano contra brasileiros

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, a propósito da suspeita de que agência dos Estados Unidos da América tenha feito espionagem, ou monitoramento, de cidadãos brasileiros, eu queria informar que está em tramitação na Casa o projeto do marco civil da Internet, cujo processo de votação o Governo já manifestou interesse em acelerar.

Como aqui nós funcionamos por espasmos, por solavancos, sem um processo legislativo regular, infelizmente, eu acho, pessoalmente, que ainda não está maduro este projeto, para ser discutido e votado. Nós precisaríamos acelerar um pouco o processo de discussão de dois ou três pontos da matéria, que são muito importantes e sobre os quais o Relator ainda não iniciou uma negociação mais ampla.

O primeiro é o caso da neutralidade das redes, ponto de fundamental importância - existem outros -, para mim realmente o de mais alto risco, porque trata dos provedores de conexão e de acesso, que são as telefônicas. As empresas de telefonia no Brasil são obrigadas a armazenar em seus cadastros todos os dados das conexões feitas: destino, duração, etc. Todos esses dados são armazenados, e apenas revelados, expostos ou apresentados por determinação judicial. Portanto esse arquivo funciona, tem funcionado assim no Brasil, em cumprimento à lei brasileira.

Já na interface com a Internet nós passamos a ter outro problema: os grandes provedores de Internet - e a Internet no Brasil é mais livre, ou é livre -, que se utilizam do perfil de todos os internautas que acessam seus serviços, não são submetidos a controle. Como vamos efetuar esse controle é um assunto que tem que ser definido.

Volto a insistir: acho que houve uma exacerbação da proporcionalidade da reação a essa suposta espionagem a cidadãos brasileiros. Ora, se toda a Internet está livre, se têm acesso os provedores todos, não faz sentido nós atribuímos importância tão grande a um fato que é corriqueiro. Todos nós sabemos que estamos expostos na Internet.

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu acho que nós precisamos, sim, tentar avançar nesse marco civil, votá-lo, para regular o uso da Internet no Brasil. Porém, o risco maior que está diante de nós é que a Internet, como nós vimos nas recentes manifestações, reforça os meios tradicionais de comunicação social com uma comunicação interpessoal horizontal, que têm grande sinergia quando combinados. Sendo assim, o controle da Internet pode provocar naqueles que defendem o controle da liberdade de expressão, do conteúdo da informação, o arroubo de querer introduzir esse tipo de controle numa nova legislação.

Era o que eu queria dizer neste momento, Sr. Presidente. Muito obrigado. (10/07/2013)

Baixos recursos federais destinados aos municípios

Sr. Presidente, hoje, lendo as notícias do dia, eu verifiquei que a Presidenta da República está tomando algumas medidas para tranquilizar os prefeitos do nosso País, entre elas a migalha de 1% sobre o Fundo de Participação dos Municípios e outra migalha para a área de saúde de 6 reais por habitante por Município.

Vejam a situação a que nós chegamos: os prefeitos eleitos pelo povo, com esperança de poderem ajudar as suas comunidades, vêm de pires na mão pedir socorro financeiro para que possam exercer os seus mandatos, e o Governo dá apenas essas migalhas. E, pior, os prefeitos acabam se satisfazendo com tão pouco.

Vejam a que nível chegou o desequilíbrio do nosso pacto federativo, que seria, ou será, o maior item para fazermos uma reforma política que realmente atenda aos interesses da Nação. O pacto federativo brasileiro está cada vez mais conduzindo a centralização do poder, de forma quase ditatorial pela execução orçamentária, às mãos do Governo Federal. Isso é uma coisa que não podemos admitir e não podemos deixar de reclamar aqui.

Somos solidários com a Federação, com todos os entes federados, particularmente com os prefeitos do nosso País e vamos continuar lutando para que se faça uma revisão do pacto federativo. Obrigado, Sr. Presidente. (10/07/2013)

Queda nas operações comerciais do Mercosul

Sr. Presidente, neste 1 minuto - porque estou inscrito depois para falar, por 5 minutos, no Pequeno Expediente - quero registrar a situação do MERCOSUL.

O MERCOSUL foi criado pelos quatro países do Cone Sul - Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil - com o objetivo de incrementar o comércio exterior desses países fundadores. No início da década de 90, chegou a haver 8% de fluxo do comércio exterior, que alcançou, até 2000, 16%. Agora caiu novamente para 8%, 9%, o que é algo muito ruim.

Sabemos qual a causa disso. O objeto inicial do MERCOSUL, que era o comércio exterior, foi se deslocando, principalmente no Governo Lula, para um foco político e ideológico, a fim de acomodar as ideologias de Hugo Chávez, comandado por Cuba, no sentido de formar um grande ninho bolivariano - bolivariano é o termo usado modernamente para mascarar o comunismo cubano, cunhado por Hugo Chávez. Hoje, estamos vivendo uma situação de vergonha, efetivamente, no MERCOSUL, porque o comércio exterior não é mais o seu objeto, o que é uma tristeza. É preciso que o Governo atente para isso. Muito obrigado, Sr. Presidente. (17/07/2013)

Contra a aprovação da PEC nº 10/2013

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu quero falar hoje sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2013, que institui a mudança em vários artigos da Constituição para o fim do chamado foro privilegiado, o foro especial para autoridades - Deputados, Senadores, Ministros do Judiciário e do Executivo.

Eu temo, Presidente e colegas, que essa PEC seja um tiro no pé no que se refere ao combate à corrupção e à impunidade em nosso País. Sabemos que um processo, da primeira instância até a última instância, dependendo da sua complexidade - e esses que tratam de desvio de conduta de autoridade são complexos -, não demora menos do que

12, 15 e até 20 anos para ser passado em julgado. Com isso, a impunidade vai imperar.

Existem processos em andamento no Supremo Tribunal Federal, dezenas de processos, se não centenas. Existem processos e investigações no Ministério Público. Todos esses processos, se a PEC for aprovada, retornarão à primeira instância e começará a contar toda a história.

Imaginem os mensaleiros, que estão em fase final de julgamento! Aprovada essa PEC, vão encontrar brechas para que seus processos retornem à primeira instância e vão levar mais 15, 20 anos para serem julgados.

Por isso, afirmo que essa PEC tem uma carapuça de melhorar a situação da aplicação da lei para as autoridades, em um país onde só pobre vai para a cadeia - esta é uma expressão popular: rico não vai para a cadeia. Os ricos vão ser julgados lá com os pobres. Vão postergar seus processos e vão ficar impunes.

Eu quero alertar a Nação brasileira para esse tiro no pé. Prestem atenção em quem está defendendo essa PEC. Quem tem interesse em aprovar essa PEC, para que seus processos não sejam julgados em uma última instância, em apenas uma instância, que é o Supremo. O Supremo Tribunal Federal é mais imune, é mais refratário à influência do poder político e do poder econômico. Portanto, é mais justo. Muito obrigado, Presidente. (17/07/2013)

Estranha relação do governo brasileiro com o boliviano

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, quero reforçar as palavras do Deputado Jair Bolsonaro sobre o aprisionamento, a detenção de um avião da FAB, com o Ministro da Defesa, em solo boliviano. E foi feita uma revista nesse avião, em uma clara invasão da soberania do Brasil.

Isso já aconteceu há algum tempo, mas recentemente, quase que em um acesso de histeria, o Governo, estranhamente, se manifestou contra a mudança de rota, na Europa, de um avião com o Presidente da Bolívia.

Então, são dois pesos e duas medidas. Não estamos entendendo por que o Governo anda tão perdido em matéria de relações exteriores, onde, tradicionalmente, o Brasil sempre fez escola. Muito obrigado. (17/07/2013)

Pr. Abner Ferreira: artigo de repúdio à marcha das vadias

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que determine o registro nos Anais da Casa do artigo publicado pelo Pastor Abner Ferreira, do Campo da Assembleia de Deus, em Madureira, Rio de Janeiro, repudiando a atitude desrespeitosa e criminosa mesmo, segundo o art. 208 do Código Penal, praticado por prostitutas que se autodenominam “vadias”, durante a Jornada Mundial da Juventude Católica, no Rio de Janeiro.

“Vadias criminosas vilipendiaram símbolos religiosos e nenhuma autoridade apurou. Durante JMJ, Marcha das Vadias destrói símbolos religiosos e contesta fé cristã.

Por Abner Ferreira

Alguns enxergam na voz das ruas um “não” ao preconceito. Eu não me deixarei capturar. Acho, sim, que isso pode estar presente nas ruas, mas o que vi durante a Jornada Mundial da Juventude, evento da Igreja Católica que contou com a presença do papa Francisco, no Rio de Janeiro, isso não me agrada.

Mulheres seminuas e ativistas do movimento LGBT vilipendiaram objetos religiosos, hostilizaram jovens que participavam da JMJ e promoveram desrespeito e preconceito religioso em plena Avenida Atlântica.

Lembro que o Capítulo I artigo 208 do Direito Penal estabelece que ‘escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso;’ é crime com pena de detenção, de 1 (um) mês a 1 (um) ano.

Mas, com seios de fora, fantasias eróticas, beijos homossexuais e muita provocação aos católicos, a Marcha das Vadias passou despercebido diante das autoridades. Não havia Ministério Público, Polícia ou delegacias, apenas os católicos pacíficos e um bando de imbecis carregando os símbolos da igreja como se fossem instrumentos eróticos.

Como se tivessem um salvo-conduto, os radicais desrespeitaram símbolos da igreja, com mulheres dançando em cima de imagens e pisando sobre crucifixos quebrados. E aos gritos de um falso progressismo cantavam: 'ô Vaticano, vou te dizer, existe aborto independente de você'.

Homossexuais, que 'pregam' uma ideologia de 'igualdade e tolerância' - me perdoe o trocadilho - quebraram imagens religiosas e xingavam os católicos que passavam por perto. Todos de rosto coberto é claro. Afinal de contas, o progressismo que eles clamam não lhes permite serem livres para mostrar a cara. É assim que criminosos agem.

Para estes radicais é preciso destruir o regime democrático, golpear a liberdade popular e desrespeitar as leis, então, se der e quando der, derrubar seus 'inimigos' fazendo da falsa liberdade que eles exigem lei e obrigando aqueles que são contrários as suas práticas a acolher suas escolhas e permitir suas bandalheiras.

Não existe liberdade quando o direito do próximo é violado e quando o despeito é a bandeira. Quando as leis são desrespeitadas, a democracia é abalada, quando o Parlamento deixa de ser representante do povo, não há democracia. É evidente que o país deve melhorar, e muito, mas não serei eu a sustentar que as 'marchas' morais que dizem representar o povo serão responsáveis por estas melhorias. A população tem o direito de cobrar mudança, uma coisa óbvia. Mas igualmente óbvio é afirmar que os desrespeitos aos ideais da sociedade não são, de nenhuma forma, saudáveis à democracia." (06/08/2013)

Aumento da população evangélica no País

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, o jornal O Globo do dia 22 de julho de 2013 publicou, no caderno Jornada Mundial da Juventude Católica, uma farta exposição de dados estatísticos, percentuais e grá-

ficos, registrando a evolução numérica de católicos, de evangélicos e de outras denominações religiosas no Brasil.

Observa-se que a Igreja Católica começou a perder a hegemonia em 1970, justamente quando começaram a ser intensificadas as atividades de pregação das igrejas evangélicas no País.

Essa intensificação teve como vetor principal, logo no início, o evangelista americano Billy Graham, batista com vocação missionária que veio ao Brasil em 1960, tendo dado a sua mensagem para o Maracanã lotado. Mas foi em 1974 que o grande pregador retornou ao Brasil para uma série de cruzadas evangelísticas, contando com o apoio de importantes lideranças evangélicas, entre elas o Pastor Paulo Leivas Macalão, Presidente do Campo Missionário da Assembleia de Deus de Madureira; o Reverendo Isaías de Souza Maciel, da Igreja Presbiteriana do Brasil; o Bispo Roberto McAlister, da Igreja de Nova Vida; o Pastor Dr. Nilson do Amaral Fanini, da Convenção Batista Brasileira, discípulo de Billy Graham, entre muitos outros líderes.

Nessa época, a Liga Bíblica Mundial, em convênio com o Reencontro Obras Sociais e Educacionais, presidido pelo Pastor Fanini, editou em português o Novo Testamento, intitulado O Mais Importante é o Amor, que veio a ser o objeto, já nos anos 1980, do maior programa evangelístico do Brasil: Um Novo Testamento para Cada Lar Brasileiro. O projeto contou com a edição de 25 milhões de unidades do Novo Testamento, nos Estados Unidos e na Europa, entregues e liberadas no Rio de Janeiro, prontas para a distribuição gratuita.

Com certeza, esse programa contribuiu, junto com o esforço de todas as igrejas evangélicas da época, para o crescimento do público evangélico. Em números absolutos: 1970 - 4,5 milhões; 1980 - 8 milhões; 1990 - 13 milhões; 2000 - 26 milhões; 2010 - 44 milhões; hoje - cerca de 48 milhões.

Segundo os dados estatísticos, o número de católicos caiu, no mesmo período, de 90% para 64% da população brasileira. O Estado do Rio de Janeiro, por ter sido o polo do movimento evangelístico, possui hoje cerca de 30% de evangélicos, enquanto os católicos somam 45% da população.

Fico feliz em fazer este registro, uma vez que eu vivi intensamente esses momentos ao lado das lideranças citadas acima, as quais homenageio com este reconhecimento.

Requeiro, Sr. Presidente, ampla divulgação deste meu pronunciamento pelos meios de comunicação desta Casa. Muito obrigado.
(06/08/2013)

Convocação dos Deputados do PSD ao plenário para aprovação da PEC 190/2007

Sr. Presidente, convoco os Parlamentares do PSD a virem ao Plenário votar “sim” à PEC 190.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. um intervalo de 1 minuto para fazer um registro muito importante, reverenciando a memória do ex-Ministro das Telecomunicações do Brasil Euclides Quandt de Oliveira, falecido no final do mês passado.

Ao reverenciar sua memória, com certeza, eu estou reverenciando a verdadeira história do Brasil.

Euclides Quandt de Oliveira foi Presidente do Conselho Nacional de Telecomunicações. Esteve presente na estruturação de toda a infraestrutura de comunicações, incluindo radiodifusão e telecomunicações no Brasil, implantando o que estava previsto no Plano Nacional de Telecomunicações, Lei 4.117, de 1962, o plano básico; instituiu a EMBRATEL, e depois o fundo para garantir recursos. Foi também Presidente da TELEBRÁS, integrando todo o sistema de telecomunicações e preparando toda a infraestrutura de telecomunicações para que pudessemos estar vivendo hoje este momento de quarta geração de tecnologia. Faço este registro. Participei em vários momentos, com ele, dessas atividades.

Finalmente, quero registrar que Euclides Quandt Oliveira, embora tenha gerido milhões e milhões de dólares e de reais, morreu pobre,

como todos os chefes militares, com sua aposentadoria de Comandante da Marinha de Guerra do Brasil. Muito obrigado, Sr. Presidente. (07/08/2013)

Apresentação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.121/2013

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, acabo de dar entrada ao Projeto de Decreto Legislativo nº 1.121, que susta a aplicação do Acordo de Cooperação Técnica TSE nº 07, de 2013, celebrado entre o Tribunal Superior Eleitoral e a SERASA S/A.

É com perplexidade, Sr. Presidente, que faço esta nota e encaminho esse PDC. Imaginem o arquivo mais completo da cidadania brasileira, atualizado de 2 em 2 anos pelo Tribunal Superior Eleitoral, ser colocado, por um acordo de cooperação técnica, à disposição de uma empresa privada, a SERASA, que opera no Brasil e em todo o mundo. Onde está a proteção à privacidade dos cidadãos brasileiros?

Então, eu estou apresentando esse PDC para nós suspendermos o acordo. Isso é um dos maiores absurdos. Como é que pode um órgão público do Poder Judiciário não ter sensibilidade em relação ao absurdo que acaba de cometer, fazendo essa parceria com uma empresa privada que se ocupa de cuidar da vida financeira de todos os brasileiros, que faz negócios e inclusive vende essas informações? (07/08/2013)

Votação da PEC nº 565/2006, sobre o orçamento impositivo

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, hoje nós temos uma importante matéria pautada: a Proposta de Emenda à Constituição nº 565, de 2006, aprovada em dois turnos no Senado e que está servindo,

com os seus apensados, de base para estabelecermos o orçamento impositivo para as emendas parlamentares até o limite de 1% da receita corrente líquida.

Eu quero, ao registrar esse fato da pauta de hoje, fazer uma homenagem ao autor da PEC, um dos maiores lutadores para que o orçamento global da República seja impositivo, um orçamento de cuja elaboração toda a população possa participar diretamente, representada pelos seus Parlamentares, um orçamento sobre o qual os Parlamentares possam exercer sua função fiscalizadora, a função mais importante dos Parlamentares desta Casa.

Presto homenagem, portanto, à memória do autor da PEC, o Senador Antonio Carlos Magalhães, que lutou para que esta emenda fosse aprovada. Se o orçamento da República fosse impositivo, quer dizer, de execução obrigatória, com criminalização dos responsáveis por sua execução, nós não teríamos essa infinidade de casos de corrupção no País - mensalões, Rosemarys e tantos outros dutos de corrupção. O maior instrumento para combater a corrupção é o orçamento impositivo.

Hoje, caros colegas Parlamentares, Nação brasileira, começamos a votação de apenas parte da matéria, mas esse é o primeiro passo para que num futuro próximo possamos ter um orçamento global e impositivo.

Quero registrar também a minha saudação aos agentes de saúde e a minha concordância com as reivindicações do projeto que estabelece o piso salarial da categoria. Muito obrigado, Sr. Presidente. (13/08/2013)

Relatório preliminar à proposta de reforma do Código Penal

Obrigado, Sr. Presidente e colegas Parlamentares. Quero fazer dois registros. O primeiro registro é que o projeto do Código Penal, que foi

objeto de uma Comissão Especial constituída para elaborá-lo, teve iniciada sua tramitação no Senado e recebeu mais de 600 emendas lá. O seu Relator, o Senador Pedro Taques, havia programado a leitura do seu relatório para o dia de hoje. Contudo, da forma como tem conduzido esse tema, ele resolveu apresentar o seu relatório preliminar para que todos tomemos conhecimento, porque esse código contém muitos temas polêmicos, de desconstrução de valores: éticos, morais, familiares, etc.

Entendendo isso, ele ofereceu, então, um relatório preliminar. Na próxima semana, por certo, fará a leitura, além de ter aberto novo prazo para apresentação de novas emendas. Fico muito feliz, porque esta realmente é uma postura proativa, no sentido de encontrar uma redação que corresponda aos anseios da nossa Nação.

O segundo registro que quero fazer, caro Presidente, é o de uma menina de 7 anos que levava merenda escolar para sua casa, para dividir com os avós, com quem morava. Essa menina foi encaminhada ao Conselho Tutelar. Houve muitas entrevistas. Isso ocorreu em Curitiba, e a imprensa de lá noticiou.

Aí faço a seguinte reflexão, imaginem: e os programas Fome Zero e outros tantos de inclusão dos pobres, onde estão? Pergunto ainda: poxa, nós estamos reclamando por recursos para a educação - estão aqui os alunos pressionando para votarmos logo esses royalties -, por recursos para a saúde. E agora nós vemos uma criança ficar em estado de inanição para ajudar a alimentar os avós, em uma cidade rica, Curitiba.

Então, Sr. Presidente, como é que podemos entender a incoerência de o Governo estar perdendo dívidas de 12 países africanos? Perdoa simplesmente as dívidas, renegocia, como se nós estivéssemos nadando em dinheiro, como se o nosso povo não estivesse precisando, como se a saúde não precisasse de recursos. Essa é uma incoerência que não conseguimos entender.

Portanto, deixamos aqui o registro da nossa indignação, para que essas coisas não ocorram. A Nação tem que tomar conhecimento disso. Muito obrigado, Sr. Presidente. **(14/08/2013)**

Posicionamento contra o projeto de lei acerca da criação do marco civil da internet

Sr. Presidente, hoje quero registrar minha posição acerca do projeto de lei que regula a Internet em nosso País e está sendo chamado de “Marco Civil da Internet”.

Inicialmente quero dizer que não se trata, na realidade, de um marco civil, porque o projeto de lei foi encaminhado pelo Poder Executivo. Prefiro chamá-lo de “Lei Geral da Internet”, ou “Marco Legal da Internet”.

Há pouco mais de 15 anos, decidimos nesta Casa - eu participei desses debates - que a Internet seria livre. Estabelecidos os protocolos de acesso e de conexão, teríamos uma Internet livre, como temos até hoje.

Essa Internet livre acomoda e presta serviços em nosso País para o sistema bancário, para o sistema financeiro, para a Receita Federal. Enfim, confiamos nossas informações de Imposto de Renda à página da Receita Federal, movimentamos as nossas contas bancárias pela Internet livre. E queremos uma Internet livre.

Agora se conclui essa ideia, que já estava sendo debatida há algum tempo, de uma lei que regulamente a Internet baseada em três fundamentos básicos: primeiro, a neutralidade da rede; segundo, a privacidade da rede; terceiro, a plena liberdade de expressão e de opinião. Essa lei pressupõe a preservação, a proteção do cidadão nessas três áreas.

Eu tenho dúvidas. Acho que uma lei sempre restringe, sempre estabelece obrigações, deveres, direitos. É restritiva. E, depois que tramita e é aprovada, uma lei ainda é objeto de outras leis, de complementações. Com o tempo, com certeza, esta lei, que nasce ou quer nascer como principiológica, isto é, uma lei de princípios, acabará por certo se transformando em um engessamento da Internet, com prejuízo para a liberdade de expressão, para a plena liberdade na Internet. Esse é o meu ponto de vista. Portanto, tenho essas dúvidas.

Acho que a Internet é hoje um espelho da Nação. A Internet é virtual.

Tudo que há na Nação há nesse espelho. Quando você se coloca na frente do espelho e vai pentear seu cabelo, você não penteia o cabelo da sua imagem virtual, você penteia o cabelo real. Esse é o meu ponto, é a minha metáfora.

Nós temos que regulamentar a Internet no mundo real. Se há problemas de neutralidade na rede, vamos fazer uma lei específica e estabelecer regras para garantir essa neutralidade, essa isonomia. Se há problema de privacidade para os cidadãos, vamos regulamentar isso especificamente, como já fizemos, aliás, em outras áreas, a exemplo do caso da pornografia na Internet: foi elaborada uma lei com regras para criminalizar e apenar a pornografia na Internet.

Quanto à liberdade de expressão, que talvez seja o ponto crucial da Internet, porque ela é um grande meio de comunicação, principalmente horizontal, nós também temos que criar leis específicas. Aliás, nem precisamos fazer isso, basta manter o que está disposto na Constituição Federal sobre a liberdade de expressão e de opinião.

Por conseguinte, acho que nós temos que debater mais essa questão da Internet. A governança da Internet, pela sua característica globalizante, já que todos os países, todas as nações estão conectadas, têm acesso à rede, requer, naturalmente, acordos bilaterais, acordos multilaterais e, principalmente, uma governança internacional, na qual todos os países se entendam.

Este é o meu ponto de vista. Eu acho que nós temos que continuar debatendo a matéria. Penso que ainda não é o momento de colocarmos em votação essa Lei Geral da Internet, que tem pouco de marco civil. Muito obrigado, Sr. Presidente. (21/08/2013)

Constrangimento à Casa pelo processo de cassação do mandato do Deputado Natan Donadon

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foi incompreensível a condução do processo de perda do mandato do Deputado Natan Donadon, com condenação criminal transitada em julgado e já cumprindo pena

de reclusão em regime fechado em presídio de segurança máxima de Brasília.

Entendo que o art. 15, inciso III, da Constituição Federal, ao definir os casos de perda ou suspensão dos direitos políticos, além de autoaplicável, estabelece com clareza:

“Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.”

Portanto, Sr. Presidente, desde a publicação do acórdão do STF, o Deputado Donadon está com “os direitos políticos suspensos”. Qualquer eleitor sabe que presidiário não pode votar nem ser votado, porque tem os direitos políticos suspensos.

Agora, passemos ao art. 55 da Constituição, também autoaplicável, que estabelece os casos de cassação de mandatos de Deputados e Senadores:

“Art 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos.”

Autoaplicável, claro e explícito.

Por conseguinte, Sr. Presidente e colegas Parlamentares, está claro que a suspensão dos direitos políticos do Deputado Donadon (art. 15, inciso III) implica, automaticamente, a perda do mandato (art. 55, inciso IV), cujo procedimento é definido no § 3º do art. 55:

“Art. 55.....

§ 3º - Nos casos previstos nos incisos III a V, a perda será declarada pela Mesa da Casa respectiva, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.”

Portanto, um simples ato da Mesa da Câmara dos Deputados seria suficiente para comunicar a cassação do mandato do Deputado Do-

nadon, e evitaria todo o constrangimento da votação secreta em plenário, bem como o escárnio à Nação e o desprezo à decisão do STF.

Na verdade, houve uma infeliz sucessão de equívocos, na Comissão Especial, na CCJ e no Plenário, cujas motivações nunca serão esclarecidas.

No meu entendimento, a ilegalidade será corrigida pelo próprio STF, a partir de ações diretas de inconstitucionalidade já interpostas e com liminar concedida. É muito triste. As pessoas decentes da Casa e da Nação estão indignadas. Obrigado, Sr. Presidente. (03/09/2013)

Esclarecimento sobre a reclamação do orador a respeito da inobservância da lista de inscrição para o uso da palavra

Obrigado, Sr. Presidente. Eu quero registrar neste momento o porquê da reclamação que eu fiz sobre as listas colocadas.

É muito importante que os Parlamentares, quando se dirigem à Presidência, aos colegas e à Nação, não o façam por favor da Mesa, porque nós temos uma ordem de inscrição. Eu volto a insistir que houve inscrição para esta sessão extraordinária que abriu exatamente aos...

O SR. PRESIDENTE - Permita-me, Deputado Arolde de Oliveira, isso é assunto superado, matéria vencida.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA - Eu sei que é superado, mas no meu coração não está superado. Eu quero realçar que V.Exa. tem muito cuidado com isso, está sempre aí. Além do mais, é meu amigo querido, meu irmão, nós temos uma vida inteira juntos aqui. Nós sabemos que não podemos ficar com esse tipo de confronto. Estou falando aqui só regimental e funcionalmente.

O SR. PRESIDENTE - Inabalável. Conclua.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - É inabalável a nossa amizade.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA - E se, em algum momento, eu usei de palavra mais veemente, é porque eu realmente sou veemente, mas nunca, nunca, faria qualquer coisa que fosse para agredir o meu amigo que está presidindo esta Mesa e o faz com tanta competência desde o começo desta Sessão Legislativa. Muito obrigado, Sr. Presidente. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE - Vou chamar depois V.Exa. para o registro que faria em defesa do nosso Estado ou em defesa dos segmentos que defende. Já está credenciado aqui. (04/09/2013)

Imediata votação da PEC nº 190/2007 sobre a criação do Estatuto dos Servidores do Poder Judiciário

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, também saúdo os agentes comunitários de saúde. Vamos votar a PEC 190.

Eu queria registrar, Sr. Presidente, que tramita no Senado Federal a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2013, muito recente, portanto, que visa revogar o foro especial para julgamento de crimes comuns - peculato, homicídio, corrupção, ameaça, etc. - praticados por autoridades constituídas.

O apelo moralizante da PEC é acabar com o foro privilegiado para o julgamento dessas autoridades, restabelecendo a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, o que está em perfeita sintonia com os anseios populares.

Porém, Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu quero alertar V.Exas. para a armadilha que pode estar contida na alteração constitucional proposta. Senão, vejamos: caso aprovada, tão logo seja publicada essa emenda à Constituição, todos os processos que tramitam no Ministério Público e nos Tribunais do Poder Judiciário contra essas autoridades - Deputados, Senadores, Ministros, etc. - serão interrompidos e devolvidos à primeira instância do Judiciário.

Isso mesmo, voltarão todos à primeira instância, lá onde só os pobres são condenados, e reiniciarão a tramitação com novas defesas, novos recursos, novos embargos, e tudo mais que retarda os julgamentos e garante a impunidade.

Quando esses processos chegarem às instâncias superiores para julgamento final, terão decorridos 10, 15, 20 anos ou mais, e entrarão em cena os prazos de prescrição, segundo a natureza de cada crime, e os indiciados ficarão impunes, Sr. Presidente.

É verdade que essa armadilha pode ser desarmada com um artigo na própria emenda, dando-lhe validade, apenas, para os novos processos, isto é, todos os processos que já tramitam com foro especial continuarão fora dos efeitos da emenda à Constituição.

No texto proposto, contudo, não consta dispositivo com essa ressalva.

Dito isto, precisamos atentar, também, para outro aspecto do fim do foro especial, quando todos os processos iniciarão nas instâncias inferiores, incluindo três instâncias até o julgamento final, o que pode representar até 15 anos ou mais, dependendo da capacidade do indiciado para contratar bons advogados.

O foro especial tem, pelo menos, dois fatores positivos, que embora não sejam suficientes para justificar sua manutenção, servem para reflexão: primeiro, os Tribunais Superiores e o STF são mais resistentes às influências externas; segundo, os processos tramitam em uma única instância, reduzindo os prazos até o julgamento.

Não devemos esquecer, também, o entendimento popular de que no Brasil só os pobres são condenados. Rico não vai para a cadeia.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que determine a divulgação do meu pronunciamento nos órgãos de comunicação da Casa. Muito obrigado.
(11/09/2013)

Projeto de Lei nº 2.035/2011 que exige prestação de contas de recursos oriundos da União

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, tramita na Casa o Projeto de Lei nº 2.035, de 2011, de minha autoria, que visa estabelecer uma forma de controlarmos um pouco mais as finanças, as contas das organizações não governamentais que se locupletam com o dinheiro público, exigindo publicação dos balanços, origem e destinação dos recursos.

Por falta dessa fiscalização, por falta dessa medida, nós temos escândalos todos os dias. Em menos de 1 semana a imprensa denunciou desvio de recursos no Ministério do Trabalho por duas ONGs diferentes, uma delas, segundo a imprensa, de R\$ 47 milhões, e a outra de mais de R\$ 400 milhões.

Essa é uma prática que tem de ser coibida pela fiscalização. Esse é o objeto do meu pronunciamento. (11/09/2013)

Lei acerca da extinção da multa de 10% sobre o saldo do FGTS no caso de demissão sem justa causa

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, hoje haverá sessão conjunta do Congresso Nacional para a votação de seis vetos presidenciais, entre eles um muito importante, sobre o qual meu partido, o PSD, fez todo um trabalho, desde a última gestão da Casa, junto ao Presidente Marco Maia, a quem até homenageio, porque foi ele que criou a Comissão de Negociação, para que nós tivéssemos a oportunidade de pautar a derubada dessa multa - transformou-se em multa - de 10% do FGTS no caso de demissões imotivadas.

Eu, com o meu partido, defendo essa posição, porque acho que este é um momento em que o Governo constantemente está promovendo isenções, renúncia fiscal. Na realidade, dá com uma mão e tira com a outra, enquanto temos essa multa, que já venceu em 2012 - o seu objetivo -, que era decorrente dos planos econômicos lá de trás, durante 10 anos, desde 2001. Em abril de 2012, venceu sua finalidade.

Agora está pautado, então, o veto que a Presidente da República apôs. E hoje nós temos que derrubar esse veto.

Eu apelo aos companheiros a fim de que reflitam sobre esse assunto, sobre sua importância, para nós desafogarmos um pouco o setor produtivo. É muito importante que o Governo, juntamente com todo o seu interesse de facilitar a vida do eleitor, também se preocupe um pouco em facilitar a vida do produtor. Isso é muito importante. E essa justificativa de que esses recursos estariam aplicados, ou seriam destinados ao Programa Minha Casa, Minha Vida, não é verdadeira. Já são 4 bilhões de reais que estão retidos lá.

Então, eu apelo aos meus companheiros para que reflitam sobre a importância que tem derrubarmos esse veto, para darmos mais um fôlego ao setor produtivo brasileiro. Muito obrigado, Presidente. (17/09/2013)

Indignação com a decisão do Supremo Tribunal Federal favorável aos embargos infringentes

Sr. Presidente, Deputado Simão Sessim, eu quero registrar a indignação da Nação brasileira com o resultado da votação no Supremo Tribunal Federal, sem juízo, sem julgamento. Não entendo nada de Justiça, mas eu entendo de povo, eu entendo que preso tem que estar na cadeia, eu entendo que este País teve nas ruas, em junho, a população se manifestando prioritariamente pelo combate à corrupção.

Todos os dias, temos uma denúncia de roubalheira em órgãos do Governo ou em outros órgãos, neste nosso País. E agora o Supremo Tribunal Federal decide tecnicamente, acredito, depois de uma modificação do seu quadro, incluindo-se Ministros comprometidos anteriormente com o próprio Governo.

Com esse resultado, nós deixamos a Nação indignada, revoltada. Com certeza, a Nação vai se pronunciar, Sr. Presidente. Não vai ficar em silêncio. Esses bandidos, esses ladrões, agora impunes, têm que ir para a cadeia o mais rápido possível!

Eu manifesto também a minha indignação. Muito obrigado.
(18/09/2013)

Solidariedade ao Deputado Jair Bolsonaro pela intolerância com sua participação na Comissão da Verdade

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu quero aproveitar este tempo para me solidarizar com o Deputado Jair Bolsonaro. Semana retrasada, como Parlamentar e Oficial do Exército, o Deputado Jair Bolsonaro tentou entrar no quartel onde uma comissão se reuniria, onde operou o antigo DOI-CODI. E houve uma tentativa absurda de impedi-lo de entrar.

Há uma questão que não dá para entender: dois Senadores, um deles meigo, delicado, jamais se poderia imaginar que pudesse armazenar em seu corpo tanta intolerância contra um Parlamentar, só porque esse Parlamentar defende posições contrárias às que eles defendem.

Eu quero me solidarizar e dizer que a entrevista, feita depois à imprensa - aliás, a imprensa nem repercutiu a entrevista, mas está viral nas redes -, em que o Deputado Jair Bolsonaro esclarece as suas razões. Foi perfeita: S.Exa. manteve o domínio próprio, foi didático e apresentou claramente as suas razões.

Eu considero que a entrevista deveria ter sido mais divulgada pela imprensa.

No final, ele parafraseia Lênin, que dizia que a burguesia ia comprar corda da burguesia para enforcá-la.

Ele citou, apropriadamente, que a própria imprensa não percebe que o Governo está comprando a corda da imprensa para enforcá-la. E deu as razões: leis que tramitam, e insistem que elas sejam votadas, para impedir a publicidade nos meios de comunicação eletrônica, cancelando outras leis que impedem a existência de programas na

grade dessas emissoras. Tudo isso para enforcá-la e deixá-la na dependência do Governo.

Parabéns, Deputado Jair Bolsonaro! Muito obrigado, Sr. Presidente.
(01/10/2013)

Posicionamento favorável do PSD ao Requerimento de regime de urgência para Projeto de Lei nº 6.397/2013

Colegas Parlamentares, realmente a matéria que estamos discutindo é da maior importância. Já veio do Senado aprovada. Vamos votar aqui na Câmara e dar uma satisfação, embora pequena, à sociedade.

A política é a arte do possível. Avançamos um pouco. O projeto proposto pelo PT, projeto esse que justifica o voto negativo, o voto “não” do PT neste momento, é um projeto impossível. É um projeto de pouca transparência. É um projeto que prevê votação em lista, quando nós temos mais de 30 partidos políticos; é um projeto que prevê financiamento público de campanha, quando vivemos numa situação de denúncias diárias de corrupção.

Vão criar mais uma fonte de corrupção, com toda a certeza.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA - Sr. Presidente, eu estou ainda no microfone.

O SR. PRESIDENTE - Conclua, Deputado Arolde. Depois falará o Deputado Antonio Brito, e logo em seguida, como Líder, o Deputado Eduardo Cunha.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA - Uma reforma política, Sr. Presidente, tem de ser com “P” grande, tem de começar pelos reais problemas políticos. Temos de tratar primeiro das relações do Executivo com o Legislativo, equilibrar essas relações, acabar com essas medidas provisórias. Isso é reforma política! Nós temos de tratar do pacto federativo, temos de atender os Municípios e os Estados. Isso é reforma política!

A última das reformas é a reforma eleitoral. Temos de passar ainda por uma reforma partidária que reduza o número de partidos políticos para então, depois que tudo estiver consolidado, tratarmos por fim da reforma eleitoral. (01/10/2013)

Captação de água pelo Exército Brasileiro no interior do Estado do Rio Grande do Norte

Eu quero fazer um registro que julgo muito importante. Na semana passada, a imprensa deu um espaço muito pequeno para a importância do evento. No interior do Rio Grande do Norte, coordenado pelo 6º Grupamento de Engenharia do Exército, foi instalado um poço artesiano, que vai buscar água no lençol freático a 60 metros, com o uso de células solares, de baterias solares, quer dizer, energia limpa, cujo custo é um pouco mais do que 1/3 do custo se fosse feito com a energia comum, proveniente de hidrelétrica.

Isso é muito importante, porque essa tecnologia vai ainda suprir mais 200 poços. Esse poço acerca do qual houve essa divulgação e que já está em operação, de uma forma emocionante, as famílias - são 30 famílias - serão atendidas. São 200 poços.

Então, eu queria realçar aqui esse fato e saudar a engenharia militar, mais uma vez, pelo seu trabalho em prol deste País. Eu fico muito feliz de poder fazer esse registro e dizer que em outras épocas, nesta época e no futuro, o Exército sempre será um pioneiro da ciência, da tecnologia e da qualidade do ensino. Muito obrigado, Presidente. (02/10/2013)

Lançamento da pedra fundamental do Polo de Ciência e Tecnologia do Exército no Município de Guaratiba

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, no dia 20 de setembro, o Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército, General Sinclair Mayer, com a presença do Comandante da Força, General Enzo Marin Peri, lançou a Pedra Fundamental do Polo de Ciência e Tecnologia do Exército, em Guaratiba, no Rio de Janeiro.

Numa solenidade simples, o evento marcou o início do cronograma de execução do projeto, que integra em um mesmo local a academia, com o Instituto Militar de Engenharia; a pesquisa e desenvolvimento, a partir do Centro Tecnológico do Exército que já opera no local; além de encubadeiras industriais visando à fabricação de equipamentos e à fixação das tecnologias desenvolvidas.

O projeto do polo foi idealizado nos anos 1980 e retomado recentemente com o indispensável apoio do Governo Federal. Cito textualmente o ex-Presidente Lula, que deu a maior força para que esse centro fosse instalado em Guaratiba, que também contou com o apoio do Governo Estadual e da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Caberá ao Ministério da Educação a construção do Complexo para acomodar o IME, e o restante das obras será objeto de orçamentos já programados, adotando-se o modelo inovador de participação público-privada.

Assim, o Exército brasileiro, fiel às suas tradições pioneiras de excelência nas áreas do ensino, da ciência e da tecnologia, se ajusta adequadamente para continuar contribuindo de forma efetiva no atendimento das demandas da Nação brasileira neste tempo de pós-modernidade.

Tenho muito orgulho de ser produto desse compromisso com a oportunidade que tive de cursar o Instituto Militar de Engenharia, na área de Eletrônica.

Peço a V.Exa., Sr. Presidente, o registro nos Anais da Casa do pronunciamento feito pelo Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia

do Exército, General Sinclair, na oportunidade do lançamento da pedra fundamental.

Peço também a divulgação do meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e deixo todo o texto com a Taquigrafia para registro. Muito obrigado.

Pronunciamento

Ministério da Defesa - Exército Brasileiro - Departamento de Ciência e Tecnologia. Lançamento da Pedra Fundamental do Polo de Ciência e Tecnologia Do Exército Em Guaratiba (PCTEG). Na década de 1980, época em que a Indústria de Defesa experimentou significativo desenvolvimento, o Exército Brasileiro idealizou construir nesta área um Complexo de Ciência e Tecnologia, que reuniria, em uma mesma região, os órgãos integrantes do Sistema de Ciência e Tecnologia da Força, incluindo o Instituto Militar de Engenharia (IME). Um projeto pioneiro, ambicioso e inovador para a época, cuja concretização traria importantes consequências, com reflexos altamente positivos nos campos político, científico, tecnológico e econômico para o Estado do Rio de Janeiro e para o Brasil.

O projeto traçado por nossos antecessores, embora não concretizado à época, permaneceu sempre vivo, aguardando o momento adequado para a sua implementação. E é chegado o momento de dar continuidade a essa ideia e concluí-la, particularmente se considerarmos: - que o Brasil apresenta indicadores para se firmar, nos próximos 15 a 20 anos, entre as maiores nações do globo; - que a Estratégia Nacional de Defesa (END) criou um ambiente favorável ao desenvolvimento da Indústria Nacional de Defesa; e - que o Exército passa, nos próximos anos, por um profundo processo de transformação, indicando que novas demandas surgirão, com destaque para a modernização dos seus meios, visando ao cumprimento das missões atuais e futuras. A Diretriz Geral do Exmo. Sr. Comandante do Exército (2011-2014) destaca que o Sistema de Ciência e Tecnologia é essencial como indutor do Processo de Transformação da Força, cumprindo-lhe o atendimento das prioridades do Exército na obtenção do Material de Emprego Militar de dotação das nossas organizações militares operacionais.

Inserido, pois, no contexto do Programa de Transformação, o PCTEG baseia-se na moderna modelagem da tríplice hélice, cujas pás são formadas pela academia, aqui representada pelo IME, por um complexo de pesquisa e desenvolvimento, representado pelo atual Centro Tecnológico do Exército, onde nos encontramos hoje, pelo Centro de Avaliações do Exército (CAEx), instalado na Marambaia, nesta mesma região, e pelos futuros Instituto Militar de Tecnologia (IMT); Centro de desenvolvimento Industrial (CDI); Agência de Gestão da Inovação (AGI) e pelo Instituto de Pesquisa Tecnológica Avançada (IPTA). Finalmente, como a terceira pá da hélice, está contemplada a base industrial de defesa, seja por uma Incubadora de Empresas de Defesa (IED), seja pelo conceito de desenvolvimento conjunto, que muda radicalmente a forma de obtenção de Assim, o governo provendo os recursos, a academia desenvolvendo a pesquisa e a indústria em perfeita sintonia com o meio acadêmico, transformando a pesquisa em produto acabado, com tecnologias de emprego dual, civil e militar, serão gerados os estímulos e incentivos à Base Industrial de Defesa, que contribuirá para elevar o valor agregado aos nossos produtos e para a elevação do PIB do País. Para colocar em prática essa modelagem, e valendo-se do sucesso alcançado por outras nações no emprego do conceito da tríplice hélice, o DCT está investindo na capacitação do seu pessoal.

Nesse sentido, o Exército recentemente estabeleceu um Instrumento de Parceria com o governo da Suécia, por intermédio da Universidade Linköping, um símbolo da inovação, onde já se encontram dez selecionados engenheiros militares sendo capacitados a capitanear este projeto. Outro conceito importante explorado na concretização do PCTEG está sendo a forma de financiamento a ser utilizada, que se vale de uma PPP, com foco na exploração de serviços. Nessa área, descortinam-se inúmeras oportunidades, cabendo destacar, dentre outras, a gestão e exploração comercial-financeira das instalações destinadas a serviços comerciais de terceiros; prestação de serviços de gerenciamento, manutenção e operação da infraestrutura predial do Polo; e realização de atividades que, durante os estudos realizados em conjunto com o MPOG, se mostrem adequados ao Este ato simbólico, contudo, somente foi possível graças à visão estratégica do Ministério da Educação, que compreendendo a grandeza do empreendi-

mento, antecipou os recursos destinados ao projeto básico do novo IME e sinalizou com os recursos necessários à sua edificação, a partir de 2014, permitindo que um passo de suma importância para o êxito do PCTEG seja dado, qual seja, a da instalação do Instituto nesta área, até o ano de 2016.

Entre os principais objetivos do Novo IME, está a sua inserção entre as 100 as melhores Escolas de Engenharia do mundo, o que ampliará significativamente a qualificação do País no campo científico-tecnológico. Contribuindo com este ambicioso Projeto, há de se considerar o bom momento vivenciado pela região de Guaratiba, berço do PCTEG, com perspectivas econômicas animadoras, facilitadas pela construção do túnel da Grota Funda, que, em muito, No bairro de Campo Grande, está erguido o campus do Centro Universitário da Zona Oeste (UEZO), a mais importante universidade de formação de mão de obra técnica especializada de nível superior - os chamados tecnólogos do Brasil, valorizando Empreendimento de tamanha envergadura não seria possível sem o envolvimento e a participação direta de alguns órgãos e autoridades, sendo oportuno destacar: - O Comando do Exército, como Instituição Patrocinadora; - O Governo do Estado do Rio de Janeiro; - O Ministério da Defesa; em particular na pessoa do Exmo. Sr. Dr. Ary Matos; Cardoso, Secretário-Geral do MD; - O Ministério da Educação, particularmente na pessoa do Exmo. Sr. Dr. José Henrique Paim Fernandes, Secretário Executivo daquele Ministério; - O Poder Legislativo, principalmente por intermédio do Exmo. Sr. Deputado Federal Arolde de Oliveira, que nos apoia desde o início deste projeto; - A Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro; - O Centro de Pesquisa e Inovação Sueco Brasileiro; - A Linköping University; e - A Embaixada da Suécia no Brasil e a sua Adidância Militar.

Por último, cabe salientar que a data de hoje se reveste de um significado todo especial, um verdadeiro marco, pois sintetiza a retomada de um importante e grandioso Projeto, que alinhará a transformação do Sistema de Ciência e Tecnologia da Força ao desenvolvimento nacional e regional, produzindo tecnologias de ponta, gerando emprego e renda e impulsionando o setor industrial brasileiro, em particular o que compõe a Base Industrial de Defesa, geradora de inovação e alicerce para as tecnologias que contri-

buem para uma sociedade mais feliz. Um pequeno passo hoje, para uma marcha que nos conduzirá a um futuro Em nome do Exmo. Sr. Comandante do Exército, a quem tenho a honra de representar, agradeço, sensibilizado, a presença de todos os convidados que nos prestigiam nesta ocasião histórica para o Exército, para o Ministério da Defesa e para o Brasil. Guaratiba, RJ, 20 de setembro de 2013.(a) Gen. Sinclair Mayer. Chefe do Departamento de Ciência, Tecnologia do Exército. (02/10/2013)

Presença de estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso

Quero registrar a presença de alunos da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso. Sejam bem-vindos ao plenário da Câmara dos Deputados! (08/10/2013)

Atos de vandalismo de radicais de esquerda no Rio de Janeiro

Sr. Presidente, Deputado Onofre Santo Agostini, caros colegas, eu venho aqui hoje com tristeza para fazer o registro do cerceamento da liberdade de manifestação praticado ontem, na cidade do Rio de Janeiro, por minorias motivadas - temos indícios - por ideologias radicais da Esquerda; motivadas pelo simples gosto pela destruição, pelo vandalismo. Os atos por elas praticados são criminosos, porque destroem o patrimônio público - ontem, inclusive, sequestraram ônibus, o que é crime hediondo.

Dessa forma, nós ficamos atônitos, assistindo à polícia, responsável pela ordem pública, ser acuada, porque, no fim, a mídia tenta imputar aos policiais que estão trabalhando, com as exceções de praxe - é evidente que existem também maus policiais... Mas a polícia é essencial para manter a ordem pública e para exercer a autoridade. Na medida em que os meios de comunicação degradam a imagem da auto-

ridade, abrem espaço para esses vandalismos. O poder coercitivo do Estado já não se exerce mais.

Imagino que esses baderneiros - vou chamá-los assim - tenham a intenção - e eu já vi esse filme no passado - de fazer com que as Forças Armadas venham para as ruas. Será isso que se quer? Que a autoridade seja exercida dessa forma? Não. Nós temos que restaurar a dignidade das autoridades policiais, primeiras responsáveis pela ordem pública.

A Nação está inquieta. Repito: nós já vimos este filme no passado. Começa assim e segue até que a Nação tenha que convocar as Forças Armadas a colocar ordem na casa. Imagino que não seja isso o que desejam os partidos que sustentam esses movimentos e essa baderna.

Por conseguinte, deixo, com tristeza, preocupação e inquietação, este registro aqui nesta tribuna. Muito obrigado, Sr. Presidente e colegas Parlamentares. (08/10/2013)

Transcurso do 25º aniversário da promulgação da Constituição

Sr. Presidente Marçal Filho, caros colegas, eu queria deixar registrado que hoje foi um dia muito especial, pois nesta data houve a sessão solene de comemoração dos 25 anos da Constituição Cidadã.

Meu Líder do PSD, o Deputado Eduardo Sciarra, havia me indicado para usar a palavra naquele momento, como Constituinte que fui e Presidente de uma das Subcomissões, a de Ciência, Tecnologia e Comunicação. Infelizmente, por questão de tempo, a sessão teve que ser encerrada, sem que os inscritos usassem da palavra. Houve, então, um belíssimo discurso do próprio Presidente Henrique Eduardo Alves, que relatou os fatos. S.Exa. deixou, contudo, de contextualizar a situação daquele momento.

Para fazer justiça, eu queria dizer que sempre estive latente, no regime militar, a democratização, a devolução do poder aos civis. Foram

os civis que outorgaram aos militares o poder; e aos civis ele deveria ser devolvido o mais rapidamente possível. Isso só foi possível no Governo Ernesto Geisel, porque havia lutas armadas nos anos anteriores. O Presidente Geisel, após vencer as resistências internas, teve, então, a condição nas mãos para a abertura democrática e para a implantação da democracia e do Estado de Direito no País.

O primeiro ato importante foi a Emenda Constitucional nº 11, de Petrônio Portella, que revogou o Ato Institucional nº 5. No ano seguinte, 1979, tivemos a Lei da Anistia. Depois tivemos o pluripartidarismo; o retorno dos autoexilados (no Brasil, não houve banimento de nenhum brasileiro); e, enfim, as eleições de 1982 para Governador. Começou então o processo conduzido com maestria por Tancredo Neves, como candidato da força política do momento ao Colégio Eleitoral.

A transição foi possível porque dois personagens políticos daquele tempo a assumiram e não permitiram o retrocesso: Ulysses Guimarães e José Sarney, como Presidente da República. É preciso que esse fato fique registrado a bem da verdade e da justiça. Foram essas duas ilustres figuras da política brasileira que garantiram que chegássemos à Assembleia Nacional Constituinte, que consolidou a democracia e o Estado de Direito.

Essa assembleia, de baixo para cima, fez uma Constituição que incorporou os direitos e todas as garantias individuais e coletivas, assegurando o fortalecimento das instituições e a transição para que chegássemos aos dias de hoje ainda com uma Constituição que realmente atenda às necessidades. Os defeitos terão que ser corrigidos, é verdade, e assim o serão.

Obrigado pela possibilidade do registro, Sr. Presidente. (08/10/2013)

Artigo: “Um país que não presta contas”

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, o jornal Correio Braziliense, em 22 do mês de setembro, publicou uma matéria apresentando dados e números assustadores sobre o repasse de recursos públicos para organizações sem fins lucrativos.

No caderno Política do referido periódico, a matéria sob o título Um país que não presta contas informa que o Tribunal de Contas da União não tem o controle de como as organizações não governamentais (ONGs) gastam o dinheiro de um quarto dos contratos, ou seja, de 25% dos contratos, Presidente.

De acordo com boletim contendo informações gerais do Ministério do Planejamento do ano de 2013, até agora a União já fez mais de 6 mil transferências voluntárias. O Ministério não informou quantas prestações de contas foram aprovadas. Já o Tribunal de Contas da União rompeu o silêncio e divulgou que um em cada quatro convênios celebrados entre o Governo Federal e entidades privadas nem sequer tem a prestação de contas entregue à área técnica do órgão após o vencimento do prazo contratual. Na mesma linha, denúncia da Controladoria-Geral da União ao jornal Correio Braziliense diz que há pelo menos 11 mil prestações de contas na fila para serem fiscalizadas pelos gestores.

Recentemente, após as ações da Polícia Federal na Operação Esopo, fomos surpreendidos com a descoberta de que uma única OSCIP teria sido usada para desviar mais de 400 milhões de reais dos cofres públicos com os repasses feitos a ela pelo Ministério do Trabalho.

Outra informação que nos surpreende, Sr. Presidente, é a de que metade dos convênios verificados em auditorias feitas pelo TCU no ano de 2012 não apresenta sequer o plano de trabalho a ser executado com o dinheiro público.

É inacreditável, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que vem acontecendo com o repasse de verbas federais para organizações não governamentais! É tudo uma grande vergonha, e já passou da hora de se dar um basta a todos os abusos! Nesse sentido, apresentei, na data de 17 de agosto de 2011, o Projeto de Lei nº 2.035, de 2011, que determina a publicação das prestações de contas de recursos recebidos da União e outros órgãos públicos.

Não posso terminar este meu registro, Sr. Presidente, sem dizer que anseio por ver todos os corruptos que usaram instituições sem fins lucrativos para furtar os cofres públicos devidamente processados e

punidos na forma da lei e mandados para a cadeia, onde é o lugar de cada um deles.

Aproveito ainda, Sr. Presidente, ao terminar este meu pronunciamento - que peço a V.Exa. mande publicar nos Anais e que lhe dê divulgação nos veículos de comunicação da Casa -, para registrar que a Presidente da PETROBRAS recentemente denunciou o elevado número de contratos com instituições não governamentais, afirmando que vai cancelar todos esses contratos milionários, em todas as áreas, porque realmente é uma sangria dos cofres públicos.

A República não tem tantas tetas para tanta gente mamar ao mesmo tempo, Sr. Presidente, caros colegas! É preciso que os órgãos de fiscalização do Governo atentem para isso. A maior praga deste País, o mais corrupto setor é o das organizações não governamentais, que não têm qualquer fiscalização. Sr. Presidente, espero que V.Exa. dê publicidade ao que acabo de registrar aqui. Muito obrigado.

Pronunciamento

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o jornal Correio Braziliense, na data de 22 de setembro de 2013, publicou uma matéria que apresenta dados e números assustadores sobre o repasse de recursos públicos pelo Governo Federal para entidades sem fins lucrativos.

No Caderno Política do referido periódico, a matéria, sob o título um país que não presta contas, informa que o Tribunal de Contas da União (TCU) não tem o controle de como as ONGs (organizações não governamentais) e as OSCIPS (organizações da sociedade civil de interesse público) gastam o dinheiro de um quarto dos contratos.

Segundo dados divulgados, somente este ano, em apenas 9 meses, entidades privadas já receberam 3,7 bilhões de reais. Os órgãos federais campeões em repasses são:

- Ministério da Educação (MEC), que é a pasta que mais repassou recursos a entidades sem fins lucrativos em 2013: R\$ 1,2 bilhão;
- Ministério da Saúde, que aparece como a segunda pasta que mais direcionou verba a essas instituições: R\$ 772 milhões;

- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação(MCT), em terceiro lugar, com R\$671 milhões liberados.

De acordo com um boletim contendo informações gerais do Ministério do Planejamento no ano de 2013, a União já fez 6.372 transferências voluntárias. Mas o Ministério não informou quantas prestações de contas foram aprovadas. Já o Tribunal de Contas da União rompeu o silêncio e divulgou que um em cada quatro convênios celebrados entre o Governo Federal e as entidades privadas nem sequer tem a prestação de contas entregue à área técnica do órgão após o vencimento do prazo contratual. Na mesma linha é a denúncia da Controladoria Geral da União (CGU), que informou ao jornal Correio Brasileiro que há pelo menos 11 mil prestações de contas na fila para serem fiscalizadas pelos gestores.

Recentemente, após as ações da Polícia Federal na Operação Esopo, fomos surpreendidos com a descoberta de que um única OSCIP teria sido usada para desviar R\$400 milhões dos cofres públicos com repasses feitos a ela pelo Ministério do Trabalho.

Outra informação que nos surpreende é a de que metade dos convênios verificados em auditoria pelo TCU feita no ano de 2012 não apresenta sequer o plano de trabalho a ser executado com o dinheiro público.

Outras graves e assustadoras irregularidades também foram detectadas pela equipe do TCU, como repasses em favor de clubes e associações de servidores e a ONGs cuja composição societária inclui funcionários públicos do órgão repassador dos recursos; liberação de dinheiro para inadimplentes; e, ainda, a absurda constatação da existência de transferências e pagamentos realizados logo ao início da vigência do convênio.

É inacreditável, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que vem acontecendo com o repasse de verbas federais para organizações não governamentais. É tudo uma grande vergonha e já passou da hora de dizer basta a todos os abusos. Este Parlamento precisa reagir!

Nesse sentido, apresentei, na data de 17 de agosto de 2011, o Projeto de Lei nº 2.035/2011, que determina a publicação da prestação de contas de recursos recebidos da União por instituições privadas.

Só com critérios bem definidos para seleção das entidades beneficiárias, com uma fiscalização adequada antes e durante a execução dos convênios, com análises técnicas sérias das prestações de contas e com muita transparência, inclusive com a participação de toda sociedade, é que vamos acabar com o desvio de tantas verbas públicas, com toda essa roubalheira e beneficiar, de fato, as entidades sérias que atendem ao povo em suas necessidades.

Não posso terminar este meu discurso sem registrar que anseio por ver todos os corruptos que usaram instituições sem fins lucrativos para furtar os cofres públicos devidamente processados e punidos na forma da lei e mandados para a cadeia, onde é o lugar de cada um deles. Muito obrigado. (16/10/2013)

Comissão Geral para a discussão do Marco Civil da Internet

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, a semana que vem será uma semana muito importante para este Parlamento. Vamos ter a oportunidade de participar de uma Comissão Geral na terça-feira para debater amplamente com todos os segmentos da sociedade e com os partidos políticos o marco legal da Internet.

E, segundo desejo da Presidência desta Casa, no dia seguinte, quarta-feira, a matéria será votada. Do meu ponto de vista, acho que fatos novos ocorreram para que se apresse tanto essa votação, e não há necessidade de atropelar os fatos.

É o grande argumento para que a Presidência da República solicite a urgência constitucional para acelerar esse processo. Ela alega espionagem por parte do país amigo, os Estados Unidos da América do Norte. Esse fato foi abordado até de uma forma sensacionalista, dando a impressão à Nação de que essa seria a grande barreira e de que iríamos acabar com a espionagem.

Fala dessa forma ou acredita nisso quem não conhece a história, quem não sabe como vivem as civilizações. Não vai ser a Internet nem a

imposição de controles sobre data center, sobre centros de processamento de dados que vão controlar isso.

Recentemente, na Alemanha, em particular, assim como na Espanha e em outros países, foram constatadas também algumas bisbilhotices dos Estados Unidos em relação a esses países.

Agora nós temos até uma parceria, nas mesmas circunstâncias, parceria essa que pode ser adotada como auxílio para buscarmos a melhor solução na abordagem desse assunto.

Eu não sou contra um marco legal, não, mas, se chegou a hora, vamos regulamentar. Minha preocupação é que façamos isso de uma forma ainda prematura, sem um amplo debate sobre todos os aspectos. Esse debate, após mais de 2 anos de trâmite, ficou muito fechado, muito restrito ao âmbito do Relator e das suas relações.

Eu gostaria de discutir mais, e isso vai acontecer nesta Comissão Geral. Na próxima terça-feira, estaremos aqui para ouvir a sociedade, os partidos, enfim, todos, sobre esta matéria. Será um termômetro para sabermos se ela está em condições de ser votada. Muito obrigado.
(30/10/2013)

STF exige diploma de jornalista extinto pelo próprio órgão

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu pedi a palavra para fazer um registro que julgo importante.

Em 2009, tivemos um amplo debate aqui na Casa, sobre a questão da exigência de diploma para que os jornalistas exerçam sua profissão.

Foi levado o assunto ao Supremo, e o Ministro Gilmar Mendes pôs fim, na sua decisão, à exigência de diploma para que jornalistas exerçam sua profissão, uma decisão, no nosso entendimento, que contraria a lógica da formação de todas as carreiras profissionais. Mas lei é lei.

Agora, estranhamente e até de forma hilariante, o Supremo Tribunal Federal faz um edital, que está publicado na íntegra, no Diário Oficial

- deixem-me ver aqui, pois tenho cópia do jornal - do dia 14 de outubro, exigindo, sim, diploma para que os jornalistas exerçam a sua profissão. São três as vagas para jornalista. Diz o edital entre as exigências:

(...) diploma, devidamente registrado, de curso de nível superior de graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC, e registro na respectiva Delegacia Regional do Trabalho.

Vejam a incoerência! Como é que se pode entender que a própria Justiça, através de seu órgão máximo, o Supremo Tribunal Federal, agora com esse edital para esses cargos, cometa um ato desses, que contraria sua própria lei? A questão da disciplina civil não é cumprida, portanto, pela própria Justiça!

Eu faço este registro porque, naturalmente, este assunto ainda vai acabar retornando a esta Casa, já que a PEC está dormitando em alguma das nossas Comissões. Muito obrigado. (05/11/2013)

Elogio ao artigo da VEJA sobre ditadura cubana

Colegas Parlamentares, eu quero registrar aqui, desta tribuna, agora, uma reportagem fabulosa sobre a ditadura cubana, publicada na revista Veja de hoje, página 104.

A matéria retrata exatamente o estado de penúria em que vive o povo cubano desde que Cuba perdeu a teta da Rússia, quando o regime comunista desmoronou no mundo. E essa ditadura em Cuba vem de longe. Quando ainda havia o acordo com a Rússia para fazer de Cuba o seu quintal, como base para mísseis, etc., Cuba ainda vivia bem, entrou num período de desenvolvimento e crescimento em várias áreas, mas, desde o final dos anos 80, começou a derrocada.

Para aqueles que acreditam - e aqui nesta Casa há muitos que defendem o regime comunista de Cuba - , é uma grande democracia.

Eu queria dizer que Fidel Castro - para quem conhece um pouco da história - tentou, desde 1961/1962, por todos os meios, usar os brasi-

leiros nascidos no Brasil, mas apátridas, tipo Carlos Marighela, Joaquim Câmara, que hoje são aclamados por muitos como heróis. Cada um tem o herói que quer e que merece. Eu entendo e respeito. Esses, justamente, começaram a fazer a ocupação da América Latina, a começar pelo Brasil, tentando implantar aqui o comunismo, que foi derrotado em 1964/1967.

Quando Che Guevara foi morto em combate, o substituto para essa manobra foi Carlos Marighela, que também morreu em combate nas ruas de São Paulo. O seu substituto, Joaquim Câmara, morreu de infarto. Essa foi a grande empreitada.

É preciso conhecer a história para não ficar só um lado falando, falando, parecendo que é verdade. Mas não é verdade. A verdade está à página 104 da revista Veja de hoje, que fez uma esplêndida reportagem retratando o que é o regime comunista, que hoje pega outros canais, tais como o bolivarianismo venezuelano. Muito obrigado. (06/11/2013)

Elogios ao filme Blood Money - Aborto Legalizado, produzido por David Kyle e John Zipp

Sr. Presidente, quero fazer um rápido registro e pedir que seja considerado lido este pronunciamento.

Sr. Presidente, no dia 15 de novembro, entrará em cartaz nos cinemas do Brasil o esperado e polêmico filme Blood Money - Aborto Legalizado. O documentário, produzido por e David Kyle e John Zipp, trata do funcionamento legal da indústria do aborto nos Estados Unidos, mostrando, de modo muito realista, de que forma as estruturas médicas disputam e tratam sua clientela, quais são os métodos aplicados pelas clínicas para a realização do aborto, que destino se dá ao lixo hospitalar e como é o sofrimento das mulheres, entre outros temas.

Eu recomendo aos abortistas que assistam a esse filme. É bom, é instrutivo, principalmente para aqueles que defendem que a vida se dá após o nascimento da criança. Muito obrigado.

Pronunciamento

Sr. Presidente, no dia 15 de novembro, entrará em cartaz nos cinemas do Brasil o esperado e polêmico filme *Blood Money - Aborto Legalizado*. O documentário, produzido por David Kyle e John Zipp, trata do funcionamento legal da indústria do aborto nos Estados Unidos, mostrando, de modo realista, de que forma as estruturas médicas disputam e tratam sua clientela, quais são os métodos aplicados pelas clínicas para a realização do aborto, que destino se dá ao lixo hospitalar e como é o sofrimento das mulheres, entre outros temas.

O filme também faz grandes e sérias denúncias, como a da prática da eugenia e a do uso do aborto como controle da natalidade. Trata de forma madura os aspectos científicos e psicológicos relacionados ao tema, como o momento exato em que o feto é considerado um ser humano e se há ou não sequelas para a mulher submetida a esse procedimento.

Blood Money - Aborto Legalizado traz, ainda, depoimentos de médicos e outros profissionais da área, de pacientes, de cientistas e da ativista de movimentos negros dos EUA Alveda C. King, sobrinha do pacifista Martin Luther King.

Dra. Alveda King, que também apresenta o documentário, é envolvida em discussões sobre o mecanismo de controle racial nos EUA e denuncia no filme que o maior número de abortos registrados naquele país é realizado nas comunidades negras.

Blood Money - Aborto Legalizado, que traduzido quer dizer “dinheiro de sangue”, chega ao Brasil para amadurecer o debate sobre o aborto a partir da experiência dos EUA. Lá o assunto é pulsante. A mídia debate o tema sem nenhum tabu. Aqui, observamos tendências e manipulações por parte da mídia quanto ao tema, e quem perde é a sociedade.

O documentário é muito bem produzido, é uma fonte de estudos ímpar, tem formato investigativo e revela uma indústria poderosa, lucrativa e que movimenta bilhões de dólares a partir da legalização do aborto nos EUA.

No filme fica evidenciado que a legalização do aborto nos Estados Unidos se deu mediante manipulação do povo despreparado, numa campanha de trapaças e mentiras, numa clara afronta às atribuições de cada um dos poderes republicanos. Tal campanha foi conduzida no centro das instituições judiciárias.

A Justiça americana tornou o aborto um direito da mulher, que se transformou em autoridade inquestionável para decidir sobre o próprio corpo e sobre a vida independente e distinta que se desenvolve dentro dela.

Como se revela na obra cinematográfica, eufemismos foram empregados nos Estados Unidos para fazer a criança parecer menos que humana. Desta forma, o desejo de massacre alojado nos recantos mais sombrios dos corações dos homens justificou o direito de assassinar.

Para que o aborto fosse legalizado, a Justiça norte-americana precisou ignorar fatos científicos incontestáveis e que estavam estabelecidos de modo claro, visto que desde 1857 a Associação Médica Americana declarou a existência independente e real da criança antes do nascimento como um ser vivo, sendo, portanto, uma questão de ciência objetiva.

Causa impacto e emoção ver no filme relatos de aborteiros que chegaram a matar legalmente mais de 35 mil crianças e provocaram a morte de muitas mulheres em consequência dos métodos usados para sugar crianças com 6, 7 ou 8 meses de gestação.

Já sabemos que a chegada do filme no circuito de cinema está incomodando muitas pessoas, muitas instituições e até mesmo alguns partidos, pois a triste verdade sobre o aborto será exibida ao vivo e a cores.

Quero agradecer à Europa Filmes e à Estação Luz Filmes, a quem cumprimento pela coragem de trazer para o Brasil tão importante documentário.

Peço a atenção dos brasileiros para a mensagem desse filme que vai ao encontro de nossa luta pela vida e contra a descriminalização do aborto e fortalece nossas convicções pró-vida em defesa da família.
(06/11/2013)

Comissão Geral para debate do Marco Civil da Internet

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, ilustres convidados, realmente foi uma manhã histórica.

Cumprimento o Deputado Eduardo Cunha pela tão oportuna iniciativa de requerer a realização de uma Comissão Geral para debater esta matéria.

Quero cumprimentar também a Mesa - não posso deixar de fazer isso - pela forma como foram conduzidos os trabalhos por todos os que presidiram esta sessão até este momento, garantindo a ordem e a justiça aos convidados, para que nos dessem os seus depoimentos, e aos Parlamentares.

Falo isso porque, várias vezes nesta Casa, Comissões Gerais transformaram-se em verdadeiras panaceias. Por isso estou dizendo que cumprimento o Presidente da Mesa, e o faço também, nobre Presidente, pelas suas palavras na tribuna, ideias com as quais muito concordo.

Quero cumprimentar, sim, o Deputado Alessandro Molon, companheiro do meu Estado, Parlamentar dinâmico, atuante e de inteligência acima da média, que em muito boa hora foi colocado como Relator desse projeto. Esse projeto é complexo, é muito técnico. As pessoas têm que ter conhecimentos que vão muito além do clique no computador, têm que se relacionar com todos os segmentos para poder chegar a uma conclusão.

Estamos tratando da revolução cognitiva do nosso tempo. Tivemos poucas revoluções cognitivas ao longo da História: a causada pela imprensa; a causada, lá atrás, pela escrita; e esta, agora, causada pela Internet, complementando a grande revolução neste tempo de sociedade pós-industrial da informação.

Eu queria realçar, inicialmente, que temos que ter um entendimento do que seja esta Internet. Falo isso com a autoridade de quem está aqui há muitos anos, pois já debatemos esse assunto quando decidimos, no passado, que a Internet seria livre, seria totalmente destituída

de amarras, há 15 anos ou pouco mais que isso, em meados dos anos 1990.

Entendíamos, naquele tempo, pela estrutura e pela história de onde nasceu e por que nasceu a Internet, que o seu primeiro grande atributo é a globalidade, o www, o World Web Wide. Esse é o primeiro grande atributo da Internet.

Outro grande atributo da Internet, que garante essa globalidade, é o livre fluxo de informações transfronteiras, através de todas as fronteiras. Esse é outro grande atributo da Internet.

Outro atributo é a redundância, que garante a segurança não só da transferência de dados através de malhas com infinitudes de caminhos, como também a armazenagem, a guarda desses dados em qualquer lugar do mundo. Esse é outro atributo fundamental da Internet.

Há um atributo do qual ninguém fala e que é muito importante: a Internet é assíncrona, ela permite que você se comunique e transfira dados on line ou simplesmente os deixe por algum tempo em algum lugar para que alguém vá lá e os busque. Essa assincronicidade é outro atributo da Internet.

Se a Internet tem esses atributos, podemos dizer simplesmente o seguinte, meus senhores e minhas senhoras, queridos internautas que nos assistem: qualquer medida que restrinja um desses atributos mutila a Internet brasileira e faz com que nós tenhamos, no Brasil, internautas - prestem atenção - de segunda classe. Essa é a grande realidade.

O Relator buscou um amplo debate, do qual pessoas qualificadas participaram, e foi elaborado um projeto básico chamado de Marco Civil. Lamento que, na 25ª hora, tenha sido introduzido monocraticamente, pelo Governo Federal, um dispositivo transformando aquele debate amplo, do qual toda a sociedade participou, num marco legal.

Hoje nós temos na Internet, nobre Presidente e colega Relator, um marco legal porque há uma exigência totalmente - perdoem-me a palavra - estapafúrdia, pois não há nenhuma razão de ser no fato de obrigar a Internet a guardar dados no Brasil. Agora não está mais

obrigando, porque o Relator mudou um pouco e disse que se pode fazer isso por decreto, mas o efeito é o mesmo. Isso vai limitar e vai transformar o nosso internauta em internauta de segunda classe. Por quê? Se nós vamos ter que nos limitar a essa guarda dos nossos dados aqui, como é que vamos fazer com internautas e instituições que usam a Internet com a computação em nuvem e com o livre fluxo dos dados transfronteiras? Essa é uma questão que tem que ser aqui debatida.

Eu havia, nobre Presidente, preparado um documento que peço a V.Exa. que determine à Mesa para deixar registrado nos Anais. Trata-se de um documento que eu escrevi sobre esta matéria, mas o tempo não me permite lê-lo. Eu gosto mais de falar de improviso, essa é a questão.

Com essa história da armazenagem de dados no Brasil, eu quero dizer aqui - é uma coisa forte, é complicada, mas vou dizer -: eu prefiro ser bisbilhotado como qualquer internauta, como qualquer cidadão brasileiro, por países estrangeiros, a ser bisbilhotado por um órgão do Governo de plantão, porque aqui eu exerço direitos, aqui eu tenho minhas obrigações. Mas não posso admitir agentes do Governo de plantão dentro desses data centers instalados no Brasil sabendo o que eu faço aqui.

Nós trabalhamos nos anos 1990 por uma Internet livre, que os pessimistas diziam que iria se transformar no império da anarquia. O império da anarquia está aqui hoje, nobre Relator, acomodando a Receita Federal, todo o sistema bancário e a administração financeira de toda natureza. Então, a Internet funcionou como foi idealizada, e está funcionando. Entendo que precisamos fazer ajustes.

O meu partido ainda não decidiu qual é a sua posição, mas, com certeza, será contra essa questão dos data centers em território nacional. Quando der, nós vamos fazer uma reunião de bancada e vamos decidir isso. Antes, ainda quero discutir um pouco com o nobre Relator, para tentarmos chegar a alguns pontos, a alguns acordos.

No mais, quero cumprimentar a sociedade civil que se manifestou aqui e todos os que aqui estiveram enriquecendo este debate.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, meus queridos internautas que me assistem.

Pronunciamento

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, ilustres convidados a esta Comissão Geral para debater o Marco Civil da Internet, para estabelecermos um referencial comum de entendimento, precisamos reconhecer como atributos essenciais da internet a globalidade, o www, o World Web Wide; a liberdade de fluxo de informações transfronteiras; a redundância da segurança de dados com malhas alternativas de comunicação e hospedagem em qualquer lugar do mundo; a assincronicidade, entre outros.

Podemos resumir dizendo que a Internet matou a distância, ignorou o tempo e desqualificou as relações espaço-temporais.

Qualquer medida restritiva aos atributos essenciais mutila a Rede Mundial e usurpa a liberdade dos internautas, sejam pessoas, sejam instituições.

Assim entendíamos a Internet nos anos 1990, quando os protocolos de conexão foram definidos. Aqui no Congresso debatemos e concluimos por uma Internet livre de restrições legais, que pudesse se desenvolver sem amarras, num sistema de autorregulamentação.

Não obstante o pessimismo de alguns, a internet não se transformou no império da anarquia. Muito pelo contrário, constituiu-se no centro de uma revolução do conhecimento, da inovação, da criação, da propriedade intelectual, de uma nova categoria do direito - cibernético -, enfim, muito além de uma simples cadeia comunicativa.

O atual estado da arte da tecnologia da informação e da comunicação nos concede o privilégio de vivermos este momento de transformação e de mudança de paradigmas nas relações humanas, na economia, na educação, na academia, na política, enfim, em todas as atividades, através de processos que estão ainda em pleno desenvolvimento.

Portanto, a Internet do Brasil está sendo construída de acordo com os parâmetros internacionais para garantir a plenitude de sua utilização pelos internautas brasileiros, ao par com os internautas dos países livres de todo o mundo.

A sociedade cada vez mais desfruta dos benefícios oferecidos pela Rede Mundial: no sistema bancário, fazendário, financeiro, no comércio, na gestão em todos os níveis etc.

Sr. Presidente, nós nos perguntamos se realmente há necessidade dessa regulamentação legal neste momento em que esses processos ainda não se estabilizaram e a conectividade ainda não se universalizou neste País. Não seria mais prudente tratar e legislar pontualmente sobre os principais temas dessa lei? A neutralidade da Rede, a privacidade e a segurança jurídica? Não seria mais prudente aguardarmos até que esse processo revolucionário se estabilize um pouco mais, oferecendo melhores parâmetros de avaliação?

Embora com essas preocupações, entendemos que o projeto básico do Marco Civil foi objeto dos mais amplos debates e audiências públicas qualificadas, inclusive com a participação de milhares de internautas através das redes sociais.

Porém, esse projeto, que tomou o nome de Marco Civil da Internet, perdeu esse DNA popular para se tornar o marco legal no momento em que a ação monocrática da Presidente da República acrescentou o dispositivo que obriga o armazenamento de dados de brasileiros em data centers localizados em território nacional, além de impor tramitação em regime de urgência constitucional.

A causa alegada para essa proposta, absolutamente na contramão dos atributos da Internet, foi a identificação de espionagem em comunicações de autoridades brasileiras. Repudiamos essa invasão da privacidade e da soberania nacional. Mas, daí a imaginar que o armazenamento de dados dos internautas brasileiros no Brasil vai acabar com a espionagem é um grande equívoco, para dizer o mínimo.

A Internet foi o instrumento usado dessa vez, mas não é o único existente. O processamento de informações internas e externas é fundamental para as políticas de segurança de qualquer país. Infelizmente, os métodos de tempos de paz são os mesmos métodos de tempos de guerra. Segundo os especialistas no assunto, o melhor instrumento de defesa é a criptografia. A Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, que por certo não faz espionagem, poderá ratificar essa afirmativa.

Trata-se, portanto, de uma justificativa vazia para a urgência constitucional e para a introdução do art. 10-A no projeto do Relator.

A exigência de armazenamento local dos dados dos brasileiros transforma nossos internautas em categoria inferior ao limitar a liberdade do uso pleno da Rede Mundial, por exemplo, na computação em nuvem, no fluxo livre de informações transfronteiras, na redundância de guarda de dados etc. A contradição é reforçada quando lembramos que tramita nesta Casa, com aceitação unânime, proposta de emenda à Constituição que inclui o acesso à Internet em banda larga como direito individual fundamental.

Além do mais, a medida terá forte impacto negativo em termos econômicos, pelos elevados custos de implantação dos data centers, que as empresas menores terão dificuldade de suportar, pela redução do acesso do País aos novos produtos que a tecnologia da informação disponibiliza continuamente, pela discriminação do mercado brasileiro aos investimentos de empresas estrangeiras, enfim, pela mutilação da globalidade da Internet.

Para concluir essas breves considerações, é preciso entender que qualquer restrição ao pleno funcionamento da Rede Mundial significa também restrição à liberdade de expressão e comunicação dos internautas e do povo brasileiro.

Queremos manter a Internet livre, sem constrangimentos. Preferimos ser bisbilhotados por países estrangeiros a ficarmos expostos a eventuais monitoramentos de órgãos de governos de plantão. Afinal, é sob leis brasileiras que exercemos nossa cidadania, nossos direitos e nossas obrigações. Obrigado. (06/11/2013)

Solidariedade ao pronunciamento do deputado Eduardo Cunha

Sr. Presidente, gostaria de me solidarizar com o Deputado Eduardo Cunha, Líder do PMDB. Nós temos tido exemplos desse tipo de procedimento em Comissões, quando convidados que vêm fazer seus

depoimentos se sentem em condições de degradar, de desqualificar Parlamentares e a Casa.

O SR. PRESIDENTE - Muito bem, Deputado.

O SR. DEPUTADO AROLDE DE OLIVEIRA - E nós repudiamos isso. Existe até um procedimento, na Comissão de Ciência e Tecnologia, que vai acabar na Justiça por causa de um depoimento. Portanto, são todos convidados em todos os depoimentos. V.Exa. colocou muito bem. Muito obrigado. (06/11/2013)

Cumprimento da lista de inscrição para uso da palavra

Sr. Presidente, gostaria de levantar uma questão, pela ordem dos trabalhos. O Presidente, quando abriu os trabalhos, anunciou a regra que seguiríamos. Como há muitos convidados, ajustou que nós seguiríamos a lista de inscrição exaustivamente discutida e debatida ontem entre os Líderes dos partidos, inclusive o meu.

Por conseguinte, queria solicitar a V.Exa que seguisse a ordem. Sem ser indelicado com nenhum convidado, se seguirmos a ordem, ao final poderemos admitir, aceitar esses depoimentos, mas nunca os interpor à frente daqueles que estão presentes e que estão inscritos para o debate. É o que solicito, porque isso foi ajustado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Arruda) - V.Exa. tem toda a razão. Daqui para a frente, vamos seguir a lista. O Marivaldo Pereira, representante do Ministério da Justiça, tem um compromisso no Ministério. O Relator, Deputado Alessandro Molon, e o Presidente Henrique Alves concordaram que ele passasse à frente. Mas agora vamos manter a lista. (06/11/2013)

Condução dos trabalhos da Comissão Geral

Sr. Presidente, só uma questão de esclarecimento. Como V.Exa. vai conduzir as exposições, as palestras e as participações, tempo de cada

convidado, tempo de cada Parlamentar, tempo dos partidos, sequência? Nós temos 32 inscritos convidados. Então, gostaria de saber de V.Exa., de início, qual é a regra desse encaminhamento. Muito obrigado. (06/11/2013)

Panorama das propostas sobre a regulamentação da prostituição como profissão

Sr. Presidente Felipe Maia, caros colegas, nesta semana, a Caixa Econômica Federal divulgou convênio com a Associação das Prostitutas - e prostitutos - de Minas Gerais, para que eles possam receber seus pagamentos, seus honorários, vamos dizer assim, como profissão autônoma, por meio de cartões de crédito e de débito, podendo inclusive receber parceladamente.

Há muito tempo, tenta-se, na Casa, regularizar, regulamentar essa profissão. Tivemos o Projeto de Lei nº 98, de 2003, que foi derrotado em todas as Comissões. Por conseguinte, a Nação não deseja essa regulamentação.

Em 2009, o Decreto nº 7.037, aprovou o Plano Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3, que está em vigor, em andamento.

Agora, a Caixa Econômica Federal assume a posição de fazer esse convênio dessa forma, contrariando inclusive os valores morais da sociedade.

Peço a V.Exa. que seja dado como lido, Sr. Presidente, na íntegra, o meu pronunciamento sobre essa matéria, cuja cópia deixo com a Taquigrafia, e divulgado nos meios de comunicação social da Casa. Muito obrigado.

Pronunciamento

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há muito tempo se tenta legalizar a prostituição no Brasil.

No ano de 2003 tramitou na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei

nº 98, de 2003, que foi derrotado em todas as Comissões por onde tramitou.

Depois, no ano de 2009, o tema volta à pauta por meio de um Decreto Presidencial. Isso mesmo, por meio de um Decreto Presidencial! Falo do Decreto nº 7.037, de 2009, o famoso PNDH-3, que, na Diretriz 7, Objetivo Estratégico VI, determina que se garantam no Brasil os direitos trabalhistas e previdenciários dos profissionais do sexo.

Mas aquele mesmo Decreto Presidencial, o 7.037, de 2009, na Diretriz 9, Objetivo Estratégico III, prevê que se realizem campanhas educativas para se acabar no Brasil com o estereótipo em relação aos profissionais do sexo.

Quando eu li, no ano de 2009, no Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 a obrigatoriedade de se fazerem campanhas sobre legalização da prostituição, ficava imaginando como seriam as campanhas informando à sociedade, aos nossos jovens e até mesmo às crianças que ser prostituta é legal e faz bem.

Para minha surpresa, em julho de 2013 fui surpreendido com a ridícula campanha que circulou nas redes sociais feitas pelo Ministério da Saúde que tinha até um dos temas Sou Feliz Sendo Prostituta, uma campanha feita com verbas públicas.

Mas preciso lembrar que a legalização da prostituição recentemente também voltou a ser debatida no Congresso Nacional. No ano de 2012 passou a ser discutida no Senado Federal por meio do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, Reforma do Código Penal Brasileiro. E, naquela proposta legislativa, inclusive, prevê a regulamentação das casas de prostituição, dando aos cafetões total liberdade e legalidade para comercializar corpos de homens, mulheres, garotos e garotas.

Aqui na Câmara o assunto também voltou a ser debatido por meio do Projeto de Lei nº 4.211, de 2012, que também quer garantir aos profissionais do sexo direitos trabalhistas. Ou seja, tudo isso está ocorrendo por influência do contestado Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3.

Mas a novidade da semana não está na Câmara, no Senado ou no

Ministério da Saúde, ela vem lá da Caixa Econômica Federal, uma instituição financeira governamental. Fomos surpreendidos com a notícia de que a Caixa Econômica fez um convênio com a Associação das Prostitutas de Minas Gerais para que elas possam receber seus “honorários” por meio de cartões de crédito e débito. Os cafetões e cafetinas, os mercadores de corpos, também poderão fazer uso das máquinas de cartões de crédito e débito.

Inadmissível! É o termo certo a ser usado. Não posso aceitar que esse absurdo de se legalizar a prostituição no Brasil esteja indo tão longe. E observem Sras. e Srs. Deputados, tudo vem sendo feito antes dos grandes eventos esportivos, com o objetivo de já deixar o País pronto para que os predadores venham de todos os lugares do mundo usar os garotos e garotas de programas sob o manto da legalidade. Mas será que os dirigentes da Caixa Econômica Federal e o Governo Federal esqueceram que legalizar e incentivar a prática da prostituição é contribuir para o aumento de tráfico de humanos?

Falta bom senso neste País, e as famílias brasileiras e este Parlamento precisam imediatamente começar a reagir. Muito Obrigado.
(13/11/2013)

Transcurso do Dia da Bandeira

Agradeço ao nobre Parlamentar que me cedeu esta oportunidade. Obrigado, nobre Presidente Simão Sessim.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fico feliz em registrar que hoje é o Dia da Bandeira, data instituída logo após a Proclamação da República, cujo hino é um poema de Olavo Bilac, adotado em 1906, quando era Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, a Cidade Maravilhosa, o ilustre Francisco Pereira Passos, que pediu esse hino a Olavo Bilac. Olavo Bilac, com música de Francisco Braga, fez o Hino à Bandeira do Brasil.

Esse hino passou a ser executado e cantado no sistema de ensino da cidade do Rio de Janeiro. Depois, passou para o Estado todo, para os

outros Municípios e finalmente foi adotado em todo o Brasil como o Hino à Bandeira.

Faço este registro neste momento para lembrar que, nestes tempos de tanto desamor à Pátria, de tanto repúdio, repúdio mesmo, aos símbolos nacionais, em que se notam, vez por outra, bandeiras sendo queimadas, letras esquisitas para o Hino Nacional, é muito importante registrarmos este símbolo nacional que encerra, em seu último verso, com a expressão “pavilhão de justiça e de amor”.

Vamos ver se com essa frase resgatamos esse sentido do amor a nossa Pátria. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Tem razão, Deputado Arolde de Oliveira. Chego hoje dos Estados Unidos, onde fiz parte, com muito orgulho, de uma comissão que foi à ONU discutir o problema do desenvolvimento sustentável e tive a oportunidade de mostrar os projetos do nosso País com relação à erradicação da pobreza. Pudemos observar que lá eles vendem bem os símbolos dos Estados Unidos, a bandeira e tudo o mais, enquanto nós ainda não aprendemos esse tipo de divulgação para mostrar o nosso amor ao nosso País e, principalmente, à nossa Bandeira. Parabéns pelo discurso. (19/11/2013)

Transcurso do Dia Nacional da Consciência Negra

Obrigado, Presidente Onofre Santo Agostini. Eu queria apenas deixar registrada a minha satisfação e a minha homenagem pela data de hoje, Dia da Consciência Negra.

O Brasil é um país privilegiado, porque o DNA da sua população contém prioritariamente as raças negra, branca e amarela indígena, digamos assim. Então, é um DNA privilegiado, miscigenado.

Como ainda percebemos uma injustiça social em relação à raça negra, o Dia da Consciência Negra nos leva a refletir sobre a importância de todas as medidas que buscam, de uma forma ou de outra, reduzir essas diferenças.

Saúdo, portanto, a data de hoje, Dia da Consciência Negra. Muito obrigado, Sr. Presidente. (20/11/2013)

Elogio à privatização do Aeroporto Galeão, no Rio de Janeiro

Sr. Presidente Inocêncio Oliveira, colegas Parlamentares, quero fazer o registro de um fato muito importante acontecido no final da semana passada: a privatização do aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro.

Para nós, cariocas e fluminenses, é muito importante, porque podemos agora embalar a esperança de termos um aeroporto decente na Cidade Maravilhosa, um dos maiores polos turísticos do mundo.

Cumprimento o Ministro Moreira Franco pela oportunidade que teve de abrir à iniciativa privada espaço para esse tipo de investimento. É o caminho para que nós tenhamos um serviço de acordo com a Cidade Maravilhosa, a cidade do Rio de Janeiro.

Ficamos muito felizes e lembramos que hoje, na situação em que vivemos, os aeroportos, os dois terminais estão caindo aos pedaços no Rio de Janeiro, fazendo com que todos os voos internacionais importantes tenham que sair de outras cidades, principalmente Guarulhos, em São Paulo. Essas coisas vão, então, mudar.

Lembro que é muito importante o capital estrangeiro em negócios que são sustentáveis, que têm retorno. O setor de telecomunicações, por exemplo, nobre Presidente - e nós vivemos juntos aqui a privatização desse setor -, se não o tivéssemos privatizado àquela época, em meados dos anos 90, em 1995, hoje não teríamos quase 300 milhões de dispositivos celulares nas mãos dos brasileiros em todos os estratos sociais. Não é elitizado o acesso ao serviço de telefonia.

Infelizmente, o projeto de termos uma agência reguladora para fiscalização que fosse ligada ao Estado, que fosse perene, acima da vontade dos governos, não se concretizou. Por isso, a ANATEL transformou-se hoje em um órgão governamental, com todas as consequên-

cias de ser um órgão de Governo: não fiscaliza o serviço e os usuários desse serviço de telecomunicações estão à míngua, sem um serviço de melhor qualidade. Há necessidade de fiscalizar e exigir que sejam cumpridas as metas de desempenho de qualidade das empresas de telecomunicações. Eu agradeço esta oportunidade, Sr. Presidente. (26/11/2013)

Elogio à atuação do Deputado Marco Feliciano na Comissão de Direitos Humanos

Sr. Presidente José Nunes, eu queria fazer um registro neste momento.

Agora à tarde, estive na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, onde registrei um caso que quero deixar registrado nos Anais da Câmara dos Deputados.

No começo do ano, nós tivemos fatos constrangedores que diziam respeito à instalação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias na Casa.

Houve muita contrariedade, muita intolerância, muitas tentativas de impedir a instalação dessa Comissão, com seu Presidente, o Deputado Marco Feliciano, que, em pleno exercício de suas prerrogativas parlamentares, foi eleito, escolhido pelo seu partido para assumir a Presidência daquela Comissão.

Não obstante a intolerância de minorias, não obstante até a incompreensão de boa parte da imprensa comprometida com essas minorias, a Comissão foi instalada, a autoridade foi imposta, nos termos regimentais. A Comissão se instalou, operou e chega ao final desta Sessão Legislativa, tendo produzido importantes decisões para as minorias do Brasil e para os direitos humanos.

É muito importante registrar isto, porque esse fato marca, de forma bastante firme, precisa e fácil de compreender, o exercido da autoridade, autoridade que por vezes falta nesta Casa. Porque nós vemos fatos constrangedores ocorrerem aqui no plenário, nos corredores e

em outros locais, o que só faz desgastar a Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional e, principalmente, os Parlamentares.

Então, quero cumprimentar o Presidente Marco Feliciano pelo desempenho sereno, tranquilo e justo, pelo controle que teve de si mesmo para que pudesse vencer todas as dificuldades e chegar ao final do ano com um desempenho exemplar da Comissão.

Eu peço a Deus que continue a abençoá-lo e que esse fato seja realmente tomado como uma vitória, uma vitória contra a intolerância principalmente. Muito obrigado. (27/11/2013)

Artigo: Os segredos bilionários do Governo, de José Casado

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, o jornal O Globo do dia 15 de outubro, na página 17, registrou importante artigo do jornalista José Casado, que fala sobre os segredos bilionários do Governo.

Segundo José Casado, pelas estimativas mais conservadoras, o Brasil já deu 6 bilhões de dólares em créditos públicos aos Governos de Luanda e Havana, isto é, Angola e Cuba. Deveriam ser operações comerciais normais, como as realizadas com outros 90 países da África e da América Latina.

Encerra, ao final, dizendo o seguinte o articulista José Casado:

O Governo Dilma Rousseff avança entre segredos e embaraços nas relações com tiranos como José Eduardo Santos, de Angola; os irmãos Castro, de Cuba; Robert Mugabe, do Zimbábwe; Teodoro Obiang, da GuinéEquatorial; Denis Sassou Nguesso, do Congo-Brazzaville; Ali Bongo Ondimba, do Gabão e Omar al-Bashir, do Sudão – este inclusive condenado por genocídio e com prisão pedida àINTERPOL pelo Tribunal Penal Internacional.

Vejam, essas coisas ocorrem no Governo, no cenário da República, que tem a competência constitucional não apenas de autorizar essas operações financeiras externas, que tem a atribuição constitucional de

fiscalizar, e aparentemente não faz nada. O que está acontecendo nas relações do Congresso Nacional, nas suas funções básicas fundamentais com o Poder Executivo? Essas coisas acontecem e nós não sabemos.

Vejam: ao invés de serem relações com democracia, em que há liberdade de imprensa, há liberdade de expressão, há liberdade de ir e vir, há liberdade de ser, há liberdade de viver, não, são Repúblicas ou são Estados dirigidos por títeres, por ditadores cruéis e sanguinários.

Aonde vamos chegar? A Nação fica estática assistindo a essas coisas, ouvindo-as, e não se tomam providências. Eu fico muito triste. Nestes meus 30 anos de Câmara dos Deputados, participando das decisões aqui no Legislativo, sinceramente, nunca vi uma fase de tamanha degradação das relações públicas do Brasil. É triste!

Sr. Presidente, eu deixo este registro e peço que seja dada divulgação ao meu pronunciamento nos órgãos da Casa e na Agência Nacional. Muito obrigado. (03/12/2013)

Apoio às privatizações da infraestrutura do Brasil

Obrigado, Presidente, eu quero fazer um registro, manifestar minha alegria de ver publicada na imprensa a privatização da infraestrutura do Brasil, finalmente, depois de tanto tempo de discussões e de atrasos. Agora, nós vemos aeroportos sendo privatizados, nós vemos portos marítimos sendo privatizados, como ocorreu na semana passada, e notícias de que outros também o serão, rodovias sendo privatizadas, tudo muito importante para reduzir o Custo Brasil.

O Custo Brasil é um dos maiores empecilhos ao comércio internacional do Brasil e, com estas notícias e com essa medida do Governo... Contrariado, às vezes o Governo se manifesta, acha que não é privatização, parece que privatizar e entregar à iniciativa privada é um pecado. Mas não é, não, isso é muito bom para o Brasil. (11/12/2013)

Impossível entender alguns absurdos na Casa

Neste final de ano de Sessão Legislativa é impossível deixarmos de lembrar dos absurdos ocorridos nesta Casa que representa o povo brasileiro.

É impossível deixarmos de lembrar do posicionamento de deputados contra o julgamento do “Mensalão” e suas conseqüências, criticando e até agredindo as decisões da Suprema Corte e assacando impropriedades contra seu Presidente.

É impossível deixarmos de lembrar do constrangimento, que ainda sentimos, causado pelo convívio com deputados condenados por corrupção, e, depois, presidiários.

É impossível deixarmos de lembrar da surrealista decisão coletiva deste plenário, acobertado pelo anonimato do voto secreto, absolvendo um deputado já presidiário, também condenado por corrupção.

É impossível, senhor Presidente, deixarmos de lembrar das tentativas incompreensíveis para interromper o funcionamento da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, legitimamente constituída e presidida por um deputado no pleno exercício de suas prerrogativas constitucionais. Pior ainda, vemos a pressão das lideranças da Casa para o afastamento do presidente da Comissão, cedendo à intolerância do ativismo minoritário.

É impossível deixarmos de lembrar a recente encenação feita neste plenário em solidariedade a deputado investigado, processado, julgado e condenado à prisão, por corrupção, numa tentativa insólita de comover à Casa e à nação pela via familiar.

É impossível deixarmos de lembrar de reuniões partidárias de desagravo à quadrilha do Mensalão, como se fossem inocentes. Esquecem, o partido e a quadrilha, que a montanha de dinheiro roubada do contribuinte poderia salvar pessoas da morte nas emergências dos hospitais, e melhorar a qualidade de vida das famílias.

Soma-se às lembranças desta sessão legislativa, as invasões de plená-

rio, a transformação de terrorista do passado em herói do presente, a anulação de Sessão do Congresso como se isso pudesse mudar a história.

Senhor presidente, as pessoas decentes da nação brasileira não aceitam e se insurgem contra o escárnio trazido à mente por essas lembranças.

Resta, para nossa tristeza, o poder legislativo mais degradado e um povo representado mais estarecido e mais indignado. Lembranças muito tristes. (11/12/2013)

REQUERIMENTOS E OUTRAS ATIVIDADES

“Hoje é sempre o dia certo, de fazer as coisas certas, de maneira certa. Amanhã será tarde.”

Martin Luther King

Requerimentos

Apresentados em plenário

Autor do REQ 8127/2013

Requer a votação imediata do Projeto de Lei 1057/2007 que dispõe sobre o combate a práticas tradicionais nocivas e à proteção dos direitos fundamentais de crianças indígenas, bem como pertencentes a outras sociedades ditas não tradicionais.

Autor do REQ 7477/2013

Requer a realização de Sessão Solene no Plenário da Câmara dos Deputados em comemoração ao Dia Nacional da Valorização da Família na data de 21 de outubro de 2013.

Coautor do RCP 21/2013 - CPI do aborto

Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a existência de interesses e financiamentos internacionais para promover a legalização do aborto no Brasil, prática tipificada como crime no Código Penal Brasileiro, em seus arts. 124 a 127.

Apresentados em comissões

Autor do REQ 265/2013 - Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Requer a realização de Audiência Pública para discussão sobre crimes cibernéticos.

Autor do REQ 6/2013 - Comissão Especial para discutir a Propostas de Emendas a Constituição 196/12

Com o objetivo de requer convocação de reunião extraordinária da Comissão Especial.

Requerimentos de Informação

Autor do RIC 2754/2013

Solicita informações do Ministro da Saúde sobre a publicação de cartilha explicativa sobre o uso e recomendação do medicamento misoprostol mais conhecido como citotec.

Autor do RIC 2773/2013

Requer informações do Ministro da Justiça sobre contrabando e comercialização ilegal do medicamento misoprostol, mais conhecido como citotec

Autor do RIC 2887/2013

Visa solicitar informações a Ministra da Secretaria Especial de Direitos Humanos sobre a instituição de Grupo de Trabalho com objetivo de acompanhar e monitorar a Implementação do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).

Autor do RIC 3097/2013

Solicita informações ao Ministro da Justiça sobre a visita do Rei da Noruega à área indígena yanomami no estado do Amazonas.

Autor do RIC 3136/2013

Requerer informações adicionais do Ministro da Saúde sobre viagens oficiais internacionais, feitas por servidores daquele Ministério, para estudo/pesquisa e acompanhamento de programas e projetos sobre aborto seguro.

Autor do RIC 3446/2013

Solicita informações do Ministro das Relações Exteriores sobre episódios ocorridos na Bolívia quando aviões da FAB que transportavam o Ministro da Defesa, Celso Amorim, foram revistados pelo governo boliviano.

Autor do RIC 3447/2013

Solicita informações ao Ministério da Defesa para que o Comandante da Aeronáutica esclareça sobre os episódios ocorridos na Bolívia quando aviões da Força Aérea Brasileira que transportavam o Ministro da Defesa, Celso Amorim, foram revistados pelo governo boliviano.

Indicação enviada ao Poder Executivo

Autor da INC 4692/2013

Sugere que os livros didáticos adquiridos pelo Ministério da Educação apresentem informações sobre o Serviço Disque Denuncia - Disque 100.

Comissões

- Titular da Comissão Permanente de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.
- Titular da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda Constitucional para incluir o acesso à internet em alta velocidade entre os direitos fundamentais do cidadão” - PEC 47910.
- Titular da Comissão Especial “estabelece normas gerais de política urbana e de proteção à saúde e ao meio ambiente associadas à implantação e ao compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações” (PL 501313 – Proteção à Saúde e ao Meio Ambiente).
- Titular da Subcomissão Especial destinada a acompanhar as ações (Plano Nacional de Banda Larga - PNBL).
- Titular da Comissão de Execução da Lei Orçamentária Anual - PEC 565/06.
- Titular da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6025, de 2005, ao Projeto de Lei nº 8046, de 2010, ambos do Senado Federal, e outros, que tratam do “Código de Processo Civil” (revogam a Lei nº 5.869, de 1973) - PL 602505.
- Titular da Comissão Externa da Câmara dos Deputados, destinada a analisar e discutir o legado a ser deixado pela Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 para a Cidade do Rio de Janeiro e sua Região Metropolitana.
- Suplente da Comissão Permanente de Cultura.
- Suplente da Comissão Permanente de Viação e Transportes.
- Suplente da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor.
- Suplente da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 196-A, de 2012, do Senado Federal, que “altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal, para estabe-

lecer que a perda de mandato será decidida por voto aberto nos casos que especifica” - PEC 19612.

– Suplente da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 197-A, de 2012, do Senado Federal, que “altera o § 2º do art. 155 da Constituição Federal, para modificar a sistemática de cobrança do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação incidente sobre as operações e prestações realizadas de forma não presencial e que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado” - PEC19712 (ICMS e Comércio Eletrônico).

– Suplente da Comissão Especial destinada a efetuar estudo e apresentar propostas em relação à Reforma do Código Penal.

Outras atividades

- Apoiou a instituição Exodus Cry para que participasse de audiências públicas e debates na Câmara dos Deputados contra o tráfico de pessoas;
- Coordenou e organizou a Sessão Solene em Homenagem ao Dia Nacional de Valorização da Família
- Participou do Grupo de Trabalho para debates, estudos e elaboração de emendas ao Projeto da Reforma do Código Penal
- Coordenação de discussão e elaboração de documentos sobre PLC 03/2013 e alterações na nova Lei 12.845/2013 que versam sobre atendimento a vítimas de violência sexual para evitar aplicação de medidas e políticas públicas que façam apologia ao aborto
- Participação de Ato Nacional em Defesa da Família na data de 04 de junho de 2013 em Brasília que reuniu mais de 70 mil pessoas
- Participação no Encontro Nacional de Líderes e Parlamentares Cristãos nos dias 28 e 29 de novembro de 2013 na Câmara dos Deputados.
- Encontro na Arquidiocese do Rio de Janeiro com representantes de diversas religiões para discussão sobre temas relativos à bioética (eutanásia, interrupção da gravidez, manipulação e comércio de embriões humanos, ortotanásia, clone humano, pedofilia, entre outros).

PERFIL



Arolde de Oliveira é deputado federal desde 1983, casado com Yvelise de Oliveira, dois filhos, cinco netos. Nasceu em São Luiz Gonzaga, no Rio Grande do Sul. Evangélico, é membro da Primeira Igreja Batista – PIB do Recreio dos Bandeirantes, zona oeste do Rio de Janeiro.

Graduado no Curso de Formação de Oficiais da Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN; Formado em Engenharia Eletrônica e Comunicações pelo Instituto Militar de Engenharia – IME; Graduado em Economia na Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro; Extensão em Mecânica Quântica e Matemática Moderna e Engenharia Econômica; e o curso da Escola Superior de Guerra – ESG.

“A verdadeira medida de um homem não se vê na forma como se comporta em momentos de conforto e conveniência, mas em como se mantém em tempos de controvérsia e desafio.”

Martin Luther King

Câmara dos Deputados – Praça dos Três Poderes
Anexo IV, Gabinete 917 – CEP: 70160-900 – Brasília/ DF
dep.aroldedeoliveira@camara.leg.br
Tel.: (61) 3215-5917
Fax: (61) 3215-2917



www.aroldedeoliveira.com.br
Siga-me no Twitter: @AroldeOliveira

